



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 140

SEXTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2, DE 1992

Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O plebiscito de que trata o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias realizar-se-á no dia 21 de abril de 1993.

§ 1º A forma e o sistema de governo definidos pelo plebiscito terão vigência em 1º de janeiro de 1995.

§ 2º A lei poderá dispor sobre a realização do plebiscito, inclusive sobre a gratuidade da livre divulgação das formas e sistemas de governo, através dos meios de comunicação de massa concessionários ou permissionários de serviço público, assegurada igualdade de tempo e paridade de horários.

§ 3º A norma constante do parágrafo anterior não exclui a competência do Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções necessárias à realização da consulta plebiscitária.

Brasília, 25 de agosto de 1992.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — Deputado **Ibsen Pinheiro**, Presidente — Deputado **Genésio Bernardino**, 1º Vice-Presidente — Deputado **Waldir Pires**, 2º Vice-Presidente — Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro Secretário — Deputado **Etevaldo Nogueira**, Segundo Secretário — Deputado **Cunha Bueno**, Terceiro Secretário — Deputado **Max Rosenmann**, Quatro Secretário.

A MESA DO SENADO FEDERAL — Senador **Mauro Benevides**, Presidente — Senador **Alexandre Costa**, 1º Vice-Presidente — Senador **Carlos De'Carli**, 2º Vice-Presidente — Senador **Dirceu Carneiro**, Primeiro Secretário — Senador **Márcio Lacerda**, Segundo Secretário — Senador **Rachid Saldanha Derzi**, Terceiro Secretário — Senador **Iram Saraiva**, Quarto Secretário.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1992

Revigora, por cento e oitenta dias, o prazo para o exercício da autorização constante na Resolução do Senado Federal nº 75, de 13 de dezembro de 1991.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica revigorado, por um período de cento e oitenta dias, contados da data de publicação desta Resolução, o prazo para o exercício da autorização de que trata a Resolução do Senado Federal nº 75, de 13 de dezembro de 1991.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de agosto de 1992. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

SUMÁRIO**1 — ATA DA 162ª SESSÃO, EM 27 DE AGOSTO DE 1992****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Mensagem do Presidente da República**

— Nº 291/92 (nº 522/92, na origem), restituindo autógrafo de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Mensagem nº 260/92, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo, para recondução ao Tribunal Superior do Trabalho, ao cargo de Ministro Classista Temporário.

— Mensagem nº 261/92 do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Osório Coelho Guimarães Filho, para recondução ao cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

1.2.3 — Comunicação

— Do Senador Carlos De'Carli, requerendo desistência da licença que lhe foi concedida através do requerimento nº 632/92.

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 647/92, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando licença no dia 28 do corrente, a fim de participar da assinatura de convênios na área do Pólo Cloquímico, a realizar-se às 16 horas e 30 minutos, na cidade

de Aracaju-SE, a convite do Governador do Estado, João Alves Filho. **Aprovado.**

— Nº 648/92, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 96/92, que "revoga os incisos I, II, III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, para permitir que o tempo de serviço público federal, prestado pelos servidores celetistas que passaram ao regime da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, seja contado também para fins de anuênio, incorporação de "quintos" e "licença-prêmio por assiduidade", de minha autoria.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Proposta ao Plenário do nome do Senador Gerson Camata para representar o Senado, sem ônus para a Casa, na inauguração da nova sede da Prefeitura de Mareno di Piave, na Itália, nos dias 11 a 13 de setembro próximo. **Aprovada.**

— Recebimento de manifestações de apoio à CPI do caso PC, das seguintes entidades:

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema;

Conselho Federal de Economia;

Conselho Regional de Economia de 24 regiões;

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

Câmara Municipal de Ponta Porã;

Câmara Municipal de Magalhães de Almeida — MA;

Grande Oriente Paulista (Confederação Maçônica do Brasil);

Ordem dos Escritores do Brasil; e Conselho Regional de Medicina de Pernambuco.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON — Reflexão sobre as conclusões da CPI do caso PC.

SENADOR MARCIO LACERDA — Impacto na sociedade brasileira das conclusões da CPI do caso PC. Sonegação fiscal.

SENADOR HENRIQUE ALMEIDA — Prejuízos causados à economia do Estado do Amapá advindos da inércia da política mineral brasileira.

SENADOR NEY MARANHÃO — Seminário "SOS Pernambuco — I Fórum de Idéias e Soluções", realizado em Recife sobre o patrocínio da Fundação Joaquim Nabuco e do *Jornal do Comércio*.

SENADOR NELSON WEDEKIN — 5ª Assembléia Estadual realizada pelo Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.

SENADOR WILSON MARTINS — Ética na política.
1.3 — ORDEM DO DIA

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991, de autoria do Senador Humberto Lucena, que concede pensão especial a Francisco Paula Cândido, e dá outras providências. **Aprovado**, após parecer de Plenário, tendo usado da palavra os Srs. Cid Sabóia de Carvalho, Chagas Rodrigues, Elcio Alves e Humberto Lucena. À Comissão Diretora para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 228/91. **Aprovada**. À sanção.

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1992 (nº 1.165/91, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que cria a Procuradoria-Regional do Trabalho da 22ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. **Aprovado**, após parecer de Plenário. À sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1992 (nº 29/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1992 (nº 175/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos, em Brasília, em 11 de outubro de 1988. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1992 (nº 4.818/90, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que cria cargos de Procuradores do Trabalho de 2ª Categoria, cria cargos efetivos e em comissão, e dá outras providências, no âmbito do Ministério Público do Trabalho. **Aprovado**. À Sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1992 (nº 28/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 26 de julho de 1990. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1992 (nº 62/89, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o término da Relação do Trabalho por Iniciativa do Empregador, adotada em Genebra, em 1982, durante a 68ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1992 (nº 86/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 18 de abril de 1988. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final.

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores, que dá nova redação ao artigo 47 da Constituição. **Discussão encerrada**, em 1º turno.

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados. **Apreciação sobrestada** após pareceres de Plenário e abertura de prazo para apresentação de emendas.

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992 (nº 11/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII, da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6, 13 e 100, de 1991.) **Apreciação sobrestada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6, 13 e 100, de 1991.) **Apreciação sobrestada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que regulamenta o art. 185, da Constituição da República, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 92 de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 13 e 100, de 1991.) **Apreciação sobrestada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1991, de autoria do Senhor Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a função social da propriedade rural e a execução da reforma agrária. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 92 de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 100, de 1991.) **Apreciação sobrestada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 92 de 1991 e 65, de 1992, e os

Projetos de Lei do Senado nº 6 e 13, de 1991.) **Apreciação sobrestada** em virtude do término do prazo regimental da sessão.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 348/91, sendo que ao mesmo foi oferecida uma emenda.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador Nelson Carneiro, proferido na sessão de 7-8-92.

— Do Senador João Calmon, proferido na sessão de 13-8-92.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

**SUMÁRIO DA ATA DA 143ª SESSÃO,
EM 5 DE AGOSTO DE 1992**

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DNC (Seção II), de 6-8-92, na página nº 6331, 1ª coluna, no item 1.2.5 — **Leitura de projeto**, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 116/92.

Onde se lê:

... que altera a Lei nº 8.443, de 18 de julho de 1992,...

Leia-se:

... que altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,...

Ata da 162ª Sessão, em 27 de agosto de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Márcio Lacerda,

Lucídio Portella e Francisco Rollemberg

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Antonio Mariz — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Enéas Faria — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Flaviano Melo — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Magno Bacelar — Mansueto de Lacerda — Márcio Lacerda — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo Autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 291, de 1992 (nº 522/92, na origem), de 24 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1992, (nº

902/91, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, referentes à prova pericial, e que se transformou na Lei nº 8.455, de 24 de agosto de 1992.

PARECERES

PARECER Nº 274, DE 1992

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 260, de 1992, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo, para recondução ao Tribunal Superior do Trabalho, ao cargo de Ministro Classista Temporário.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 26-8-92, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Elcio Álvares (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 260, de 1992, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Sr. Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo, para exercer o cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregados, junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Elcio Álvares, Relator — Valmir Campelo — Pedro Simon — Wilson Martins — Cesar Dias — Júnia Marise — Aureo Mello — João Calmon — Divaldo Suaragy — Meira Filho — Alfredo Campos — Antônio Mariz.

Relator: Senador Elcio Álvares

O Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 260, de 1992 (Mensagem nº 268, de 9-7-92, na origem), submete à aprovação desta Casa o nome do Doutor Afonso Celso

Moraes de Sousa Carmo, para ser reconduzido ao cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, para o triênio de 1992 a 1995, na vaga decorrente do término de sua investidura.

Ao Senado Federal compete privativamente, nos termos do art. 52, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

Estabelece o art. 101, inciso II, nº 9, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência desta Comissão para emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente sobre escolha de Ministros dos Tribunais Superiores.

Ao relator compete, nos termos do art. 383, alínea e, elaborar relatório sobre a indicação com dados sobre o candidato, que passará a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome indicado.

O ilustre indicado nasceu em 12 de julho de 1940, na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais, diplomando-se bacharel em direito pela faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 1964.

De acordo com o *curriculum vitae* que acompanha a Mensagem Presidencial, o Doutor Afonso Celso Mores de Sousa Carmo exerceu diversas atividades públicas e privadas, a saber:

— Secretário Particular do Presidente da Minascaixa, em 1961;

— Assessor Parlamentar do Deputado Elias Carmo, em 1965;

— Escrevente Juramentado Autorizado do Cartório do 8º Ofício de Notas de Belo Horizonte, de setembro de 1961 a dezembro de 1965;

— Membro Efetivo do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, de fevereiro de 1975 a fevereiro de 1976;

— Assessor para Assuntos Especiais da Prefeitura de Volta Redonda, de março de 1977 a janeiro de 1978;

— Secretário Adjunto de Estado do Interior e Justiça de Minas Gerais, de maio de 1978 a março de 1979;

— Secretário Particular do Governador do Estado de Minas Gerais, de março de 1979 a maio de 1982;

— Secretário de Estado de Governo e Coordenação Política de Minas Gerais, de maio de 1982 a março de 1983;

— Assessor do Ministro das Minas e Energia, de maio de 1983 a junho de 1987;

— Advogado da Fundação João Pinheiro — Belo Horizonte, de 1979 a 1986;

— Membro da Câmara de Usuários dos DNER, representando os usuários, de novembro de 1985 a novembro de 1987;

— Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça, de janeiro a agosto de 1989;

Atualmente o Doutor Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo exerce, além do cargo de Ministro Classista Temporário do Tribunal Superior do Trabalho, as atividades de membro do Conselho de Transportes da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais — FIEMG e de diretor da Transportadora Itapemirim S.A., atuando, ainda, desde 1986, como advogado militante no foro.

Deve ser salientado que o indicado tem vários trabalhos publicados na Escola Superior de Guerra — ESG, e Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra — ADESG.

Foi agraciado com diversas condecorações, dentre as quais as seguintes:

— Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho — Grã Cruz — Promoção: conferida pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e recebida em trinta de novembro de 1989;

— Ordem do Mérito Judiciário Militar — Alta Distinção: conferida pelo Presidente do Superior Tribunal Militar e recebida em primeiro de abril de 1992;

— Medalha do Mérito Militar — Grau de Comendador — Promoção: conferida pelo Presidente da República em Decreto publicado no *Diário Oficial* da União de 9 de agosto de 1989;

— Comenda da Ordem do Rio Branco — Grau de Comendador: conferida pelo Presidente da República em 18 de abril de 1989;

— Medalha do Mérito Militar — Grau de Oficial: conferida pelo Presidente da República em Decreto publicado no *Diário Oficial* da União de 30 de julho de 1980;

— Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Epitácio Pessoa — Grã Cruz: conferida pelo Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, em 13 de novembro de 1991;

— Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho — Grau de Oficial: conferida pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e recebida em 11 de agosto de 1989.

Em face da natureza da matéria ora trazida à apreciação, não cabe aduzir outras considerações no âmbito do presente relatório.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Elcio Alvares, Relator.

PARECER Nº 275, de 1992

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 261, de 1992 do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Osório Coelho Guimarães Filho, para recondução ao cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 26-8-92, apreciando o relatório apresentado pela Srª Senadora Júnia Marise (em anexo ao parecer), sobre a Mensagem nº 261, de 1992, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Osório Coelho Guimarães Filho, para exercer o cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Júnia Marise, Relatora — Antônio Mariz — César Dias — Aureo Mello — Pedro Simon — João Calmon — Alfredo Campos — Wilson Martins — Divaldo Suruagy — Alfredo Campos — Meira Filho — Valmir Campelo — Elcio Alvares.

Relatora: Senadora Júnia Marise

Foi submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Mensagem nº 261 de 1992 (nº 269 de 9-7-92, na origem).

O indicado já exerceu o cargo de Ministro Classista do TST, como representante dos empregadores, foi o fundador da ASTRAM — Associação das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas e Mudanças do DF, Presidente da Astram, Presidente Fundador da SINDIBRAS — Sindicato

das Empresas de Transportes de Carga do DF, Presidente da FENATAC — Federação Interestadual das Empresas de Transportes de Cargas, Vice-Presidente para Assuntos Políticos da NTC — Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga, Vice-Presidente do Sindicato dos Revendedores de Petróleo e Derivados, Delegado Representante da Fenatac junto à CNT — Confederação Nacional de Transporte, Diretor da CNT, — Conselheiro do Sesi — Representante do Transporte de Cargas, Diretor da Associação Comercial do DF, Diretor Fundador da Empresa Transportes Muda Rápido Ltda., — Representante da TUR — Transportadora Volta Redonda — Goiânia e Brasília e idealizador do Terminal Rodoviário de Cargas de Brasília.

Recebeu condecoração da medalha do Mérito Aeronáutico, medalha do Mérito de Brasília — grau comendador, Medalha do Mérito Mauá, Medalha do Mérito Rodoviário, Medalha do Mérito Comercial de Brasília.

Ante o exposto, esta Comissão está em condições de apreciar a Mensagem nº 261, de 1992.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Júnia Marise, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a Mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 43 do Regimento Interno, requiero desistência da licença que me foi concedida através do Requerimento nº 632/92, em virtude de não ter conseguido marcar os exames médicos a que iria ser submetido no exterior.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1992. — Senador Carlos De'Carli.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 647, DE 1992

Requero seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, no próximo dia 28, a fim de participar da assinatura de convênios na área do Pólo Cloroquímico, a realizar-se às 16h30min na cidade de Aracaju — SE, a convite do Governador do Estado, João Alves Filho, com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, Dr. Ângelo Calmon de Sá.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1992. — Senador Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do art. 43 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 648, DE 1992

Retirada de proposição em curso no Senado Federal.

Nos termos do art. 256, letra a, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a retirada do Projeto de Lei (PLS) nº 96/92, que "Revoga os incisos I, II e III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, para permitir que o tempo de serviço público federal, prestado pelos servidores celetistas que passaram ao regime da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, seja contado também para fins de anuênio, incorporação de "quintos" e "licença-prêmio por assiduidade", de minha autoria.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senadora Marluce Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência propõe ao Plenário o nome do Senador Gerson Camata, para representar o Senado, sem ônus para a Casa, na inauguração da nova sede da Prefeitura de Mareno di Piave, na Itália, nos dias 11, 12 e 13 de setembro próximo.

Em votação a proposta.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica o Senador Gerson Camata autorizado a representar o Senado naquela solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu as seguintes manifestações de apoio à CPI, criada para apurar denúncias contra o Sr. Paulo César Farias:

— Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema;

— Conselho Federal de Economia;

— Conselho Regional de Economia de 24 regiões;

— Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

— Câmara Municipal de Ponta Porã;

— Câmara Municipal de Magalhães de Almeida — MA;

— Grande Oriente Paulista (Confederação Maçônica do Brasil);

— Ordem dos Escritores do Brasil;

— Conselho Regional de Medicina de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simón, por cessão do nobre Senador Marcio Lacerda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Exª, Sr. Presidente, e todos nós, e creio que o Brasil inteiro, assistimos, ontem, aos trabalhos de encerramento da CPI. Inclusive a televisão brasileira, as rádios e os jornais vêm dando destaques permanentes aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao transmitirem praticamente ao vivo a leitura do Relatório do ilustre Senador Amir Lando, os votos em separados dos ilustres Parlamentares do Governo e os debates dos Parlamentares favoráveis e contrários ao Relatório.

Creio que dificilmente na história deste País houve um momento do Parlamento brasileiro em que o povo pôde acom-

panhar à distância, mas permanentemente, os atos e os fatos, envolvendo-os a um debate neste Congresso.

Diga-se de passagem, rádios e televisões já vinham publicando ao vivo praticamente todos os depoimentos de muitas das pessoas que depuseram na Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso, parece-me que não há antecedente de um debate sobre um determinado assunto que a sociedade, no seu conjunto, tenha acompanhado, não apenas no jornal, no informativo, na notícia, mas acompanhado este debate, como ele aconteceu nesta CPI.

Tenho que analisar o trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito. E V. Ex^a, Sr. Presidente, chamava a atenção, muitas vezes, sobre o esforço e o trabalho, mas, às vezes, sobre o exagerado número de Comissões Parlamentares de Inquérito, que faz com que nem sempre se chegue ao resultado esperado. Quanto à intenção de se criar uma CPI, acho muito difícil que exista alguém que peça a sua criação sem que não tenha as melhores das intenções. Mas entre criar, trabalhar e concluir há um caminho, um percurso e, às vezes, dificuldades de chegar ao final da meta.

Essa CPI desenvolveu as suas atividades com profícua responsabilidade.

Creio que foi a primeira vez na história do Parlamento que os Deputados e Senadores saíram da posição de somente ouvir os depoimentos para ir também à cata das provas. Foram a bancos, foram a empresas, foram a órgãos do Governo. Deputados, Senadores e Assessoria Técnica da Comissão houveram por bem buscar as provas e fazer com que elas, realmente, chegassem ao conjunto do processo de investigação dos fatos.

É interessante salientar que a CPI não foi autora da busca das provas. Ela foi buscar aquilo que chegava ao seu conhecimento. A CPI criada em cima da manifestação do Sr. Pedro Collor, que desencadeou o debate em torno do seu depoimento à revista *Veja* e a outras publicações, assim como entrevista a rádios e televisões. Antes disso, o ilustre representante do PT nesta Casa, Senador Eduardo Suplicy, fazia solicitação para a criação de uma CPI. Aquela sim, a solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy, para apurar fatos que envolveriam também o Presidente da República.

Em meio aos debates, enquanto se discutia a sua criação ou não lembro-me que, desta tribuna, fui um dos que debateram a situação, as dificuldades, os dramas que estávamos vivendo — após — repito — a entrevista bombástica do irmão do Presidente, houve quase que uma unanimidade entre os Líderes e os Presidentes de Partido que ainda tinham algumas interrogações se era caso de se criar ou não a CPI. Não é o caso de criar? Houve, praticamente uma unanimidade, no sentido de que não tinha como o Congresso Nacional evitar criar uma CPI em cima dos fatos que a imprensa estava noticiando, e que culminaram com a entrevista do irmão do Presidente à revista *Veja* e às rádios e televisões.

Na hora de criá-la, para que houvesse o entendimento das Lideranças, aceitou-se o requerimento do Senador Eduardo Suplicy. Não se fez uma CPI para apontar, exclusivamente, os atos do Presidente, mas sim uma CPI para apurar as denúncias do Sr. Pedro Collor envolvendo o Sr. Paulo César Farias. Embora na justificativa da CPI se verificassem os argumentos determinantes da CPI, que tem à frente da sua solicitação a assinatura do Senador Humberto Lucena, seguindo-se as assinaturas do Senador Eduardo Suplicy, Deputado Generaldo Correia, Senador Fernando Henrique Cardoso, Depu-

tado Eduardo Jorge, Deputado Éden Pedroso, Deputado José Serra, Senador Maurício Corrêa, Senador José Paulo Bisol, Deputado José Dirceu e Deputado Luis Carlos Hauly. Essa CPI, pluripartidária — Câmara e Senado — foi constituída.

Eu me lembro das primeiras reuniões da CPI. A preocupação que tínhamos era basicamente — porque a entrevista do Sr. Pedro Collor havia sido muito enfática, muito pesada, muito dura, e as manifestações em jornais, principalmente na *Folha de S. Paulo*, revistas principalmente na *Veja*, à época, eram também muito pesadas ao revelar os fatos — no sentido de que haveríamos de colher provas, elementos, subsídios, e não podíamos fazer uma CPI, baseados apenas no ouvir dizer. Tínhamos a preocupação de averiguar as matérias bombásticas que a imprensa estava publicando e aquilo que a CPI haveria de concluir. Achávamos que haveria uma diferença muito grande entre a manchete da imprensa e as conclusões que buscávamos.

A CPI desenvolveu as suas atividades. O primeiro a ser ouvido foi o Sr. Pedro Collor; o segundo foi o Sr. Paulo César Farias. E, na medida em que estávamos desenvolvendo as nossas atividades, os fatos foram aparecendo.

Considero um depoimento impressionantemente importante o daquele motorista. Aliás, na minha opinião, a essa altura, quando a Nação inteira acompanhou as conclusões desta CPI, creio, com toda a sinceridade, que o depoimento da secretária Sandra e o depoimento do motorista, duas pessoas simples que vieram do povo, foram depoimentos que abriram uma longa realidade para a CPI e deram uma demonstração profunda e significativa de que exatamente as pessoas mais simples, mais singelas, e que representam a média do povo sofrem deste País, às vezes, nos dão profundas lições de seriedade e de responsabilidade.

Nunca consegui esquecer quando aquele operário, aquele trabalhador, aquele motorista estava falando e um Parlamentar lhe perguntou: “Mas o senhor está fazendo tudo isso só por patriotismo?” A sua resposta eu nunca pude esquecer: “E o senhor acha pouco, Deputado?”

Foi algo que deixou a Nação boquiaberta.

Quando li o depoimento na Revista *IstoÉ*, achei que ele estava muito arrumadinho, achei muito impressionante, porque era sintético, dizia as coisas umas atrás das outras. Mas quando ele veio depor, vi que ali estava uma pessoa da maior significação. A reportagem dele saiu no domingo, na revista *IstoÉ*, e, se não me engano, foi no domingo ou na segunda-feira que o Presidente da República falou à Nação, praticamente desmentindo tudo o que o motorista havia dito.

Mas ele veio depor perante a Comissão e, para uma dolorosa realidade, a conclusão a que chegávamos era que o motorista estava dizendo a verdade e que o Presidente, mais uma vez falando ao País, não dizia os fatos como eles eram.

A partir, daquele momento, o que aconteceu foi fantástico, pois estávamos buscando os acontecimentos, para onde iam e para onde não iam, e, de repente, fala o motorista. Mas é a palavra do motorista! Mas, então, o Presidente da República fala à Nação, e, falando à Nação, Sua Excelência diz que não, que quem movimentava a sua conta era sua secretária, que a conta era no banco tal, número tal, e quem depositava era o Sr. Cláudio Vieira. Se o Presidente não tivesse dito que aquela era a conta dele, não haveria condições de os membros da CPI afirmarem que aquela movimentação tamanha envolvia a pessoa do Presidente.

Portanto, reafirmo, foi a partir da fala do motorista e da fala do Presidente, quando mostrou ao País o documento da secretária, identificando a conta como sua e dizendo que ela a movimentava em seu nome. Depois, na hora em que o Sr. Cláudio Vieira mostrou o documento publicado na televisão, dizendo-se responsável pela conta do Presidente, aconteceu tudo o que já sabemos. Os fatos vieram vindo, vieram vindo e chegaram ao dia de ontem.

A nossa CPI, quando foi constituída, tinha onze Parlamentares do Governo e onze Parlamentares da Oposição. Por um ato do Líder do PDS, Senador Esperidião Amin, ficamos com doze e o Governo ficou com dez representantes, porque o Senador Esperidião Amin houve por bem indicar, em nome do PDS, o ilustre Senador José Paulo Bisol, do PSB. De lá até a votação de ontem, dos nossos onze iniciais, mais o Senador José Paulo Bisol, doze, quatro membros de Partidos que apóiam o Governo votaram conosco, totalizando dezesseis votos a favor.

Um membro não votou — seria o 17º — porque foi retirado à última hora, que foi o Deputado José Múcio, do PFL de Pernambuco, que abriu o voto anteriormente e disse: “Vou votar a favor do relatório”. Seriam dezessete votos a favor.

O Presidente, Deputado Benito Gama, não manifestou o seu voto, mas as declarações e os pronunciamentos que fez nos levam a acreditar que era muito provável que seu voto também fosse no mesmo sentido.

O Vice-Líder do PFL, o ilustre Senador Elcio Alvares, representante do Estado do Espírito Santo nesta Casa, fez um pronunciamento do maior significado e da maior importância, quando disse que é importante fazer uma reunião da sua Bancada, do PFL, do Diretório Nacional, dos Senadores e Deputados Federais, porque o seu Partido não pode ignorar a verdade dos fatos. Essas modificações e essa votação de 16 a 5 — não foram dois terços, foram três por um, no resultado da CPI — devem nos chamar a atenção para o trabalho que ali foi realizado. Em primeiro lugar, em relação aos membros da CPI e aos membros do Governo na CPI, inclusive a chamada brigada de choque da CPI. Esses Parlamentares trabalharam, lutaram e se esforçaram. O ambiente mantido foi de respeito e de dignidade e sentimos que nem os Parlamentares da Oposição e nem os Parlamentares do Governo estavam na ânsia de demolir ou defender a qualquer custo. O debate foi em busca da verdade, a discussão foi em busca de fatos e de argumentos.

Lembro-me das CPI do passado, dos debates que ocorreram em 1954 e em 1964, que tinham como objetivo demolir a figura do presidente. Aconteceu com Vargas; aconteceu com João Goulart.

O debate mantido nas vésperas de 1954 e 1964 era feito nas tribunas do Senado e da Câmara dos Deputados, onde diariamente os Parlamentares que eram contrários ao Presidente demoliam a sua imagem, desmoralizavam a sua imagem para que isso fosse o caldo de cultura, para que sabsse nos jornais do dia seguinte. Era um esquema que tinha como objetivo a derrubada do Chefe da Nação.

Em nenhum momento, na Comissão Parlamentar de Inquérito, um Parlamentar, fosse ele da Oposição ou do Governo, deixou de usar a linguagem responsável da busca da verdade.

Nós, Parlamentares da Oposição, de todos os Partidos, Senadores e Deputados, tomamos, de saída, antes do primeiro depoimento, uma decisão: Nada de discursos.

O que caracteriza uma CPI, muitas vezes, é que ela se reúne, vem o depoente, e aí o Senador ou o Deputado faz um discurso de dez minutos, faz uma catilinária, diz o que quer, desafora e tudo o mais, termina e não há mais nada que se fazer. Nós não fizemos isso. Assumimos o compromisso de, na hora da CPI, na hora dos depoimentos, ouvir as testemunhas, fazer perguntas às testemunhas, debater, discutir, buscar os fatos e deixar o discurso, o debate, a defesa ou a acusação para depois.

Desafio os senhores a procurar, em todo o dossiê da CPI, um Parlamentar, um Senador, um Deputado, que tivesse aproveitado o momento, a oportunidade — já que as reuniões eram transmitidas ao vivo pela rádio e pela televisão — para buscar o brilho dos refletores, que aproveitasse aquele espaço para ir para cima do Presidente, para demolir, para chamar os casos, para buscar as manchetes dos acontecimentos. A imprensa está aqui me assistindo. A imprensa é testemunha de que eu estou dizendo a verdade ou se a estou falseando.

Esse foi o debate. Essa foi a discussão. Os Parlamentares, em nenhum momento, foram buscar provas contra o Presidente. Os Parlamentares foram buscar provas contra o Sr. Paulo César Farias. O dramático é que, buscando provas contra o PC Farias, elas começaram a passar pela figura do Presidente, pela figura do seu secretário, pela figura da sua secretária, pelas figuras de seus familiares, por sua casa aqui, por sua residência lá, na capital de Alagoas. As notas das reformas feitas na residência em Maceió, pagas pelo Sr. Paulo César Farias, chegaram no último dia, e o Deputado Odacir Klein, que praticamente já tinha encerrado seu relatório, teve que refazê-lo.

E a denúncia foi feita por um anônimo que disse: Olha, os senhores já têm aí os documentos, mas ainda não deram conta disso, em tal lugar, à página tal encontram-se as notas e os recibos assinados pelo Sr. PC Farias, pagando as contas do apartamento do Presidente da República na cidade de Maceió.

Ninguém sabia, ninguém imaginava isso; aliás os senhores devem ter reparado que nunca saiu nenhuma notícia, absolutamente nada dizendo que a empresa do Sr. Paulo César Farias tinha feito a reforma no apartamento de Alagoas. Foi uma pessoa do povo que telefonou ao Sr. Odacir Klein e comunicou-lhe que os papéis estavam em meio a milhares de outros, que era só ir à página tal que ele encontraria os comprovantes.

E os fatos aconteceram e envolveram a figura do Senhor Presidente. É doloroso, que em todas as conclusões só houve um momento em que o Governo procurou a sua defesa — aliás anunciando com grande espalhafato — foi quando anunciaram que o Secretário Cláudio Vieira iria à televisão esclarecer todos os fatos. E nós esperamos o depoimento do Sr. Cláudio Vieira quando apareceu a célebre “Operação Uruguai”. Trágica, se não fosse ridícula; grotesca se não fosse vulgar. Às vezes, pensamos que para se inventar uma fórmula como essa, é porque não encontraram nenhuma outra.

Tanto o é que, em meio às discussões, em meio aos debates, em meio às respostas, o Governo houve por bem não falar mais na “Operação Uruguai”. Ninguém mais conversou, nem debateu esse assunto.

Um governador de Estado vai se lançar à Presidência da República e, antes disso, ele, o seu secretário e dois empresários daqui de Brasília, assinam uma promissória de um empréstimo de US\$5 milhões? Assinam a dívida de 5 milhões e recebem 3 milhões e 750 mil.

O cidadão responsável pela empresa que deu o dinheiro — uma salinha 3mx4m, em Montevideu, o cidadão já, na cadeia há 8 meses, por organização de quadrilha, envolvido no assassinato de um cidadão da arrecadação fiscal uruguaia. As pessoas teriam ido em Alagoas e levado a assinatura. Negócio grosseiro e vulgar. Teriam pego o dinheiro e vindo aqui. Pegam o Sr. Najum Turner que, até hoje, está desaparecido! Um homem que atua na clandestinidade das contas do ouro e do dólar e tudo o mais.

Esse cidadão teria comprado 318 kg de ouro. E cada vez que precisava de dinheiro, o Sr. Cláudio Vieira telefonava ao Sr. Najum Turner, mencionando o valor do qual estava necessitando, e ele derretia uma barra, duas barras de ouro e mandava o dinheiro.

A história foi tão vulgar! Inclusive no documento elaborado diz-se que os fantasmas são criaturas do Sr. Najum Turner e a prova grafológica diz que os fantasmas são criaturas do esquema do Sr. PC e seus auxiliares.

Foi tão vulgar, foi tão grotesco, repito, que após esse incidente em nenhum momento mais o Governo partiu para a defesa ética do seu comportamento.

Até na terça-feira eu não dizia qual seria o meu voto na CPI. Não revelei o seu conteúdo, embora dissesse que a minha inclinação natural, cada dia mais, era votar pelo envolvimento do Presidente. Entretanto, eu não dizia qual seria o meu voto pela singela razão que esperava que, até a última hora, o Presidente fizesse a sua defesa perante a Nação, contrapondo às argumentações levantadas pela CPI.

Os votos em separado feitos com muito esforço pelos Parlamentares, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, defensores do seu Governo, entraram nos detalhes.

Um parlamentar, no seu voto, — é fantástico isso! — chegou a dizer que nós, da CPI, usávamos os métodos nazista na busca da verdade.

Outro argumentava que era um escândalo fantástico termos terminado com o sigilo bancário, ainda que o seu término fosse de pessoas fantasmas.

Afora esse esforço dos Parlamentares governistas — que devemos respeitar — querendo envolver uma série de situações, dentre elas a de que não podemos investigar a figura do Presidente, isso tudo é nulo, nada disso vale, porque o Congresso Nacional não tem condições de investigar a figura do Presidente, ainda que, buscando investigar os escândalos do Sr. PC, passasse pelo Senhor Presidente da República.

Mas, afora essa argumentação casuística da forma de agir da CPI, em nenhum momento apareceu na sua tribuna um argumento favorável, no campo da ética, da defesa do Governo.

Até agora, em nenhum momento o Governo veio se defender no campo da ética: “Esses fantasmas não existem, isso é mentira, esse PC não tem nenhum envolvimento com o Presidente. Se esses empresários vierem aqui dizer que o Sr. PC foi falar com eles, pegando dinheiro e dizendo que falava em nome do Presidente, isso é mentira! Não é verdade!”

Até agora, em nenhum momento, o Senhor Presidente disse uma palavra contrária ao Sr. PC.

É por isso que os fatos aconteceram e a CPI foi aprovada. As informações que temos são de que a sociedade está se manifestando como nós nos manifestamos.

Que coisa fantástica essa manifestação da sociedade!

Eu era Senador, vice-Presidente do PMDB, e lembro-me muito bem de como foram as manifestações pelas diretas.

Elas não foram um movimento espontâneo da sociedade. O povo não saiu às ruas da noite para o dia, pedindo e gritando pelas diretas. Não é verdade!

As manifestações pelas diretas foram um movimento lento, vagaroso e que, aos poucos, foi se aprofundando. Fui encarregado pelo meu Partido — e está aqui o ilustre ex-Senador Franco Montoro, a quem tenho o maior respeito e admiração, e vejo com muito carinho a sua presença, aqui, neste momento — S. Ex^a sabe disto.

Fui encarregado de coordenar, dentro do nosso Partido, o movimento das diretas.

E, quando o iniciamos, as pessoas olhavam-me ridicularizando. Mas, fazer movimentação popular por diretas? O povo não vai dar bolas para isto!

E numa convenção do PMDB, realizada no Auditório Nereu Ramos, pois pensávamos que viriam muitas, e não vieram mais do que 15 pessoas, 15 presidentes partidários, organizamos o movimento das diretas.

Na primeira reunião, em Porto Alegre, numa sexta-feira de dezembro, estavam Tancredo Neves e Ulysses Guimarães; aproveitamos a esquina democrática, que era o lugar normal de trânsito das pessoas que passavam por ali.

A segunda, em Santa Catarina, fomos à Praia de Camboriú, aproveitamos o momento natural dos banhistas que estavam presentes.

Convidamos artistas, intelectuais; apareceram cantores, artistas de cinema, rádio e televisão, e o movimento foi crescendo e deu resultado.

Agora, não. Se alguém disser que o movimento aqui de Brasília, do confronto preto versus verde-amarelo, houve alguém incentivando, não está dizendo a verdade.

Outro dia, estive com os jornalistas, num aniversário aqui em Brasília, e eles comentavam que no sábado, véspera do domingo, houvera um aniversário deles, uma festa, e que ficaram até tarde discutindo debatendo, conversando, brincando. Ninguém falou no que iria acontecer no domingo, porque não iria acontecer nada preparado com antecedência, e aconteceu aquilo que todos viram. Esse movimento que está aí vem crescendo ao natural, porque, se dependesse de nós, esse movimento vem sendo feito fora de hora. As manifestações de rua estão na frente das manifestações partidárias, eles estão, de certa forma, nas ruas imaginando que ontem a CPI concluiu seus trabalhos, que hoje o Congresso decide, e amanhã, já temos a saída ou a permanência do Presidente.

Esse movimento foi, talvez, na História deste País o mais espontâneo. O ato que ninguém consegue entender, o que o Presidente queria, de uma hora para outra, com o desgaste que sofria, convocar o povo para vir para as ruas de verde e amarelo, em solidariedade a ele contra o sindicato do golpe, a resposta veio ao contrário, a resposta veio espontaneamente, a sociedade trouxe a sua manifestação contrária à presença do Presidente. Isso foi crescendo, em São Paulo, na terça-feira, houve uma manifestação com 400 a 600 mil pessoas, e a classe política não estava presente. Foram entidades como OAB, UNE, estudantes, trabalhadores que se reuniram de uma forma espontânea naquela manifestação.

Chegamos ao dia de hoje, e nos parece, pelas informações que temos, que a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa teriam decidido entrar com o pedido de impeachment do Presidente baseados nas conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito. Dizem que provavelmente isso aconteça na próxima terça-feira.

Ao lado do extraordinariamente respeitado, o ilustre Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ao lado do Presidente da OAB, estarão, num documento anexo, assinatura de dezenas, e dezenas de entidades, as mais representativas do Brasil, dando solidariedade àquele pedido. É este o momento que encontramos aqui.

Sr. Presidente, faço questão, desta tribuna, de chamar a atenção para um aspecto: é a primeira vez — disse isso sexta-feira passada e repito agora — na história desses mais de cem anos de República que uma crise, gravíssima, passa pelas nossas instituições — a nossa tradição é que as crises são resolvidas à margem das instituições, ou até destruindo as instituições — é a primeira vez que estamos seguindo, passo a passo, a crise, que não foi criada por nós, mas que fomos obrigados a entrar em meio a ela.

Semana passada disse, e repito aqui, que dou nota dez aos militares. Eles estão olhando, assistindo, mantendo a ordem com a discrição necessária e dizendo, ou dando a entender, que essa é uma crise cuja solução tem que ser encontrada dentro das instituições.

Acho que as instituições estão sendo resguardadas. Lá está o Supremo Tribunal, preparado para tomar as decisões para resolver as dúvidas que perante ele sejam colocadas; aqui está o Congresso Nacional preparado.

Esse o mérito, em meio a tudo de mal, a tudo de dor, a tudo de tristeza, a tudo que possamos sentir na hora em que estamos vivendo. Aquela reunião de ontem, no plenário do Auditório Petrônio Portella, faz reviver *Watergate*, que culminou com a renúncia do Sr. Nixon à presidência da República.

O ambiente naquele auditório era de democracia. Parece que nós temos uma democracia de 100 anos, pela maneira de falar, pelo respeito recíproco, pela seriedade no plenário. Ao contrário, sabemos que, infelizmente, no nosso Congresso, quando a sessão é muito importante, o plenário e as galerias ficam cheias de tumulto e de agitação, de gritos e de protestos. Há manifestações colaterais que dificultam, que tentam coagir, que tentam implicar, com relação à liberdade, a tranquilidade do voto.

Quantas vezes se fala: mas o Congresso de Londres é assim, o Congresso nos Estados Unidos é assim, o Congresso brasileiro tem muita agitação, tem muita interferência, não entendem as pessoas que devem ter respeito ao Congresso.

Pois, ontem à tarde, enquanto à frente do Congresso estavam 20, 30 ou 40 mil pessoas, sei lá quantas mil, agitando, gritando, falando; o ambiente na Comissão, no Auditório Petrônio Portella, era de seriedade e de respeito, onde as pessoas, inclusive Parlamentares do governo, foram duros, foram enérgicos, atacaram, criticaram, protestaram e, inclusive, foram injustos com a CPI, mas foram ouvidos no maior silêncio e no maior respeito.

Duvido que alguém tenha coragem de dizer que algum voto tenha sido tomado, tenha sido alterado, tenha sido modificado pela pressão de quem quer que seja. Aliás, sobre isso, faço questão de dizer: os nossos votos na CPI foram de consciência, porque, no caso, tratava-se de uma comissão técnica. A mim, nem Orestes Quécia, nem Humberto Lucena, nem Mauro Benevides, nem Ibsen Pinheiro, nem Genebaldo Corrêa, ninguém do PMDB; ou quem quer que seja me pressionou, no sentido de A, de B ou de C. Pelo que senti, no PT, no PDT — neste, conhecemos inclusive o episódio —, no PSDB e nos demais Partidos, o debate, a decisão, a discus-

são foram feitas com cada um buscando a sua verdade; debatendo, analisando, discutindo. Mas jamais foi tomado um voto político. Desafio que me digam que houve um voto, no sentido de ser contra o Senhor Collor! As decisões foram tomadas numa análise, no debate, na discussão da matéria que chegava ao nosso conhecimento. Isso aconteceu na CPI.

Terça-feira, pede-se — tudo leva a crer — o **impeachment**. E partiremos para um debate dentro da democracia, com respeito às nossas instituições. Que me perdoem, numa hora difícil como essa, eu repetir o que vou repetir: a democracia mostra que pode funcionar. A liberdade, o respeito, as instituições mostram que têm condições de ir adiante. Não me parece que outro tipo de solução seja melhor do que essa.

O Sr. PC falou em jornais nacionais e em várias televisões que os métodos usados pela CPI foram os mesmos usados pelas comissões de investigações do tempo da ditadura. Falou também que não tinha tido direito de defesa. Aliás, a D. Zélia teria dito a mesma coisa. Conviém que se esclareça: a CPI não julga, não decide, não condena. Não estamos julgando, não estamos decidindo, não estamos condenando; estamos apresentando os fatos, e os fatos estão aqui. Esses fatos serão levados, com relação ao Sr. PC e demais pessoas, ao Procurador-Geral da República, que, conhecendo-os, apresentará denúncia, se for o caso. Então, o Sr. PC terá a mais ampla oportunidade de defesa, de constituir advogado, de contestar o que queira contestar.

A comparação com o regime contrário à democracia, onde as pessoas eram cassadas, julgadas, demitidas sem nenhum direito de defesa, é infeliz, porque o Sr. PC não está sendo condenado. O Sr. PC vai ter, diante dele, um amplo dossiê. Pelo menos uma coisa está provada, quanto a isso não há nenhuma dúvida: o Sr. PC é uma das pessoas mais mentirosas, mais hipócritas, mas debochadas que encontramos. Ele ironizou, ele debochou, ele ridicularizou a Comissão Parlamentar de Inquérito. Alguém devia ter-lhe dito que essas Comissões não redundariam em nada, que nada aconteceria, e ele se aproveitou disso. E era uma figura que nos transformava em pessoas grotescas, que ele olhava de cima para baixo. E agora vem dizer que não teve oportunidade de defesa. Ele terá. Ah, isso ele terá!

Agora, essa CPI nos deu uma demonstração importante. Somos integrantes de uma subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que trata da impunidade. Foram realizadas cinco reuniões no gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Supremo, Presidente da Câmara, Presidente do Senado, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República e nós, como representantes dessa subcomissão. E tem-se debatido, e tem-se discutido muito o que fazer para combater a impunidade.

Creio que o trabalho dessa CPI demonstrou que quando se quer se faz. Acredito que essa CPI mexeu, vasculhou, tomou conhecimento de fatos que, talvez, se não existissem, durante muito tempo ou todo o tempo nós não tomaríamos conhecimento. Ela mostrou. Ela mostrou que alguma coisa deve ser feita para mudar, porque querendo se chega lá, como ela chegou, como ela chegou.

Aliás, reunidos, hoje, no nosso gabinete, os integrantes das Oposições na CPI levaram adiante o que nós, Parlamentares da Oposição, dissemos ao Deputado Benito Gama, Presidente da CPI, que a CPI não pode terminar apenas entregando o seu relatório e não tem mais nada. Temos que, com o

Presidente Mauro Benevides, com o Presidente Ibsen Pinheiro, com o Procurador-Geral da República, e tudo o mais, verificar para que isso não fique aqui. Não pode parecer à República que na terça-feira se pede o *impeachment* do Presidente e nós não fazemos mais nada. Que a nossa questão era uma questão política para buscar envolver o Presidente, e não tem mais nada. Não pode ser assim. Nós temos a obrigação — nós, Senado, Câmara dos Deputados, nós, o Parlamento brasileiro — de levar isso adiante.

O cheque fantasma é algo de que não tínhamos conhecimento. Mas não vão pensar que os cheques "fantasmas" foram inventados pelo Sr. PC. Deve haver muitos cheques-fantasmas e muitas contas misteriosas por aí. Com relação, aliás, ao próprio PC, o que imaginamos é que passamos por algo em torno de 10% do que ele deve ter movimentado. Nós apenas levantamos tudo isso para mostrar o que existe. Mas um mundo está atrás da abertura que foi feita. Terminou a CPI, termina tudo? Há lugares em que a CPI não teve condições de entrar. Onde entrou, encontrou. Mas há lugares onde não deu para entrar. Vai se entrar ou não vai se entrar? Não conseguimos provar nada, nem tivemos tempo para provar. Mas há interrogações com relação a contrabando de ouro e com relação a tóxico. Vai se ver ou não vai se ver?

Essas são questões que temos a obrigação de levar adiante. Creio que em cima do estilo de trabalho da CPI e das provas que a CPI conseguiu, alguma coisa com o Procurador, com o Ministro da Justiça, com a Polícia Federal, alguma coisa temos que fazer, para mostrar — repito — que quando se quer, se pode. E o medo que temos é que o relatório da CPI caia na vala comum da Procuradoria da República.

Sabemos que o Procurador-Geral da República é um homem íntegro, digno, competente e trabalhador, mas sabemos, há milhares de processos que estão na Procuradoria-Geral da República e que, pela falta de recursos humanos, técnicos e tudo mais, às vezes, andam muito lentamente. Será que esse relatório vai entrar na fila à espera do resto, no mesmo ritmo, no mesmo estilo? Ou o Sr. Procurador, atendendo à solicitação que fizemos da tribuna da CPI e fazemos agora, neste momento, vai entender que tem que ter um ritmo rápido, e nós procurando dar a ele assessoria, colaboração, tudo que for necessário para que essas coisas andem?

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON — Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Pedro Simon, pedi este aparte a V. Ex^a, em primeiro lugar, porque gostaria de dar um testemunho pessoal sobre o extraordinário papel que V. Ex^a desempenhou nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, na reflexão conjunta de todos os Senadores, juntamente com os Líderes, quando estava para se instalar ou não a CPI, e, com a sua experiência, V. Ex^a foi ponderando a todos os Senadores e Deputados sobre a importância da instalação da CPI e a forma adequada que deveria tomar até na sua formulação.

Mas, em especial, V. Ex^a foi convidado, indicado por sua bancada e pelo Senador Humberto Lucena para ser o relator dessa CPI. E por razões de sua reflexão pessoal, razões provavelmente históricas. Ainda não sei se a Nação sabe quais foram todas as ponderações que fizeram V. Ex^a declinar dessa

função tão importante, que havia sido originalmente atribuída a V. Ex^a. Mas foi muito interessante, foi uma atitude com a qual nós que aprendemos — os Senadores mais novos, mais jovens — a maneira como V. Ex^a, ao mesmo tempo que abriu mão, deu toda a força para que o seu colega de bancada, Senador Amir Lando, fosse então o escolhido, o indicado. E no momento em que pairaram algumas dúvidas sobre aquela escolha, ao lado do Senador Humberto Lucena, V. Ex^a mais do que deu força ao Senador Amir Lando e, ainda transmitindo a nós outros membros do Senado, do Parlamento e, em especial, da CPI das razões pelas quais realmente todos poderíamos confiar no trabalho do Senador Amir Lando. E mais do que surpreendeu a maneira equilibrada e responsável do Senador Amir Lando. Submetido a pressões de toda ordem durante todo o tempo, mas em especial na conclusão do seu parecer, o Senador Amir Lando deu uma demonstração de força extraordinária de um relator que soube trabalhar com espírito de equipe, soube receber a colaboração de todos os Parlamentares da CPI e soube se conduzir sempre ouvindo os seus colegas na CPI. Mas durante esses dois meses e meio de trabalho V. Ex^a teve um papel fundamental, porque coordenou os nossos esforços, esforços dos companheiros do Senador Amir Lando, encaminhando as sugestões, sugerindo formas de trabalho conjunto nas Subcomissões e, enfim, avalio que V. Ex^a, em não sendo Relator, teve um trabalho também quase tão importante quanto o do Relator, Senador Amir Lando, quanto o do Presidente da CPI, Deputado Benito Gama, porque ajudou muito na condução dos trabalhos, que acabaram sendo concluídos de forma tão bem-sucedida. Mas, prezado Senador Pedro Simon, estamos vivendo um momento especial em que o Congresso Nacional percebe e sente o que o povo está dizendo nas ruas de todas as cidades brasileiras. O Congresso Nacional acaba sensibilizando-se pela palavra e pela decisão de cada um dos Parlamentares, pelo debate que se dá nacionalmente em todas as escolas, em todos os ambientes de trabalho, em todas as feiras, supermercados, em todas as residências do Brasil; até mesmo nas residências, Senador Pedro Simon, daqueles que, de alguma forma, estão envolvidos na CPI. Nós nos demos conta, por exemplo, de que o advogado do Sr. Paulo César Cavalcanti Farias, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveria, deparou-se com o bonito gesto de seus filhos que resolveram ir à passeata dos estudantes em São Paulo. Disseram ao pai: "Olha, pai, nós vamos à manifestação pelo *impeachment* do Presidente Collor. Não podemos admitir mais isso". Ontem, ouvi do Diretor-Presidente da OAS que sua filha de 15 anos, ou o seu filho, havia resolvido juntar-se à passeata.

Tenho a convicção de que os fatores que tanto contribuíram para a mudança de decisão de pessoas como o Senador Raimundo Lyra, o Senador Elcio Alvares e outros que, em sendo dos Partidos que apóiam o Governo, acabaram votando favoravelmente ao parecer do Relator, para essa reflexão certamente contribuiu aquilo que os seus próprios familiares diziam em casa e os seus eleitores manifestavam nas ruas. O próprio Senador Valmir Campelo aqui disse: "O povo nas ruas de Brasília está dizendo qual é a consciência da Nação." Mas, refiro-me a isso, Senador Pedro Simon, porque o que se estranha é o fato de lá no Palácio do Planalto o Presidente da República parece estar inteiramente isolado do que se passa no País. Tanto é que, ontem, na entrevista para a TV argentina, a *Telefe*, de Buenos Aires — e se V. Ex^a me permite, vou citar algumas frases do Presidente publicadas hoje em jornais, como *O Estado de S. Paulo* — sobre a renúncia,

Sua Excelência disse: "Não há por que renunciar (...) O que vivemos são coisas dentro das prerrogativas do Estado democrático de direito. A cada denúncia feita, determinamos a abertura de inquérito e as investigações para punir os culpados, doa a quem doer". Sobre as manifestações: "Estamos vendo isso porque teremos eleições em todo o País. Então, existe esse ambiente de efervescência política, com as paixões soltas". Como se nada fosse com o Presidente Fernando Collor de Mello, como se fosse só sobre as eleições que vêm aí. Normalidade — "O importante é que tudo segue normal, as instituições estão sendo garantidas, a Constituição está sendo respeitada, a vida segue normal, o Congresso normal, a Bolsa de Valores está normal (...) Fui jantar em casa com minha mulher e agora estou aqui no Alvorada para falar com vocês. Tudo está normal. Não há motivos para preocupação..." Corrupção — "Isso acontece no mundo todo. É algo que temos todos, de maneira muito firme, de não permitir que aconteça, e combatê-la (...) Infelizmente essas coisas se passam, e um presidente não tem mil olhos para saber o que está acontecendo (...) Há muita gente punida por investigações determinadas pelo Presidente da República". Ou seja, como se nada ocorresse com a figura do Presidente, como se o povo não estivesse aos milhares, às centenas de milhares, hoje, por todas as grandes capitais e cidades do interior brasileiro. As cidades principais do interior de São Paulo assistiram milhares de estudantes e trabalhadores indo às ruas, pedindo ao Presidente para deixar o Governo, para que o Congresso Nacional leve adiante o processo de **impeachment** do Presidente.

O Presidente certamente, hoje, tem que ter a consciência de que, assim como mais de 3/4 dos votos, ou seja 16 a 5, votaram a favor do Relatório, isso também se refletirá na votação pela Câmara dos Deputados e no Senado. Claro que Sua Excelência tem todo o direito de defesa, mas o que mais e mais parece que vai acontecer é que, do ponto de vista dos fatos, o Presidente está abrindo mão de se defender. Tanto é que os cinco oradores, e mesmo os cinco oradores que expressaram o seu voto a favor do Presidente e mais os líderes, como o Deputado Humberto Souto, mencionaram fatos outros da vida política nacional e não os fatos concretos relativos que levaram o Senador Amir Lando, ao final, a dizer que o Presidente da República havia cometido atos que desonram o cargo de Chefe de Estado. O Presidente, anunciou seu porta-voz, disse que irá apresentar um pronunciamento à Nação. Mas se não tem mais defesa alguma! Se as provas testemunhais e documentais são de tal ordem a não haver saída para o Presidente, se até os seus Ministros se reuniram, Senador Pedro Simon, para dizer que vão dar continuidade ao governo, como se o ministério assumisse a Presidência, assumisse a chefia do Estado e o Presidente, lá, não teria mais autoridade. Nós chegamos a um ponto, Senador Pedro Simon — e é preciso ressaltar — onde parece que os Ministros estão, agora, mandando mais do que o Presidente. Mas isso não pode ocorrer no sistema presidencialista, porque quem dá legitimidade a um ministério é um presidente eleito. Mas se o Presidente, aos olhos da Nação, perdeu a sua autoridade moral, se os seus Ministros estão agora falando com mais força do que o próprio Chefe de Estado, então é preciso que o Presidente perceba o que se passa no País e diga à Nação, fazendo um exame de consciência: errei, as pessoas a minha volta erraram; o Sr. Paulo César Farias levou-me a um envolvimento que não dignifica o cargo e é hora de

renunciar. É isso o que a Nação espera, o quanto antes, para que possamos prosseguir com a administração da coisa pública de forma eticamente recomendável.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Faço questão de salientar o grande, o importante trabalho realizado por V. Ex^a nessa CPI. A iniciativa partiu de V. Ex^a, encampada depois, no entendimento de Liderança, pelo Líder do meu Partido.

Em todos os momentos, depoimentos importantes como o da secretária Sandra, foram trazidos aqui através de V. Ex^a, que, permanentemente e com muito carinho, dedicou-se à causa da CPI.

Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo seu trabalho na CPI.

O Sr. Eduardo Suplicy — Gostaria apenas de registrar que o primeiro requerimento de convocação da CPI foi feito em co-autoria com o Deputado José Dirceu.

O SR. PEDRO SIMON — Aliás, também foi uma excepcional atuação a do Deputado José Dirceu.

Mas digo o seguinte: estamos hoje aqui; a CPI concluiu os seus trabalhos, e o pedido de **impeachment** deverá entrar na terça-feira.

Chamo a atenção para o que V. Ex^a falou. Creio que, em parte, o Presidente tem razão; a situação é de calma, de tranquilidade. É verdade que o povo está na rua, que os estudantes estão se manifestando. Hoje de manhã, ouvi pelo noticiário que o dólar, de ontem para hoje, não aumentou tanto e que a bolsa teve uma certa recuperação. Não sei se o Presidente, de certa forma, estaria dizendo que as coisas estão indo bem.

Em relação à nota do Ministério, eu não me lembro, como muito bem diz o Senador, de nenhum documento como o dos Ministros. O documento, realmente, eu diria, é surpreendente pela fórmula encontrada.

Eu me atrevo a dizer, acho que o Plenário concordará comigo, que se esse Ministério tivesse sido o primeiro, talvez a situação não tivesse chegado aonde chegou. Se o Senhor Presidente da República, com 35 milhões de votos, não tivesse desprezado a classe política, os Partidos políticos, a sociedade e tivesse escolhido os homens da sua confiança, a situação talvez fosse diferente.

Por exemplo, o Ministro Célio Borja, o que é que ele vai fazer? Todos o conhecem, é um homem de bem, íntegro, competente, é um homem respeitável. O que é que ele, como Ministro da Justiça, vai fazer? O que o Ministro da Saúde e outros Ministros vão fazer, quando for apresentado o Relatório da CPI?

A imprensa calculava que essas pessoas, por bem, haviam de renunciar.

Mas eles encontraram uma fórmula, que achei fantástica: eles falaram à Nação que vão ficar, mas vão ficar num compromisso com a Nação, com a sociedade, por amor ao Brasil, vão fazer a transição do Ministério até a solução da crise, o que deverá ser feito de acordo com os princípios da Constituição.

O normal — e o ex-Senador Franco Montoro, que foi Ministro de governos anteriores e se encontra presente no plenário, sabe disso — é que o Presidente use, mude, altere o Ministério para equacionar problemas. Mas quem manda, quem tem a força, quem tem autoridade é o Presidente. Ele escolhe, altera ou troca os Ministros ou por crise, ou por sugestões, ou porque acha que deva mudar.

Aqui, está acontecendo o contrário. O Presidente está numa situação muito difícil, quase dramática. O Ministério vem e diz: "O que é que a sociedade quer que façamos? Que renuncie o Ministro da Economia? Que renuncie o Ministro da Saúde? Que renuncie o Ministro da Justiça? Que renuncie o Sr. Jorge Bornhausen da função de coordenador político do Governo? Aí, sim, estaríamos vivendo, hoje, uma situação dramática sem governo".

Então, ele respondeu: "Não, nós não somos Ministros de fato do Presidente que tem aquela acusação na CPI". Mas nesta hora estaremos aqui — eles dizem — até que a crise seja solucionada.

Merece respeito e admiração a nota dos Ministros.

Como eles dizem, "não importa o nosso desgaste político, não importa o nosso descrédito, não importa como vão interpretar o nosso ato. A nossa consciência, como nos diz que é de solidariedade ao País".

S. Ex^{as} tiveram um gesto que merece respeito. Esse ato chama a atenção.

Como precisa chamar a atenção o dato de que, graças a Deus, não apareceu ninguém aqui para dizer que a fórmula para resolver o problema é a antecipação do Parlamentarismo. Felizmente, ninguém está falando em antecipar o Parlamentarismo. Queremos o Parlamentarismo, queremos o plebiscito para definição do sistema de governo no dia 21 de abril do próximo ano, mas com implantação no próximo governo, com o próximo governante.

A solução está dentro da nossa Constituição e chegamos, repito, até o dia de hoje.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou muito atento ao discurso de V. Ex^a, e nesse ponto chegamos a uma culminância da análise. V. Ex^a disserta muito bem, como foi muito brilhante o aparte do Senador Eduardo Suplicy. Mas não quero deixar de dizer que em tudo isso que V. Ex^a analisa há uma profunda anomalia e uma estúpida inconstitucionalidade. Primeiro, os Ministros não poderiam dizer que devem ficar, que irão ficar, que resolvem ficar, porque são detentores de cargo de confiança e só quem pode dizer se ficam ou se saem é, naturalmente, a figura do Presidente da República, respaldada na Constituição Federal. Há nisso tudo uma formidável inversão, porque eles dizem: "Vamos ficar". E o Presidente Collor já caiu? Não é mais, constitucionalmente, o Presidente da República? Ou na crise ético-política, já não tem condições de substituir o Sr. Célio Borja, o Sr. Marcílio e outros titulares das pastas tal qual estão ocupadas neste exato momento. Temo, Senador Pedro Simon, que tenhamos, pelos desmandos governamentais, chegado ao quadro extremamente esdrúxulo, quando os Ministros é que detêm, como ocupantes de um cargo de confiança, Sua Excelência o Presidente da República, que, após delinquir, recebe uma proteção da honradez daqueles nos quais ele confiara há pouco, quando nomeara para cargos específicos da equipe ministerial. Há nisso tudo uma formidável inversão. Sei que é muito bonito o gesto do Ministro da Justiça, do Ministro da Economia, do Ministro do Trabalho, muito bonito o gesto do nosso ex-colega Jorge Bornhausen; tudo muito bonito e muito poético. Mas, institucionalmente, absolutamente anômalo. Estamos diante de um quadro absolutamente anômalo. Temo por uma

inversão absoluta de valores das instituições e até da moral política neste País. Ao invés de o Presidente manter os seus Ministros, os Ministros estão mantendo o Presidente da República. Até o impeachment.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a é um grande jurista, e falou como jurista; faltou talvez um pouquinho de malícia a V. Ex^a — me perdoe — para ver a situação. V. Ex^a tem toda razão; tudo que disse é absolutamente correto. Mas vamos olhar a realidade. V. Ex^a tem que sair do aspecto jurídico do texto e entrar na realidade. É claro que o Presidente Collor pode demitir os Ministros hoje. Nem os Ministros estão dizendo que não podem ser demitidos. É claro que podem. Mas a realidade é outra. A realidade é que o Presidente não tem condições de demitir os Ministros porque, se demiti-los, instala-se o caos neste País.

Reparei o final da nota dos Ministros, nobre Senador:

"Nesse sentido, apelam a todos os brasileiros de boa vontade e a todos os setores da sociedade, sem exceção, para que, acima da crise política, que encontrará o seu desfecho natural na órbita da Constituição e das instituições democráticas, colaborem para a indispensável governabilidade do País e a preservação dos interesses permanentes do Brasil."

É de uma clareza meridiana — eles estão dizendo que a crise vai ser solucionada no Congresso Nacional. Mas o País precisa ter governabilidade. É claro que eles podem ser demitidos amanhã, mas V. Ex^a sabe, eu sei, o Presidente sabe e a Nação sabe que o Presidente não está em condições de demitir o Ministro da Economia, ou o Ministro da Justiça, ou o seu coordenador político, porque não encontrará ninguém a essa altura; o caos estaria estabelecido.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Nisso tudo, Senador Pedro Simon, lamento duas coisas: o erro de português da nota dos Ministros, porque quem apela, apela para.

O SR. PEDRO SIMON — Tenho um carinho fantástico por V. Ex^a. Numa hora como esta, está atento a um erro de português. E tenho inveja dessa paz de espírito que V. Ex^a tem.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Além do erro lingüístico, de regência, lamento, também, que tenhamos que admitir que os caminhos políticos afastam da juridicidade, quando estamos numa questão altamente institucional.

O SR. PEDRO SIMON — Perdão, Senador! V. Ex^a está equivocado. Onde é que está a injuridicidade? Mas o Presidente da República pode demitir amanhã. O Presidente da República pode se revoltar com essa nota e demite já.

Se V. Ex^a diz, e está dizendo a verdade, que essa nota diz: "Os Ministros estão dando cobertura ao Presidente". O Presidente, se não tiver os Ministros na frente, está numa situação dramática.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Na verdade, o quadro está inverso: os Ministros estão sustentando o Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON — O Presidente pode dizer: "Barbaridade! O Senador Cid tem razão: eu não tinha me dado conta, os Ministros estão me sustentando. Isso é uma barbaridade! Está todo mundo demitido". Pode. Evidente que pode!

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com alegria, concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Josaphat Marinho — É notória a malícia com que V. Ex^a disserta sempre nesta Casa; e a reconheceu, até, na resposta que deu ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. Permita apenas lhe ponderar, em honra da correção dos Ministros, que a nota não pode ser entendida isoladamente. Em verdade, essa nota é consequência do reiterado noticiário na imprensa, da saída de determinados Ministros. O que os Ministros, portanto, quiserem fazer, em satisfação à opinião pública e em respeito ao Presidente a que servem, foi declarar que permaneceriam nos seus postos cumprindo os seus deveres até a solução constitucional da crise.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a foi maldoso, e eu não merecia o que V. Ex^a fez. O que V. Ex^a disse foi o que eu quis dizer, não tive a competência de V. Ex^a, mas não tive nenhuma malícia. É exatamente o que eu quero dizer: o Senador, com muita competência, fez aquilo que eu gostaria de ter dito. E espero que tenha aceitado o meu ilustre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Essa nota, o que vale essa nota é porque ela é uma criatura nova na instituição brasileira. Agora, ela tem de ser interpretada dentro das possibilidades, nas instituições democráticas, de encontrar uma saída. E a contribuição veio por parte do Poder Executivo.

Creio, Sr. Presidente, que na próxima sexta-feira nós vamos ter os dois terços. É só repararmos os 16 votos da CPI: a informação que tenho é que no PTB, e o voto do ilustre Senador do PTB, foi um voto do Senador Valmir Campelo, que durante parte do trabalho da CPI se mostrava atento à defesa do Governo e que, de uns tempos para cá, na falta de argumentos e de provas, sentiu-se levado pela realidade que estava vendo.

A informação que tenho é que a Bancada do PTB está em vésperas de se reunir e aos poucos marcha para um entendimento, quase de um fechamento de questão.

Vejo, Sr. Presidente, a Bancada do PDS, que causou aquela polêmica com a atitude corajosa do Senador Esperidião Amin ao indicar o extraordinário Senador José Paulo Bisol, mas que, no decorrer do tempo, fruto da realidade, verificou a Bancada do PDS que o correto tinha sido o Senador Esperidião Amin, na indicação do Senador José Paulo Bisol, e o seu Presidente veio aqui, reuniu a Bancada, e a informação que temos é que ela marcha para fechar questão do PDS; aceitando o relatório.

A Bancada do PDC a nós surpreendeu, porque não tínhamos a mínima idéia de que votaria do nosso lado. Surpreendentemente, o seu representante, na hora da votação, refletindo o pensamento da Bancada, votava do nosso lado.

Creio que, no decorrer da próxima semana, vamos ter, Sr. Presidente, mais de 2/3 favoráveis às conclusões desse relatório, dispostos a dar voto favorável à solicitação da Associação Brasileira de Imprensa.

Sr. Presidente, procuro pensar e refletir na figura do Presidente da República. Numa hora como essa, a minha índole, a minha maneira de ser não pede cobranças. Não é hora de chegar e apontar, no relatório da CPI, os fatos, os erros e os equívocos eventualmente praticados por Sua Excelência no seu Governo. Creio que devemos falar do momento que estamos vivendo. Uma coisa foi em 1954, quando, na República do Galeão se organizou um dossiê contra o Dr. Getúlio Vargas, do qual ele não podia tomar conheci-

mento. Como conclusão daquele dossiê, lhe comunicaram os Ministros que o Dr. Getúlio Vargas estava deposto e que tinha de deixar o cargo. Ele preferiu o suicídio a deixar o cargo. Foi diferente com relação ao Sr. João Goulart: não houve dossiê. Em março de 1964, com as tropas vindas de Minas Gerais, ele veio a Brasília, de onde seguiu para Porto Alegre. Estávamos ali, junto com ele, quando o Congresso Nacional declarou vaga a Presidência da República, alegando que o Presidente havia fugido para o exterior. Não lhe deram, portanto, oportunidade de defesa.

Falo, Sr. Presidente, e meço minhas palavras, com a responsabilidade que tenho: o Presidente da República tem todo o direito ao mais amplo processo de defesa. Instalado o pedido de **impeachment** por parte da ABI e OAB, ele vai transitar na Câmara dos Deputados. Essa tramitação poderá ser a mais longa, a mais complexa e a mais tumultuada, inclusive com recurso perante o Supremo Tribunal Federal. Mas o Presidente terá as mais amplas oportunidades de defesa. Terá de esperar que a Câmara dos Deputados, por 2/3, determine que se remeta a esta Casa os autos, para que nós, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, fazendo as vezes de Tribunal, possamos dar a palavra final sobre o Presidente da República e seu comportamento. A isso ele tem direito. Não passa por mim, em nenhum momento, dizer que o Presidente da República deve abdicar dos seus direitos, no sentido de estarmos tirando dele o que a Constituição lhe garante.

O Presidente pode fazer a defesa perante a Câmara dos Deputados, pode vir aqui, debater e discutir com a mais ampla oportunidade de defesa, porque, graças a Deus, é esta a hora que nós estamos vivendo: a hora das instituições, a hora da democracia, a hora dos Poderes. Pode debater, discutir, divergir, mas que é no voto, e que é no respeito às maiorias e minorias e no respeito às garantias individuais que nós vamos encontrar a solução.

Repito, Sr. Presidente, o Presidente da República, na nossa opinião, tem o direito de ampla defesa. Agora, com toda a sinceridade eu acho, lendo esse dossiê, acompanhado por mais de dois meses a formação da prova, vendo o comportamento do Governo no trâmite desse dossiê, a mim me parece que vai ser muito difícil o Presidente fazer agora a justificativa daquilo que lá no passado, quando no ano passado Parlamentares de vários partidos lembravam ao Presidente que estava na hora de fazê-lo. O senhor PC; há um ano, um ano e meio, me mostrava o Deputado Jamil Haddad, me mostrava aqui neste Senado, S. Ex^a Senador, quando ele chamava a atenção, no seu discurso de despedida do Senado, que o Presidente da República tinha que olhar para o senhor PC e o esquema que ele estava montando em todo o Brasil. O Sr. Jamil Haddad, eleito Deputado Federal, daqui desta tribuna, no seu discurso de despedida, que está impresso, chamava a atenção para o esquema diabólico que o senhor PC estava armando no Governo e que o Presidente da República tinha que tomar providências.

Lamentavelmente, não tomaram as providências.

Sinceramente, é a primeira vez que falo como integrante da CPI. Até o dia do seu encerramento, nunca vim a esta tribuna trazer a debate o que ocorria lá. O relatório está aí. Pelo que conheço desse relatório, pelos cheques, pelas contas, pelos recibos, pelas notas e por tudo o mais, do ponto de vista da ética e das provas, do ponto de vista judicial, aqui, no Senado, ou lá no Supremo, parece-me muito difícil,

mas muito difícil mesmo, o Presidente encontrar provas que o defendam.

A palavra está com o Presidente. Sua Excelência tem o mais amplo direito e a mais absoluta liberdade para fazer a sua defesa. Lá, na Câmara, aqui, no Senado. Mas se verificar e sentir que as coisas se complicaram, chegaram a um estado tal, que é difícil avançar, creio que Sua Excelência deve meditar, deve refletir e buscar uma fórmula, pensando neste País e nesta sociedade. Graças a Deus, Sua Excelência é jovem, goza de boa saúde, tem condições de se desenvolver, de avançar, de se redimir e de refletir. Uma pessoa com 40 anos está começando. Graças a Deus, do ponto de vista de sua saúde e de sua garantia, está aí a tranquilidade necessária.

Creio que a renúncia é uma possibilidade sobre a qual Sua Excelência pode meditar. Seria a forma pela qual essa questão poderia ser apressada.

Acredito, Sr. Presidente — a renúncia do Presidente ou o julgamento desse processo, com a aceitação ou não do **impeachment**, que o caminho está sendo trilhado. Ainda que haja em praça pública milhares e milhares de pessoas, que o clima seja de paz e de respeito recíproco. Que o caminho para o qual estamos nos dirigindo seja exatamente aquele que a democracia permite seja trilhado.

Creio, Sr. Presidente, que a hora é realmente esta, de dar a palavra ao Presidente. Acredito que buscar conselhos, buscar os seus amigos, buscar pessoas que tenham credibilidade e que tenham experiência para lhe fornecer seria algo realmente muito importante e significativo.

A palavra está com o Presidente da República. Dizem, Sr. Presidente, que Sua Excelência vai falar à Nação. Tudo bem. É difícil Sua Excelência falar à Nação a esta altura, dizendo que esse relatório não é verdadeiro. É muito difícil, porque, a esta altura, esse dossiê está ultracomprovado. Sua Excelência pode seguir e buscar o destino deste País.

Seja qual for a decisão de Sua Excelência, o momento que estamos vivendo é de paz. Não teremos violência, agitação ou tumulto. Nós teremos o trâmite normal de um debate democrático.

A mocidade está nas ruas. É bom que a mocidade esteja nas ruas. Mas é bom que não se ofereça qualquer pretexto a intervenção que não seja dentro da normalidade da vida democrática.

Sr. Presidente, juro que gostaria de vir a esta tribuna falando de maneira diferente. Que bom se pudéssemos chegar a esta tribuna e dizer: "Olha, provamos que o Sr. PC é isso, que o Sr. fulano é aquilo, mas, com relação ao Presidente, Sua Excelência provou que não é verdade". Ou, então, se não pudéssemos chegar a tanto, "Sua Excelência provou que não é verdade", pelo menos: "Nós não conseguimos provar nada com relação ao Presidente".

Que bom se pudéssemos dizer isso! Que bom se pudéssemos sair por esse caminho! Não me parece que alguém que tenha uma índole normal possa se sentir satisfeito em fazer um pronunciamento como este que estou fazendo. Alguém que é democrata, que respeita as Instituições, que tem carinho pelo seu povo não poderia se sentir feliz em subir à tribuna e fazer um pronunciamento como este.

Lamentavelmente, esse dossiê é verdadeiro. Lamentavelmente, as coisas que se dizem correspondem à verdade.

A minha consciência não me deixa feliz com este pronunciamento. Se o faço e se estou aqui neste momento, também

não é porque venho, nesta hora, para tripudiar, no sentido de dizer: "Está vendo? É verdade!".

Estou aqui, muito pelo contrário, para fazer um chamado ao Presidente da República para uma profunda meditação. Acredito que, com todo o respeito, se Sua Excelência houver por bem seguir esse caminho, não deve haver ridicularização, nem tripúdio de nossa parte a quem tenha cometido o erro que cometeu e a quem tenha saído pelo caminho que saiu.

Se estou aqui é para dizer que a hora é esta. O dossiê, para mim é verdadeiro, e se ele é verdadeiro, o Presidente tem condições de seguir o seu caminho, com ampla oportunidade de defesa e investigação, ou, então, Sua Excelência interrompe o processo e sai pelo caminho do respeito, dizendo: "Lamentavelmente, as coisas aconteceram. Eu abro mão para que o País siga outro caminho".

Que bom, Sr. Presidente, a esta altura, nenhum de nós possa dizer que houve qualquer esquema atrás do que está aqui. Não vejo nenhuma força atrás desse dossiê. Não vejo as Forças Armadas, que, faço questão de repetir, mantiveram-se na dignidade de suas posições; não vejo Parlamentares. E, volto a repetir, nenhuma das provas que estão aqui vieram de qualquer Parlamentar. Essas provas começaram com o irmão do Presidente; continuaram com o seu ex-Líder, Dr. Renan Calheiros; foram adiante com o seu ex-Presidente da Petrobrás, que veio de Londres; seguiram com o motorista da sua secretária particular. Enfim, o dossiê, as provas que estão aqui não nasceram de nenhum cérebro de oposição, não nasceram de nenhuma das fontes da imprensa, porque a imprensa aí está. As provas que estão aqui não nasceram da revista *Veja*, da *Folha de S. Paulo*, nem de nenhum órgão da imprensa; vieram de setores ligados ao Governo.

Não vejo aqui nenhum debate, nenhuma discussão, nenhum Partido, nem a CUT, nem o PT. Não vejo ninguém que tenha forjado as provas e as tenha lançado à opinião pública. Não vejo a opinião pública na rua conclamada por quem quer que seja.

O Dr. Brizola, que é um homem que todos nós reconhecemos com condições de levantar massas, até ontem dava cobertura à posição do Presidente. Se hoje acredita que se deve fazer o debate para o julgamento do Presidente, é porque as provas levaram-no a isso. Não vejo ninguém, nem nada atrás desse dossiê para que se diga que foi algo de malévolo, de maldito, que foi alvo de um esquema que se montou. Repito: fez-se em 1954, com o Dr. Getúlio Vargas; e em 1964, com o Dr. João Goulart. Aqui, não vi absolutamente nada, Sr. Presidente, como hoje estamos aqui e ontem estávamos na reunião de encerramento da CPI, no auditório Petrólio Portella. Não vi, em nenhum momento, nada que saísse da rotina tranqüila de um documento baseado em provas. Peguem os discursos dos oradores dos Partidos que defenderam o relatório e verão que as palavras eram absolutamente técnicas e estavam dentro dos fatos e da argumentação apresentada no relatório.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo o aparte a V. Exª, com o maior prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Quero congratular-me não só com V. Exª, mas com todos os demais companheiros do PMDB que integraram a CPI — como o Senador Amir Lando, Relator; Senadores Antônio Mariz e Iram Saraiva; os suplen-

tes, Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Wilson Martins e Flaviano Melo; Senador Eduardo Suplicy, assim como todos os demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito pelo excelente trabalho realizado que elevou de maneira extraordinária o conceito do Congresso Nacional, perante a Nação. Senador Pedro Simon, acredito que, em nenhum momento, o Congresso Nacional esteve tão prestigiado pela opinião pública como hoje, justamente por essa grande tarefa que V. Ex^a terminaram ontem de executar na Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de investigar as denúncias do Sr. Pedro de Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Farias. Não há, que eu conheça, ao longo de toda a nossa história política, notícia de uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha se equiparado a esta, mesmo aquela — se não me engano nos tempos do governo Vargas — que foi incumbida de apurar denúncias sobre alguns escândalos no Banco do Brasil, chegou a se comparar a essa CPI. V. Ex^a, no seu pronunciamento, coloca muito bem, a partir da premissa maior, que é justamente aquela que deixa claro que em momento algum qualquer denúncia partiu sequer posição nada teve com isso, ela apenas tomou a iniciativa da formação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, porque a Nação inteira estava atônita, ansiosa por saber a verdade, apenas a verdade. Esse relatório que V. Ex^a tem em mãos espelha justamente a verdade — a verdade dos fatos, que são graves, fatos lamentabilíssimos, surpreendentes, porque nós mesmos que fazemos oposição, no Congresso Nacional, ao Senhor Presidente da República em nenhum momento pensamos que essas investigações chegassem a envolver Sua Excelência. Mas, repentinamente, a partir daquele depoimento histórico de um simples motorista, um homem do povo, o Eriberto, que hoje se torna um herói nacional, foi se desvendando um verdadeiro mistério que havia, no que tange ao relacionamento maior ou menor do Senhor Presidente da República com o Sr. Paulo César Farias, que fora tesoureiro de sua campanha. E o resultado é esse: o relatório enquadra, claramente, o Sr. Paulo César Farias em vários crimes, que serão objeto, naturalmente, de exame pelo Sr. Procurador-Geral da República e possivelmente — nós achamos que sim — de denúncia à Justiça, para que ele seja devidamente julgado e sobretudo exemplarmente punido. Nesse particular, inclusive, o Dr. Aristides de Paula Junqueira, em recente entrevista, deixou até com muita clareza uma opinião que me parece oportuna, que muito mais importante do que a prisão de um elemento como esse, que chega a enriquecer tanto, ilícitamente, seria o seqüestro de seus bens. Isso seria muito mais exemplar, muito mais corretivo, inclusive, para efeito da própria satisfação da sociedade e da opinião pública. E como não podia deixar de fazer, o Relator teve que colocar no papel os demais fatos que constavam dos depoimentos, nos documentos, nas contas bancárias, nos cheques assinados pelos “fantasmas” e que, infelizmente, envolviam, como envolvem, o nome do Senhor Presidente da República e, portanto, a sua responsabilidade. Desejo, nobre Senador Pedro Simon, neste momento, em nome de toda a nossa Bancada, levar os nossos aplausos ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito e, particularmente, a todos aqueles que a compuseram, pelo excelente serviço prestado à Pátria com espírito público e patriotismo.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte que, como Líder do PMDB, foi um dos grandes responsáveis pela criação da CPI e que, durante o desenrolar da Comissão,

deu toda cobertura necessária ao desenvolvimento do nosso trabalho.

Meus agradecimentos e minhas felicitações a V. Ex^a

O Sr. Nelson Wedekin — Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin — Senador Pedro Simon, também queria associar-me aos vários Senadores que me antecederam, que realçaram o trabalho da Comissão, e cumprimentar o excepcional trabalho realizado por V. Ex^a e pelos demais membros da CPI. Creio que a CPI teve muitos méritos, entretanto, um deles é preciso ser realçado, neste momento. A CPI trabalhou como uma instância colegiada, como instância coletiva. Não houve muito espaço para os estrelismos, esta é a verdade. Foi muito mais um trabalho de conjunto, um trabalho de pessoas que entenderam que precisavam somar todos os seus esforços, todos os seus talentos para se chegar ao melhor resultado. Cumprimento V. Ex^a, mas queria fazer uma referência, porque é até do meu dever fazê-la. Não pode o Senador Maurício Corrêa, Líder do meu Partido no Senado, fazer o elogio de S. Ex^a mesmo, e muito menos o companheiro Miro Teixeira, porque não pode falar numa sessão do Senado. Mas posso eu elogiar, como fez o Líder Humberto Lucena a respeito dos companheiros do PMDB, o trabalho competente, diligente, sério, empenhado e esforçado dos nossos companheiros Maurício Corrêa e Miro Teixeira, na CPI. Até com um certo grau de dificuldade interna por todos conhecido — conhecido por V. Ex^a e pela Nação brasileira. Também gostaria de mostrar, de um certo ponto de vista, que o próprio Governador Leonel Brizola — tal qual V. Ex^a e todos nós — não desejava que o resultado da CPI fosse esse. Nenhum de nós gostaria de ler esse relatório e as conclusões que foram formuladas. Nas várias vezes em que tive oportunidade de conversar com o Governador Leonel Brizola, S. Ex^a fazia muito mais a projeção do seu desejo como brasileiro no sentido de que as coisas não chegassem a esse ponto do que uma análise real e detida sobre todos os fatos. A travessia que o Governador Leonel Brizola fez das suas primeiras posições com aquela que culminou com a posição do Diretório Nacional do PDT, na segunda-feira, foi a travessia de quem viu diante de seus olhos os fatos, as provas, os depoimentos. Enfim, todo esse conjunto probatório se acumularam diante dos seus olhos, diante da sua sensibilidade, diante da sua consciência. Creio que a CPI, além de todos esses fatos, também produziu excepcionais subprodutos, infelizmente, pouco referidos. Em primeiro lugar, a constituição da CPI já foi um momento de sintonia da vontade nacional, do desejo nacional, de uma demanda nacional pela ética e pela moralidade com a vontade política do Parlamento nacional. Por isso é que se constituiu a CPI. Houve, é verdade, o mérito é daqueles que primeiro tiveram a iniciativa de colher as assinaturas. Mas, em essência, foi esta Casa, este Congresso, a Instituição Parlamento Nacional que soube acolher e receber essa demanda que vinha do conjunto da sociedade brasileira.

Creio que há outros subprodutos que vão acontecer em curto prazo. Por exemplo, acredito que vamos ter que apressar a votação de uma nova lei de licitações porque de acordo com as atuais formas com que se realizam as licitações e concorrências, está aí um canal de drenagem dos recursos públicos, um canal de corrupção e de mal uso do dinheiro da

população. Tenho certeza, também, de que — porque todos me dizem isso em todos os lugares — diminuiu em todo o Brasil, em todas as instâncias de poder — do Município à União — o grau de corrupção, o grau de tráfico de influência, o grau de irregularidade, o grau de fraude. No entanto, todos se preocupam, porque num determinado momento pode ser o PC Farias da vida, pode ser alguém sentado numa cadeira de CPI, que pode ser instituída em qualquer um dos poderes. Devemos votar, certamente, essa lei que é moderna porque está lá, nos Estados Unidos, na Itália, pelo menos, nesses dois países. Essa lei, que reduz ou isenta de pena o delinquente menor, aquele personagem menor envolvido num crime qualquer, sobretudo, contra o patrimônio, para que possamos chegar ao delinquente mais graúdo, ao criminoso maior ou, até mesmo, a uma rede de crimes, como acontece, volto a ia. Vamos ter, sem dúvida, que regulamentar as doações eleitorais. Não pode ficar como está. Neste particular, creio que é o único ponto em que o Sr. PC Farias tem alguma razão, quando ele diz que há uma certa hipocrisia nisso tudo. Não sei como fazer. Senador Pedro Simon, quando legislamos sobre o horário gratuito na época, aquilo era um fator para reduzir o abuso de poder econômico e tornar as forças políticas mais ou menos iguais. Hoje, com o altíssimo custo das produções eletrônicas, o abuso do poder econômico no momento eleitoral se dá principalmente pelo uso do horário gratuito. Enfim, temos que encontrar alguma forma legal como existe em todo o mundo democrático, para as doações de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, ou para, pelo menos, um fundo, a fim de que os Partidos possam enfrentar as eleições. Volto a cumprimentar V. Ex^a. Todos nós crescemos, cresceu o Congresso Nacional. A CPI revelou figuras formidáveis, como é o caso do Senador Amir Lando — é preciso fazer este registro —, que com competência, com humildade, com simplicidade, apresentou um relatório preciso, precioso; foi um trabalho de coletividade, de conjunto, como S. Ex^a observou. É preciso reconhecer: o relatório é ousado, corajoso e diz as coisas como elas são de fato. Não se escamoteou nenhum fato, não se colocou, a rigor, nenhum fato em baixo do tapete. Quando muito, não houve tempo para que se colocassem mais claramente certas coisas que dizem respeito à CPI. Costumo dizer, Senador Pedro Simon, que quando há um crime comum, de alguém que rouba uma galinha, esse é um processo que, numa delegacia de polícia ou no juizado, é capaz de demorar seis meses ou um ano. Pode haver um recurso e demorar dois anos. Essa CPI fez algo extraordinário: mostrou a competência do Congresso Nacional, no sentido de que em sessenta dias levantou todos esses fatos, com precisão, com diligência. Foi algo realmente extraordinário. Meus cumprimentos a V. Ex^a e os estendo a todos os membros da CPI, de algum modo para o Congresso Nacional como Instituição, e para o nosso País que, como Nação e como povo, neste momento deu um passo decisivo na direção da evolução dos nossos costumes, das nossas práticas políticas e administrativas. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e quero destacar as referências que foram feitas à sua Bancada, a do PDT, na CPI.

Diz muito bem V. Ex^a que foi um trabalho de discussão, de análise interna e S. Ex^a tiveram exatamente essa competência.

Ao invés de partir para a intriga, entraram em entendimento e aos poucos foram levados aos fatos. Poderia ter acon-

tecido o contrário. Todos sabemos da posição do Dr. Leonel Brizola. E respeitamos aquela posição.

Foi muito boa a posição do Dr. Brizola, de chamar a atenção, de cobrar, porque nos alertou no sentido de olhar com maior profundidade para não cometermos injustiça.

Será que estamos fazendo um ato político? Será que estamos aqui tentando encontrar coisas contra o Senhor Presidente da República?

Os representantes de Sua Excelência, o ilustre Senador Maurício Correa e o ilustre Deputado Miro Teixeira, tiveram essa competência, e no início até se imaginaria que a posição do Governador terminaria vencendo e eles se curvariam diante dela, dentro da CPI. Eu seria um desses.

Posteriormente, verificou-se que, lamentavelmente, como muito bem disse V. Ex^a, S. Ex^a estavam certos. Os fatos vieram corroborar com o que S. Ex^a estavam dizendo e tiveram a competência de desenvolver com muita sabedoria essa posição de estarem representando, debatendo, buscando a prova, ainda que poderia parecer de início uma posição de divergência. Depois, tudo ficou equacionado, como muito bem disse V. Ex^a.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Pedro Simon, lembre-se V. Ex^a, de que no início, quando foi proposta a CPI, fui contra, pela razão muito simples de que o Sr. Pedro Collor se comprometia à época, em entrevista à revista *Veja*, de que no dia 9 de julho — se não me engano — ele entregaria toda a denúncia à Procuradoria-Geral da República. E no “fritar dos ovos”, a CPI, depois de apurar alguns ilícitos fiscais, de acordo com o art. 58, § 3º, da Constituição, levar ao Procurador-Geral da República. No entanto, Senador Pedro Simon, fiquei contra a CPI durante duas ou três horas. Quando o meu Partido, pela sua maioria, se decidiu, fiz questão de subscrever. Na época foi por solidariedade partidária, hoje não, hoje acredito que a CPI prestou um enorme serviço a este País. Remanesce apenas um medo, de que neste momento o País está com todas as esperanças voltadas para a Câmara, que por 2/3 deverá dar licença para iniciar o processo de impeachment do Presidente. Eu, que já tive algumas frustrações aqui, vou me lembrar de uma que foi a “Diretas-já”, quando tínhamos absoluta certeza de que a Câmara não faltaria à população e aos movimentos de massa e de rua. Na hora “h” saímos decepcionados, alguns chorando, outros com enxaqueça. Meu medo era só esse, de o povo, outra vez, ficar frustrado. Não concordo com muitos que disseram que ela CPI, eu diria que a CPI está começando um rascunho de um Brasil novo. Neste momento exalto as figuras dos membros da CPI, que fizeram um trabalho sério, extraordinário, moderado, correto, sem estardalhaço, mas de maneira firme, foram fundo. Gostei enormemente quando o nosso Relator, Senador Amir Lando, escolheu para inspirá-lo nas suas conclusões finais, o verbete de São João: “Encontrareis a verdade e a verdade vos libertará”. Creio que a verdade está nos libertando de algumas peias. Quero, neste instante, ressaltar — e para mim, nobre Senador, que tenho a honra de privar da amizade do Senador Elcio Alvares — que assisti na minha casa, ao lado da minha mulher, pela televisão, direto, o voto do Líder do PFL. Naquele momento, sentimos um homem seguro, embora amarrado pelas questões partidárias, a sua consciência jurídica foi maior do que os seus compromissos.

partidários, como deve ser em qualquer homem público. Expendeu aquela opinião, que para mim, valeu como um clamor em busca da justiça. De maneira que a CPI tem um saldo positivo extraordinário, não vi nada de negativo. Espero, sinceramente, que a Câmara dos Deputados, não por 2/3, mas pela unanimidade, crie condições para que o Presidente seja julgado num processo de **impeachment**. Não disse condenado, mas julgado pelo processo de **impeachment**. Agradeço e levo, também, os meus cumprimentos a V. Ex^a, que foi o tempo todo, não só um batalhador naquela CPI, mas trouxe ao plenário as apreensões e ao mesmo tempo as esperanças daquela CPI. Parabéns a V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a pelo importante aparte, Senador Ronan Tito.

Diz muito bem V. Ex^a: houve uma apreensão, mas criar uma CPI em volta disso, quais serão os resultados? Como diz muito bem V. Ex^a, as conclusões são essas que estão aqui.

Encerro dizendo apenas duas coisas:

Sr. Presidente, hoje, reunimos os integrantes da Oposição na CPI. Chamávamos a atenção de todos para o seguinte: não vamos imaginar que esse povo que está na rua, que essa gente que está falando, que essa manifestação da imprensa tenha um só objetivo, o de pedir o **impeachment** do Presidente da República. Essa gente que está clamando, que está falando, tem uma mágoa muito profunda, com relação ao conjunto da nossa sociedade, e que passa pelos fatos graves que estão sendo apontados na CPI; que passa pela onda da impunidade, pelas ondas de denúncia de corrupção, de ilícito, e tudo o mais, em que nada acontece.

Não me parece que pedir o **impeachment** do Presidente, mas não levar adiante as acusações que estão aqui e não levar adiante a busca do combate à impunidade, seja a solução.

Creio que vamos cumprir a primeira etapa, inclusive nós, integrantes da CPI, na terça-feira, quando se entregará ao Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, o pedido de **impeachment**, ou na quarta-feira, quando se entregará ao Procurador-Geral da República, para que S. Ex^a encaminhe, se for o caso, os delitos privados, não será apenas esse o nosso trabalho.

Parece-me que além disso — como foi muito bem-dito aqui — a CPI mostrou, que querendo se concluir, se busca e se apura provas, como vamos fazer para, depois de apuradas com relação ao Presidente, buscar a verdade em cima disso. Tenho medo de que tudo se encerre apenas no pedido de **impeachment** do Presidente.

Acredito que nós temos a responsabilidade de ir adiante e buscar — repito o que disse há pouco —, a começar pelo extraordinário Senador José Paulo Bisol, que é um dos profundos conhecedor — S. Ex^a foi o primeiro que chamou a atenção para isso, deve-se ter averiguado 10% do que se tem a obrigação de buscar daqui para a frente — repito, nós temos a responsabilidade de ir adiante e averiguar os outros 90% do que está aqui.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo o aparte ao nobre Senador Ruy Bacelar, com muito prazer.

O Sr. Ruy Bacelar — Nobre Senador, antes de entrar no mérito do meu aparte, desejo parabenizar V. Ex^a, como toda a Comissão Parlamentar de Inquérito, que, num esforço árduo, hercúleo, conseguiu concluir os seus trabalhos, mostrando, espelhando a situação brasileira no momento. Mas

o meu aparte, nobre Senador, relaciona-se ao final do seu discurso, quando V. Ex^a diz que o povo brasileiro está nas ruas não somente pedindo o afastamento do Senhor Presidente da República; ele está nas ruas com muito mais profundidade, exigindo uma mudança radical da sociedade brasileira, da sociedade injusta que aí está, onde poucos têm muito e a grande maioria nada tem. Ele está nas ruas lutando contra a corrupção, sobretudo do dinheiro público; está nas ruas clamando contra a impunidade e a morosidade da Justiça brasileira, que, não tenha dúvida, é uma das causas da situação atual. Daí eu acreditar que o final do seu pronunciamento tem uma validade muito grande, sobretudo em relação a nós, representantes do povo brasileiro, que devemos ser exemplo de seriedade, de trabalho e de honestidade. Fique certo V. Ex^a de que o povo, através do Congresso Nacional, afastando o Presidente da República, vai requerer, vai exigir o afastamento de muitos outros, sobretudo de Deputados e Senadores — poucos, é verdade — que não têm sabido honrar e dignificar a sua confiança. Vai exigir o afastamento de vereadores, prefeitos e de governadores, como também de empresários do setor privado, porque cometem, também, corrupção. Outrora eram os empresários privados que tentavam corromper ou subornar os empresários das estatais. Hoje, em verdade, o que há neste País é um conluio, em grande parte, de dirigentes de empresas privadas com dirigentes de empresas públicas. Daí esse clamor popular — que está num crescendo — que grita contra a falta de saúde, educação, moradia, emprego para o povo brasileiro e clama por exemplos de seriedade e trabalho. Quero parabenizar V. Ex^a pelo grande pronunciamento que faz nesta tarde. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Que bom o aparte de V. Ex^a, que me alerta para duas questões. V. Ex^a tem toda razão. Primeiro, não vamos imaginar que buscando os ilícitos do Presidente ou dessa gente que está aqui, esgotamos a nossa parte. Tem razão V. Ex^a Há empresários aqui, há políticos aqui, há políticos e empresários lá fora, há Parlamentares lá fora, e nós temos que ter essa coragem com relação ao geral.

Mas tão importante quanto isso é a outra afirmação de V. Ex^a Tenho medo — muito medo — de de repente pegar uma bandeira que não é minha. Com todo o respeito, não há nada de ofensivo, para o espírito de UDN. Nunca fui, na minha vida, aquele de defender a moral, a ética, a dignidade, aquilo da “banda de música” da antiga UDN. Para mim, ser honesto e ser decente é o mínimo necessário. Não aceito que se estabeleça como bandeira de um candidato ou de quem quer que seja: — É um homem de bem, é um homem digno; olhem a sua biografia, olhem o seu passado! Para mim isso não vale nada. Parte daí aquilo que deve ser obrigação da biografia do cidadão.

Creio que não há mérito em alguém que foi deputado, senador, prefeito, governador, o diabo, chegar e dizer: — Eu agi com dignidade. Isso é obrigação! Agora, a verdade é triste essa realidade! Vimos o que aconteceu. As movimentações que ocorreram. Foi lembrado aqui o movimento das “Diretas-já”, fizemos toda essa mobilização. Depois de 30 anos houve a eleição de um Presidente da República que recebeu 35 milhões de votos e, de repente, parece que estamos começando. Nós estamos aqui abrindo um dossiê contra a corrupção e dizendo: — Daqui por diante vamos combater pela dignidade, pela decência, pela honradez, como se essa fosse uma grande bandeira! É uma porcária de bandeira! Isso

é o mínimo necessário. Nós temos que terminar isso — e aí é que eu acho importante o aparte de V. Ex^a —, porque isso é voltar ao zero e começar.

Na verdade, há, neste País, como disse bem V. Ex^a, gente que passa fome, tremendas injustiças sociais, tremendas injustiças de uma sociedade cada vez mais desonesta, mais cruel, mais desumana, com minorias concentrando riquezas, com imensas majorias sem a possibilidade de sobreviver. E, no entanto, estamos aqui. O Brasil inteiro está caminhando na rua; populações de estudantes, de jovens, estão caminhando nas ruas, exigindo a moral pública. V. Ex^a tem razão! É o mínimo necessário para depois se começar a caminhar. A nossa caminhada não pode ser a da bandeira branca da decência e da honra, porque isso é uma obrigação! A nossa caminhada deve ser a da justiça social e da verdade. Esse é o nosso verdadeiro caminho.

O Sr. José Richa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, nobre Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a que, como sempre, brinda a Casa com um discurso de grande profundidade. V. Ex^a desenvolve um tema tão importante como esse com muito talento, como sempre, com muita competência. É um discurso bastante oportuno. Há pouco, ouvindo o aparte do Senador Ruy Bacelar e a resposta de V. Ex^a, concordei com ambos. Acredito que o que aconteceu com essa CPI é apenas o começo de uma vida nova que espero que daqui para a frente o Brasil comece a trilhar. Isso não pode se circunscrever — como muito bem disse V. Ex^a e o Senador Ruy Bacelar — ao PC e a meia dúzia de comparsas e, também, ao Presidente da República, que está indicado por envolvimento nessa questão. Há muito mais gente envolvida. Agora, concordo com V. Ex^a Nunca fiquei batendo no peito e proclamando a minha honestidade. A minha vida — tenho mais de 36 anos de vida pública — é um livro-aberto. E, graças a Deus, nunca precisei me socorrer, nunca precisei colocar na minha biografia que eu era um sujeito honesto, porque isto considero — como V. Ex^a — uma obrigação do cidadão e, portanto, não é virtude nenhuma. Mas sempre me incomodei muito com os atos de desonestidade na vida pública. Os atos mais imperdoáveis são exatamente os de imoralidade na vida pública, porque o gestor do bem comum tem que cuidar do patrimônio que é da coletividade com muito mais zelo, com muito mais preocupação, do que do seu próprio. Mas uma coisa é importante que se diga; não há praticamente envolvimento de Parlamentares — e isso ficou bem claro na CPI. Eu até perguntaria: em que país do mundo um escândalo dessa dimensão não teria envolvido, no mínimo, um percentual grande, talvez um terço, do Parlamento? Entretanto, hoje, o Parlamento está tendo até o prestígio popular, porque, num escândalo dessa proporção, é raro ter-se suspeita de que algum Parlamentar esteja envolvido. Isso é muito importante. E, por isso, espero que, a partir desse início de vida nova para o Brasil, que é o dessa CPI, nós todos, (a classe política de um modo geral, o Congresso Nacional, neste instante fiador maior da expectativa da opinião pública, vá a fundo), exijamos e acompanhemos a tramitação desse processo em outras instâncias, que irão certamente se aprofundar. A CPI precisava de um, ou dois, ou poucos indícios, para uma ação política. A CPI, o Congresso, não tem função nem de polícia, nem de julgar essas questões, apenas

julgar a parte política. Mas cabe ao Congresso sim, o acompanhamento do desdobramento e da ampliação dessas averiguações. Mas, desde logo, eu gostaria de saudar com orgulho, como membro do Parlamento, essa importante constatação de que, se houver algum Parlamentar envolvido, terá que ser punido. Felizmente, os indícios mostram que, se houver, é um percentual mínimo e insignificante para um escândalo dessa dimensão; normalmente em qualquer país do mundo, eu tenho absoluta certeza, teria envolvido um número bem expressivo de parlamentares.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a V. Ex^a o aparte, que considero muito importante e significativo. Lembro apenas o seguinte, Senador, V. Ex^a não estava aqui quando eu dizia, felizmente, nessa crise, ninguém está trazendo o Parlamentarismo como solução imediata. Ninguém. A emenda de V. Ex^a, felizmente, foi aprovada. Queremos o Parlamentarismo no plebiscito de 21 de abril do ano que vem, mas a implantação só se dará no próximo governo. O que mostra, quando falávamos na época, sobre a emenda de V. Ex^a, que queríamos o Parlamentarismo como forma de antecipação. Absolutamente. Continuamos aqui, e graças a Deus, não houve uma voz nesse debate todo que dissesse: a solução é antecipar o Parlamentarismo. Não é, e se Deus quiser, não será.

O Sr. Paulo Bisol — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Paulo Bisol — Senador Pedro Simon, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que está fazendo, e ponderar sobre dois conceitos. Primeiro, o conceito de honestidade. Nós dizemos, é claro, e eu sublinho e concordo, que é uma obrigação ser honesto. Mas não acho tão fácil ser honesto. E não creio que as pessoas desonestas se considerem como tais. Creio que as pessoas têm perversões ideológicas, e eu não digo ideológico no sentido político, mas no sentido psicanalítico. É que as pessoas têm mecanismos que ocultam de si mesmas a realidade que não querem ver. É como aquele anel de Gíges da mitologia grega: quando se coloca a pedra no dorso da mão, fica-se visível; e quando se gira o anel e se coloca a pedra na palma da mão, fica-se invisível. Os homens costumam agir com a pedra engastada no dorso da mão quando fazem as coisas simples e cotidianas, mas colocam a pedra na palma da mão e se escondem até de si mesmos quando cometem crimes e imoralidades. Vamos citar um exemplo gritante: quem de nós acha que Hitler se considerava um perverso? Muito pelo contrário, Hitler se considerava um homem de moralidade exemplar. É assim que se considerava. Ele tinha a convicção de que estava nas mãos dele e no seu talento a purificação da raça ariana. E ele tinha a convicção de que, com a purificação da raça ariana, com a submissão das demais raças à raça ariana, o mundo seria feliz e honesto. É assim que Hitler pensava. O fato de ter o custo da grandeza do seu plano de redenção definitiva da honestidade. Os homens têm mecanismos ideológicos pelos quais eles cometem as maiores barbaridades, os piores crimes, as maiores perversões e se julgam tranquilamente as pessoas mais honestas do mundo. Faço essa observação porque, data venia, discordo de V. Ex^a e do nobre representante do Paraná, no sentido de que seja fácil ser honesto. Para ser honesto é preciso alcançar um nível de consciência que seja capaz de captar os mecanismos pelos quais escondemos de nós mes-

mos as verdades ingratas. Isso é ser ideológico: dispor de mecanismos mentais capazes de ocultar, até de nós mesmos, os equívocos que cometemos. Isso é muito importante e é bem no teor do distúrbio da distorção ideológica que qualquer um de nós aqui no parlamento, qualquer ser humano, em qualquer lugar do mundo, pode cometer desonestidades acreditando que está produzindo um bem. Vou denunciar como exemplo, um dos mecanismos ideológicos que perverte a conduta do parlamento brasileiro. Nós viemos até aqui e dependemos de um eleitorado para tal. Pode ser um eleitorado corporativo ou municipal, mas é um eleitorado localizável, em geral. Quando esse eleitorado tem um pleito e o traz a nós, ele nos pode ser apresentado de tal forma que coexista com pleitos de valor incomparavelmente superior e de necessidade urgentíssima, que nós vamos lutar pelo pleito da nossa localidade, da nossa corporação. Essa é uma perversão ideológica. É difícil ser honesto, Senador. É uma das coisas mais difíceis que existe, ser honesto. E esse discurso precisa ser feito, para que daqui por diante o Brasil se dê conta de que a dignidade tem preço; de que, para ser digno, é preciso ter decisão e, para ter decisão, é preciso renunciar a muitas coisas agradáveis. Isto é, a honestidade custa caro, a dignidade custa caro. E as pessoas, numa cultura como a nossa — e felizmente, neste momento, estamos dando um salto na cultura política — num país como o nosso, num povo como o nosso de etnias tão diversificadas e, sobretudo — vou resumir — de pobreza tão marcante, tem sua condição de pensar prejudicada. Quer dizer, a inteligência crítica do nosso leitor, infelizmente, não é o que gostaríamos que fosse.

Quando a inteligência crítica do eleitor não é exigente, porque não exige verdade, exige imagem; quando a inteligência crítica do eleitor acredita mais na aparência da verdade, isto é, mais na verossimilhança do que na verdade, para nós elergemos, acabamos fazendo o jogo da verossimilhança. Vejo que, de certo modo, é impossível não ser um pouco mais verossimilhante do que verdadeiro em uma campanha política, porque a inteligência crítica do eleitor não tem condições de avaliar corretamente. Então, se for feito o discurso da dignidade, da verdade, da não concessão, não se consegue ser eleito. A honestidade nos obriga o tomar consciência de certas coisas; está na hora de verificarmos que estamos em um jogo que nos obriga a utilizar méritos e valores, em razão da nossa realidade cultural, em razão do complexo das nossas etnias, em razão do nível da inteligência crítica do nosso eleitor. É muito difícil ser honesto. Essa a primeira observação.

O SR. PEDRO SIMON — Então, dentro da primeira, diante da análise que o amigo fez...

O Sr. José Paulo Bisol — Perdoo-me V. Ex^a por haver-me alongado, mas, já que V. Ex^a está discursando brilhante há duas horas e meia, fiz um aparte um pouco extenso.

O SR. PEDRO SIMON — Pelo amor de Deus. Eu aproveitaria o aparte de V. Ex^a para fazer a seguinte pergunta: Como V. Ex^a pensa que o PC se acha pelo que fez?

O Sr. José Paulo Bisol — Honestíssimo. Ele se acha o mártir da causa brasileira, porque ele está parecendo, e o verdadeiro chefe ainda está na dúvida. (Risos.)

O SR. PEDRO SIMON — Com relação a essa parte até concordo com V. Ex^a. Mas com relação ao tempo em que ele estava armazenando dinheiro, quando estava fazendo o esquema, antes de aparecer tudo isso, como ele se julgava?

O Sr. José Paulo Bisol — Em primeiro lugar ele se achava um gênio, no que, em parte, eu concordo. Em segundo lugar ele achava que a sua causa valia; ou seja, os fins justificam os meios, porque ele considerava o seu presidente, o seu candidato, o príncipe, a divindade que iria redimir a Nação brasileira, que iria modernizar este vetusto País. Então, acho que até hoje ele deve estar pensando, com certa profundidade, com certo sofrimento; e isso é algo que aprendi como juiz: que os criminosos também sofrem, os brutos também amam. Eles também são humanos, têm fragilidade, angustiam-se e jogam com valores. Nobre Senador Pedro Simon, eu lhe asseguro que uma das coisas mais raras que existe é uma pessoa praticar o mal e não ter uma racionalização. Vou lhe dizer mais: uma pessoa que pratica o mal sem racionalização se suicida; no mesmo momento se nega, se destrói. Para cometer o mal é preciso ter uma estrutura preparada para o exercício do mal. E qual é a estrutura preparada? É uma capacidade de pensar que, de fato, aquilo talvez não devesse ter sido cometido mas, tendo em vista a relevância dos fins, vai-se fazer com sacrifício. Então, sacrifica-se, mata-se, furta-se; em suma, produz-se o mal, mas tem-se dentro de si aquela doutrina, aquela ideologia. É isso que quero dizer quando uso a palavra que é adequada para o momento, Todos falam em ideologia pensando em concepção do mundo, teoria da convivência social. Não! Ideologia, psicanaliticamente, é o processo pelo qual eu oculto de mim mesmo aquilo que eu não gostaria de ser. Isso é ideologia. E quando me olho no espelho, sei que tenho algumas ideologias. Então, tenho o direito de achar que os senhores também as têm. O bom mesmo é começarmos a fazer particularmente o inventário de nossos mecanismos ideológicos, para depois compreender como um PC Farias faz tudo isso — não “faria”, é faz — e está absolutamente convencido de que está sendo hoje um mártir, aquele que precisou ser sacrificado para que a causa tenha ainda alguma condição de prosseguir. Essa era a observação, mas como está muito grande o meu aparte, acho que nem devo continuar.

O SR. PEDRO SIMON — Mas todos estamos encantados com o seu aparte, Senador.

Apenas quero fazer uma pequena retificação: ao que sei, nem o Senador Richa nem eu dissemos que é fácil ser honesto. O que dissemos é que é obrigação ser honesto. Não disse aqui, em nenhum momento, que a coisa mais fácil do mundo é ser honesto. E não me parece que o Senador José Richa também tenha dito isso. O que dissemos é que sair por aí e pregar: sou honesto, parece-me que não significa nada. Sendo fácil ou difícil, a obrigação do homem público, aliás, a obrigação de qualquer cidadão é ser honesto, mais ainda o homem público.

Concordo com V. Ex^a quando diz que ser honesto para um homem público significa viver do próprio salário; significa abrir mão de poder ganhar, ter grandes vitórias, ser um empresário que pode viver melhor, sem sacrificar a sua família, seus bens, os seus filhos em prol daquilo que ele considera obrigação. Concordo com V. Ex^a que ser honesto significa abrir mão de vantagens, ocupar uma determinada posição e não admitir que nada seja feito a não ser a verdade com relação à coisa pública, quando fechando um olho aqui e outro lá, poderia ganhar vantagens e usufruir delas. Não disse que é fácil. Disse que é normal abrir mão e fechar os olhos; isso me parece ser absolutamente normal num homem público. Ou ele tem condições de vencer os desafios e conciliar a sua

rotina, seguindo aquela linha a que ele se predispôs, ou, então, termina sucumbindo. Fazendo isso, ele pode dizer: "Olha, eu lutei, resisti. Podia ter uma casa melhor, podia ter aquela vantagem, mas não quis. É difícil, mas sou um homem formidável, venci as dificuldades." Esse é o mínimo que ele tem que fazer, para depois seguir adiante em seu percurso.

Encerro, pois o bravo companheiro que me cedeu seu tempo está ainda na expectativa de falar, dizendo que, em 1954, as vozes clamavam com violência pela queda do Dr. Getúlio Vargas, com impropérios e injustiças contra a pessoa do Presidente. Em 1964, a palavra era dura, árdua e amarga com relação ao Presidente João Goulart. Os discursos dos Parlamentares, — estão aí os discursos daquela época — no Senado e na Câmara, os discursos feitos nos comícios em praça pública, as manifestações populares eram todas no sentido de demolir a imagem, a personalidade e a dignidade daquele Presidente.

Falo, neste momento, eu que venho do Rio Grande do Sul, para dizer o seguinte: a hora é dramática, a situação é essa, mas não conclamo o povo contra a figura do Presidente. Peço e rezo para que Deus oriente o Presidente, para que Deus abra os seus olhos, para que lhe dê uma fórmula de vencer a hora dura que está vivendo. A imagem do que se possa pensar, realmente, deve ser difícil a situação atual do Presidente da República neste momento em que os amigos desaparecem, quando muitos fatos são revelados, circunstâncias que talvez ele não conhecesse. Como é duro e trágico o isolamento no conjunto da sociedade. A pessoa está na multidão e se sente só em meio a ela.

Não tenho mágoa, nem ressentimento, nem uma palavra de rancor, nem de vitória. Minha palavra é de humildade, de modéstia e de fé.

Como homem de fé, rezo para que Deus oriente o Presidente, para que ele encontre o verdadeiro caminho, para que possamos sair dessa encruzilhada. Que ele tenha condições de se reencontrar e tenha condições de buscar o caminho, pensando em si mesmo, na sua posição e neste País. Que Deus o oriente para que encontre, entre as várias saídas, a melhor para ele e para o seu País. Quem com a mocidade dos seus quarenta anos encontre condições e que tenha grandeza no seu gesto. Sei que é difícil colocar, inclusive, em primeiro lugar o seu País. Numa hora como essa, às vezes, os grandes gestos, os grandes momentos, fazem com que, independente do que pensamos, do que raciocinamos, dos equívocos e erros de até ontem, afinal, um homem é sempre um cair e levantar; uma noite e um dia. Que ele possa se reencontrar o verdadeiro destino para si e para o seu País.

O Sr. José Paulo Bisol — Sr. Senador Pedro Simon, o — Tribunal Federal acaba, em sua sessão de hoje à tarde, de discutir o acórdão tantas vezes citado pelo Governo relativamente ao **impeachment** do ex-Presidente José Sarney. A decisão do Supremo Tribunal Federal foi a de revisar a ementa reproduzida nos jornais, porque ela não expressa o sentido dos votos. Então, achei que esta notícia era relevante — acabo de recebê-la por telefone — e quis transferi-la aos Senadores presentes, aproveitando o aparte que V. Exª me concede.

O SR. PEDRO SIMON — Tem razão V. Exª. É muito importante a comunicação que fez, porque uma das expectativas, uma das esperanças por parte dos Parlamentares e dos juristas que defendem o Presidente da República era exatamente no sentido de que o acórdão havia invalidado a lei, e sem a lei não poderia haver **impeachment**.

A decisão do Supremo Tribunal Federal é de que o acórdão invalidou artigos da lei, mas que existe a lei e pode haver o **impeachment**. Esse aparte de V. Exª traz a enunciação do acórdão do Supremo Tribunal Federal que, de certa forma, demonstra que o caminho de ganhar tempo no recurso ao Supremo Tribunal Federal também não existe.

Que isso, repito, seja analisado e pesado pelo Presidente, por seus auxiliares, seus Ministros, seus familiares e pelos Parlamentares desta Casa.

Esta poderia ser uma hora de festa para os adversários do Senhor Presidente; esta poderia ser uma hora de grandes debates no sentido de demolir a imagem do Senhor Presidente; esta poderia ser uma hora de grandes festas por parte daqueles que teriam algo contra o Senhor Presidente.

Nada tenho contra o Presidente Fernando Collor de Mello. Convivi com Sua Excelência quando era Governador de Alagoas e en, Governador do Rio Grande do Sul. Dámo-nos, diga-se de passagem, muito bem. Não votei no Presidente, mas torci para que o seu Governo desse certo.

Não estou aqui vibrando com as amarguras do Presidente; de certa forma, estou sofrendo com elas; estou preocupado com o destino pessoal do Presidente e com o destino deste País.

Que Deus oriente o Presidente e oriente a todos nós, para que, nesta hora tão dramática, cada um cumpra a sua parte.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcio Lacerda, 2º-Secretário.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Márcio Lacerda, 2º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda, por desistência do Senador Chagas Rodrigues.

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidentemente, usar a palavra após o brilhante discurso do Senador Pedro Simon é algo muito difícil. Mas gostaria de iniciar minhas palavras dizendo que, hoje, falo mais como cidadão comum do que propriamente como Senador.

O árduo e brilhante trabalho desenvolvido pela chamada CPI do PC Farias, que culminou num relatório que foi transmitido a toda a Nação, estabeleceu a identificação de fraudes, de ilícitos que chagaram a envolver o próprio Presidente da República.

A partir do brilhante trabalho de todos os membros que compuseram a CPI, do ilustre companheiro, Senador do meu Partido, Amir Lando, como relator, aos poucos, a Nação foi se inteirando de fatos que desconhecia, que estavam ocultos; aos poucos, a Nação foi se envolvendo emocionalmente e, de alguma forma, despertando sua atenção para algo que é comum a todos, ou seja, a gestão da coisa pública.

O que trago ao Plenário do Senado da República, nesta tarde, é exatamente uma preocupação com essa nova realidade criada pela aprovação do relatório da CPI ontem à tarde. Mas muito mais do que isso, pelos seus efeitos e impactos na sociedade brasileira.

Disse, há algum tempo, que talvez o Presidente Fernando Collor de Mello tenha prestado a esta Nação um dos maiores serviços que alguém pode prestar na atualidade brasileira. Sua Excelência conseguiu, com os seus erros e com os seus equívocos, expor totalmente as vísceras e a distorção do Estado brasileiro. Até mesmo num discurso equivocado de tentar modernizar o Estado, de tentar reduzir o tamanho do Estado — talvez entendendo com isso a redução do número de Ministérios, onde se quebrou praticamente a ordem administrativa do País possibilitou que a Nação tomasse conhecimento da verdadeira dimensão da tragédia da falência do Estado brasileiro.

Tenho a impressão, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que esta é a Casa mais indicada para se colocar tal fato em discussão; esta é a Casa que representa a Federação.

Tive a oportunidade de mancionar há alguns dias, aqui mesmo desta tribuna, a minha preocupação com a falência do modelo do Estado brasileiro. Talvez o maior de todos os resultados conseguidos pela CPI PC Farias foi a absoluta e total exposição das mazelas da sociedade brasileira.

Há pouco mais de 30 dias, o Ministro Marçlio Marques Moreira declarava à imprensa nacional que os índices de sonegação fiscal neste País atingem os alarmantes números da ordem de 60%. Se levarmos em consideração que, evidentemente, essa sonegação fiscal está calculada sobre a economia formal e se entendermos que qualquer coisa como a metade da economia brasileira já se encontra no informal — em alguns Estados até mais do que 50% — na realidade, o Estado brasileiro abrange 60% da metade da economia, ou seja, o Estado brasileiro abrange qualquer coisa como um quarto da atividade deste País.

E não é muito difícil constatar isso, na extensão da crise em que vivemos, no momento de dificuldades por que passamos, a política recessiva em que vivemos, alguns setores, algumas atividades, algumas regiões do País estão em franco processo de desenvolvimento. Ora, no momento em que qualquer coisa como 60% ou 70% da atividade do País está fora do controle do Estado, teríamos duas constatações a fazer: ou efetivamente somos uma Nação de sonegadores, ou efetivamente somos uma Nação de "PCs", ou efetivamente somos uma Nação de bandidos — e não acredito nisso absolutamente; as manifestações populares o demonstram claramente — ou, evidentemente, existe uma falência do sistema tributário brasileiro.

Há uma inadequação desse sistema, que leva a que grande parte das empresas, para que possam sobreviver, encontrem mecanismos para fugir do fisco. Assim, são instituídos o "caixa 2", as contas fantasmas e toda sorte de distorções possíveis e imagináveis.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste exato momento em que a Nação toma ciência e consciência das conclusões da CPI, em que a sociedade brasileira, aos poucos, espontaneamente se levanta e vai às ruas, de fazer um registro: emociona-me ver, nas ruas, os nossos meninos, os nossos jovens, que, durante quase toda uma geração, foram alienados e marginalizados do processo político no período do regime autoritário.

Creio até que o Presidente Fernando Collor merece o nosso respeito por este grande serviço prestado à sociedade brasileira: expor completamente a falência. Quero fazer um registro sobre o comportamento pessoal de Sua Excelência, permitindo que as investigações acontecessem sem nenhuma espécie de ingerência, sem nenhuma espécie de turbulência

institucional. O mesmo posso dizer em relação às forças que, durante muitos anos, mantiveram o regime de exceção e que praticamente criaram essas condições, que hoje explodem à frente do País, sobretudo, especialmente à apreciação da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente este é um momento importante da vida nacional, em que se retoma a cidadania, um momento em que o povo — representado por todos os segmentos da sociedade, pelos jovens, pelos trabalhadores, pelos próprios empresários que, ao que parece, também já começam a se cansar de viver obrigados na marginalidade — começa a se manifestar.

Imediatamente após as consequências inevitáveis das conclusões e da aprovação do Relatório da CPI, já está pronto e será assinado pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela Associação Brasileira de Imprensa o pedido de **impeachment** do Senhor Presidente. Acho que, nesse momento, o Presidente Fernando Collor até poderia prestar um outro grande serviço: No momento em que o Presidente da ABI, que o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em nome dos segmentos organizados da sociedade, ou melhor, em nome de toda a sociedade, encaminhar ao Presidente da Câmara o pedido de autorização para o processo de impedimento do Senhor Presidente, que Sua Excelência se afastasse, por iniciativa própria, e permitisse que o País seguisse no seu rumo de normalidade, sob o comando do Sr. Itamar Franco, Vice-Presidente da República, para possibilitar um grande entendimento nacional que buscasse soluções para todas essas mazelas, para todos esses problemas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação, o Estado, o País está parado há pelo menos três meses, esperando o desenrolar dos trabalhos da CPI. E é evidente que a abertura do processo de autorização para o **impeachment**, na Câmara dos Deputados, será um processo traumático e doloroso para a sociedade e continuará esse clima de intranquilidade que hoje tumultua a vida da sociedade brasileira. Nesse momento difícil da vida nacional e da vida do próprio Presidente, seria um ato de grandeza, um ato de respeito aos 35 milhões de brasileiros que em Sua Excelência depositaram confiança, pois o Presidente não foi capaz de retribuir e conduzir os destinos da Nação; seria um ato de responsabilidade com essa modernização que Sua Excelência tanto pregou e que, parece, passou a uma grande parcela da sociedade, que Sua Excelência fizesse o seu afastamento espontâneo. É evidente que reconheço o seu direito de defesa, o seu direito de aguardar todas as instâncias de julgamento, seja da Câmara dos Deputados, seja do Senado Federal, transformado em Tribunal. Na verdade, seria basicamente um apelo político, uma vez que hoje 83% da sociedade, segundo os indicadores de pesquisas, desautorizam o Presidente e desejam o seu afastamento.

Ouvimos o longo discurso do Senador Pedro Simon e os apartes de vários senhores Senadores relativamente a todos esses procedimentos anormais constatados pela CPI. Estamos levantando alguns outros que não foram averiguados pela CPI — apesar de ela ter passado também pela sonegação fiscal, pelo "caixa 2", pelas contas fantasmas e tantas outras distorções. Mas é evidente que, uma vez que o Estado brasileiro abrange cerca de 25 a 30% da atividade do País, isso vai incorrer numa incapacidade de o Estado dar resposta as suas responsabilidades.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vemos a falência do sistema de infra-estrutura do País, a falência do sistema

de saúde do País, a falência do sistema de educação do País, a falência do sistema previdenciário do País, a recessão, o desemprego, o sucateamento do parque industrial, enfim, tantas outras dificuldades. Por isso se faz necessário que este Parlamento, que os nossos Partidos políticos, que as nossas entidades sindicais, patronais e de trabalhadores, que as nossas entidades da sociedade civil, enfim, que todos os cidadãos brasileiros comecem, a partir desse momento histórico da retomada da cidadania, a discutir um grande projeto nacional.

O Sr. José Fogaça — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. MÁRCIO LACERDA — Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. José Fogaça — Senador Márcio Lacerda, gostaria de, ao apartear V. Exª, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo tema que está abordando, porque, de fato, é preciso uma grande coragem e um espírito público elevado para fazê-lo neste momento. V. Exª está trazendo à tona um tema de difícil abordagem que é o da crise real e estrutural do País. Crise essa que não será suprimida, não será varrida quando for suprimido e varrido o atual Presidente da República. Infelizmente, no Brasil, há uma cultura reducionista politicamente. Nós somos dados a reduzir toda a complexa realidade da crise que vivemos a um fato único, e transformamos isso numa bandeira salvadora. Ontem, eu acompanhava de longe o ato público que se realizou aqui em frente ao Congresso Nacional; ouvia os pronunciamentos e me assaltava esta preocupação: a de que alguns oradores estão transformando essa questão numa questão abrangente demais, ou seja, de que o *impeachment* do Presidente da República traz consigo também, automática e implicitamente, a solução de todos os males da crise estrutural do nosso País.

E não é fácil dizer isso neste hora, nem alertar para esse fato neste momento. E V. Exª faz esse apelo à seriedade da crise, à imensa dificuldade com a qual nosso País vai se defrontar após a votação do *impeachment*. Não tenho dúvida alguma, Senador Márcio Lacerda, de que nós, brasileiros, temos uma cultura reducionista. Tanto é verdade que muitos imaginavam que a campanha das "Diretas já" traduzia consigo a ideia da salvação nacional. Depois, a campanha da Constituinte levou alguns a suporem que a simples elaboração de uma nova Constituição também significaria a resolução ampla e irrestrita dos mais fundos e centrais problemas do nosso País. Estou temendo que agora essa campanha pelo *impeachment* também venha carregada desse significado reducionista, ou seja, reduzir todos os problemas do País a essa questão. Eu diria que ela é a grande prioridade política deste momento, porque todos os demais problemas só começarão a ser solucionados após tal questão ser resolvida. Nesse sentido, foi muito sério o pronunciamento do Senador Pedro Simon, que disse algo muito importante: depois que conseguimos lograr a aprovação do *impeachment* estaremos partindo do zero. Tal aprovação não significa nenhum passo adiante, no sentido concreto da resolução das graves questões estruturais da economia brasileira, entre elas a da inflação, a da falência do Estado, para a qual V. Exª chama a atenção. Portanto, neste momento, também é nosso papel, também é nossa responsabilidade não enganar aquelas multidões que ocupam o largo fronteiro aos palácios e ao Congresso Nacional e dizer a elas que esse gesto é definitivo no caminho da salvação nacional, porque não é. Esse gesto é, entre tantos problemas que o nosso País

já tem, um a mais que se antepõe a nós e que está aí obstaculizando a solução de todos os outros. Mas o fato de eliminarmos da vida brasileira esse mal que a aflige, neste momento, não tem o significado implícito de que todos os demais problemas estarão solucionados. Ao contrário, estaremos, talvez, diante de uma outra e maior complexidade na solução desses problemas. Talvez porque o novo governo que venha a ser formado, pela situação transitória que vai viver, na passagem entre um governo eleito e o outro que virá a ser eleito, pela exiguidade de mandato do futuro Presidente que vai ocupar o lugar do Presidente impedido, tudo isso colabore para aumentar as dificuldades, e não para resolvê-las. É por isso que não posso deixar de fazer essa observação em meio ao sério pronunciamento de V. Exª e que retoma um dos temas aqui também trazidos pelo Senador Pedro Simon, o de que este momento gravíssimo da crise brasileira é apenas um problema a mais. Resolvido esse problema, vamos para a estaca zero, não vamos para o Nirvana búdico que alguns imaginam, vamos, talvez, começar do inferno zodiacal em que se encontra a Nação brasileira, devido ao condicionamento, neste momento absolutamente negativo, da nossa estrutura financeira e econômica. E todas essas razões, todos esses fundamentos, todos esses pontos básicos só colaboram para aumentar a nossa preocupação, só nos levam a uma atitude de gravidade, de absoluta consciência; ou seja, o Movimento "Fora Collor" que está mobilizando multidões nas avenidas e nas ruas deste País não é, não será e não pode ser uma festa. Ele é, isto sim, sobretudo nesta hora difícil e amarga, um ato de grave circunspeção política, e nós todos, ao afastarmos esse problema, temos que ter consciência disso. Se conseguirmos afastá-lo, temos que saber que depois virá um oceano de dificuldades e isso tem que ser dito seriamente, como faz V. Exª neste momento. Obrigado.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Muito obrigado, nobre Senador José Fogaça. Tenho a impressão de que este País não vai recomçar do zero. Só o fato desse grande despertar, da mobilização popular, da abertura do debate das questões estruturais do sistema de poder, quer dizer, que claramente são produtos de um sistema que está falido no mundo inteiro e até estabeleceria, de certa forma, uma relação entre o que está ocorrendo no Brasil, com o Estado brasileiro, e o que aconteceu tão recentemente — guardadas as diferenças, pois lá seriam nações — com a própria União Soviética, é a falência do estado unitário.

Neste momento em que, mundialmente, os próprios estados nacionais perdem substância, com a formação dos grandes blocos, as nossas demandas, as nossas necessidades são cada vez mais localizadas. Em algum lugar, em algum Município, pequeno, médio ou grande, em que vivemos, ali, basicamente, reside a nossa necessidade de escolas, de postos de saúde, enfim, de infra-estrutura urbana, de telefonia etc. No momento em que os próprios estados nacionais perdem substância, cresce, violentamente, a importância do poder local, pela sua eficiência, pela sua proximidade das demandas e das necessidades da sociedade. E tenho a impressão de que grande parte dessas questões que estão aí postas, estão exatamente em que as decisões nacionais, especialmente nas áreas de execução federal. É claro que, se houvesse uma descentralização de responsabilidade e execuções orçamentárias, principalmente, ao invés de fazer um *lobby* em um gabinete qualquer desses aqui, da Esplanada dos Ministérios, o Sr. PC

Farias teria que ter uns doze ou quinze "Morcegos Negros" para andar atrás de contrato, porque essas obras estariam diluídas pelas prefeituras, teriam custos mais baratos, gerariam empregos e possibilitariam a existência de empresas em todo este País; criariam condições efetivas de desenvolvimento e de emancipação econômica em tantas outras áreas.

Está muito clara essa grande constatação da ineficiência do Estado unitário, da ineficiência do poder centralizado, que, efetivamente, está no cerne da maior parte desses problemas que tanto afligem a maioria da população.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MÁRCIO LACERDA — Pois não, Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador, já tivemos oportunidade de debater, não só aqui no plenário, mas particularmente, sobre a questão que se queira dar, na verdade, funciona — ou funcionou — quando se trata de um império ou de um sistema imperial. Os Estados Unidos da América do Norte são um sistema imperial, um centro de poder que pretende gerir o mundo. Assim fazia com o dito "mundo ocidental" e, agora, a águia dos Estados Unidos está estendendo a sua abrangência com a queda do outro centro imperial, Moscou. V. Exª tem inteira razão quando fala nessa questão. Mas, quero voltar a um tema anterior a tudo isso. Lembro-me de que, no dia 15 de janeiro de 1985, quando o Dr. Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, ao terminar o seu discurso, ele disse que havia entrado lá para implodir. Sentimo-nos vitoriosos, satisfeitos, pois achávamos que todos os problemas do Brasil estavam resolvidos no momento em que derrubávamos a ditadura. Muitas vezes, aqui neste Congresso Nacional, na minha curta e tacaña vida Parlamentar, assisti a muitos e muitos momentos em que pensávamos estar salvando o Brasil. Quem não se lembra das Diretas já, da Anistia, da queda do AI-5 e de tantas outras manifestações em que dissemos que o Brasil seria passado a limpo? Estou muito assustado, nobre Senador, com essa euforia que estamos transmitindo à Nação, de que a CPI apurou certas mazelas que existem por aí e que o Brasil foi passado a limpo. Estamos começando a rascunhar alguma coisa, mas estamos nos esquecendo do que o ex-presidente Tancredo Neves, na época, chamou-nos a atenção, referindo-se a um estudo de Max Weber: "O monstro está morto; agora, o difícil é retirar os escombros". Nobre Senador Márcio Lacerda, na raiz de toda essa corrupção está o cipoal legislativo, o legisferante, que criou condições para que tudo isso acontecesse. Estamos nos esquecendo de que isso tudo é fruto da ditadura que V. Exª e eu tanto lutamos para derrubar. O estado democrático é muito diferente do estado ditatorial. Na democracia, a construção se faz de uma maneira pedagógica, de tijolo em tijolo, desmontando, limpando o lodaçal, colocando uma pedra, colocando um tijolo. A ditadura, por outro lado, é construída como se fosse um pré-fabricado: chega e faz os projetos-impactos, que dão essa idéia de que está tudo muito bem. Devido a esse cipoal criado pela ditadura, nobre Senador, estou convicto de que muito ainda nos falta para passar este País a limpo. Hoje, tivemos o depoimento de um patriota, de um funcionário público, um homem que foi à CPI da Evasão Fiscal e nos demonstrou, através da legislação, a oportunidade para surgirem os PC da vida, que, muitas vezes, apareceram em face das lacunas encontradas na própria lei. Concordo plenamente com V. Exª a respeito das discrepâncias do estado

unitário, as quais devemos rever. Aliás, esta Casa nem teria sentido se continuássemos vivendo o estado unitário. O Dr. Tarcísio Medeiros nos fez uma revelação, para estarrecimento de toda a nossa CPI, que não tem repercussão por não trazer escândalos. A realidade do Brasil é a novela, é o imaginário coletivo, que estamos cultivando para dele extrairmos a opinião e as elites continuarem dominando este País, essas mesmas que estão encastelas no poder através de séculos.

S. Sª nos mostrou que, no Canadá, onde há vinte e cinco milhões de habitantes, dos quais vinte milhões de adultos, dezessete milhões fazem a sua declaração do Imposto de Renda. No Brasil, somos cento e cinquenta milhões de habitantes, com um mínimo de setenta milhões de adultos, e apenas sete milhões prestam declaração de Imposto de Renda. Não estou dizendo que pagam o Imposto de Renda, apenas declaram. No mínimo, duas ilações sou obrigado a abstrair neste momento: primeiro, a sonegação neste País é um escândalo, mas não um escandalosinho de PC, de US\$1 bilhão, e sim de várias dezenas de bilhões de dólares por ano, todo ano. Prova disso é o fator final, em que temos uma arrecadação em torno de 21% do PIB. A Argentina, nossa vizinha, arrecada 30% do PIB; os Estados Unidos da América do Norte, 32%. Ora, nobre Senador, se estivessemos arrecadando 29% do PIB, teríamos hoje, à disposição dos cofres públicos, para atender saúde, educação, infra-estrutura e outras áreas tão necessárias ao Estado para ser soberano, teríamos, no mínimo, uma evasão de 8% do PIB. Estou sendo muito conservador para não ser contestado. Oito por cento do PIB são US\$32 bilhões por ano, todo ano, num escândalo que ninguém percebe, ou melhor, que foi urdido, tramado de forma a que acontecesse vinte quatro horas por dia, fazendo com que passássemos por cima de algo que se repete todo dia, a toda hora. Nobre Senador, já pensou V. Exª se, nos cofres do País, houvesse hoje mais US\$32 bilhões para atender o ensino básico, a saúde, a seca no Nordeste, a infra-estrutura? Isso modificaria todo o Estado. V. Exª disse muito bem que as obras precisam se deslocar para o Município. Eu já disse, certa vez, para escândalo da platéia, que ao Município só deveria ser proibido declarar guerra, mas que tudo o mais deveria ser permitido, porque o homem nasce, vive, desenvolve-se e tem todos os seus problemas no Município. Óbvio! O trágico do óbvio é não ser praticado. Durante a ditadura, os Municípios participavam apenas com 3% da arrecadação. Na Alemanha, vai de 20 a 32%, dependendo do grau de riqueza ou pobreza do Município. A Emenda Passos Porto, de um Senador que honrou esta Casa, transformou a participação do município em 6%. Na Constituinte, estabelecemos que essa participação deveria chegar linearmente a 25%. As mágicas começaram a partir do estado atético. Presenciamos, atrelados, alguns escândalos. Por exemplo, compõe o Fundo de Participação dos Estados e Municípios o Imposto de Renda. De repente, baixase uma portaria do Ministério da Economia, tirando o Imposto de Renda das transações financeiras. Mas, para que os Estados não ficassem sem arrecadação, criou-se o IOF — Imposto sobre Operações Financeiras —, que passa aos cofres da União sem compor o Fundo de Participação dos Municípios. O segundo escândalo é o que está acontecendo neste instante, com a diminuição do IPI do cigarro para quase zero. Para substituí-lo, pois esse IPI era uma fonte de receita muito grande, veio o Imposto de Selo. Com isso, o Governo imperial central passa a ter a mesma arrecadação, mas subtraído dos Estados e Municípios um percentual muito grande.

Os escândalos estão acontecendo. Alguns são mais dramáticos e, por isso, aparecem. Começou V. Ex^a muito bem o seu discurso, quando disse que a CPI e esse Presidente permitiram que abríssimos as nossas vísceras. Não sei se estão abertas ainda, mas precisamos escancará-las com coragem. Devemos ter a coragem de ver a verdade toda! Gostei enormemente do fato de o nosso Relator ter se apropriado do verbete de São João, quando disse: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Só conhecemos a verdadezinha, temos que conhecer toda a verdade. Estamos atentos, nobre Senador, pois ano que vem o Congresso Nacional tem obrigação de rever a nossa Constituição. Citó um outro escândalo dos Estados que vai tocar muito o Estado de V. Ex^a, assim como o meu, de uma certa maneira. No mundo todo o imposto de vendas — IVA, ICMS — é recolhido totalmente no lugar em que é efetivada a compra. É assim nos Estados Unidos da América do Norte, na França, na Inglaterra, é assim em todos os países desenvolvidos do mundo. Aqui, grande parte do ICMS fica no Estado que produz. E o que acontece? Nós ficamos chovendo no mar, chovendo no molhado. São Paulo arrecada violentamente, enquanto o Piauí, cujo habitante faz um esforço extraordinário para comprar o seu automóvel, não arrecada talvez 5% do total dos impostos que ficam em São Paulo. Por isso, gostaria de tirar, se fosse possível, da cabeça de cada Congressista, esse ufanismo de achar que estamos passando o País a limpo. Fico muito mais com a idéia de V. Ex^a de que estamos começando a olhar as nossas vísceras. Inicialmente, não estou gostando nada do que estou vendo, mas temos que olhar com coragem, como um médico que abre as vísceras e vê uma porção de tumores. A partir daí, temos a obrigação, o comprometimento com o nosso País, com o nosso povo, com os nossos cidadãos; de começar a extirpar esses tumores. Alguns deles, nobre Senador, estão acontecendo, agora, nos jardins. Tenho o hábito de andar todas as manhãs, e vejo que o número de pessoas que dormem nos jardins, de baixo das platibandas dos prédios, tem aumentado significativamente. Estamos transformando Brasília em Calcutá, e o pior é que estamos nos acostumando com tudo isso. Na raiz de tudo está a organização do Estado, a sonegação fiscal, o malbaratamento das finanças públicas; na raiz disso está a falta de coragem para, verdadeiramente, olhar para dentro de nós. Há pouco tivemos um aparte extraordinário do Senador José Paulo Bisol, em que S. Ex^a fala que até formar a consciência crítica, muitas vezes, demora. Isso é cultural. Eu gostaria de citar S. Paulo, que perseguia os cristãos. A Bíblia registra que os mantos de Timóteo são colocados nos seus pés para que ele seja morto, lapidado. Ele cai do cavalo em Damasco — uma imagem linda quando um homem cai do cavalo e começa a pensar. Aí, ele, que já era tido por todo mundo como um santo, proclama: "Vejo o bem que quero, faço o mal que não quero." Esse é o momento da autocritica, o momento em que ele é capaz de ver o erro que pratica. Ele não é mais Hitler, não faz mais o mal achando que está fazendo o bem. Ele está vendo o bem que quer e fazendo o mal que não quer. Creio que neste momento, se tivermos bastante coragem, podemos iniciar, na sociedade como um todo e principalmente no Congresso Nacional, a ver o bem que queremos e a ter a coragem de confessar que estamos fazendo o mal que não queremos. Agradeço a V. Ex^a o aparte que me concedeu.

OSR. MÁRCIO LACERDA — Muito obrigado pela intervenção, nobre Senador Ronan Tito.

Tenho a impressão de que esse momento é extremamente importante para a vida nacional. E é sério o risco que estamos correndo — acho que o Senador Pedro Simon levantou também a questão. A Nação inteira está voltada para o Congresso Nacional, por conta do desempenho da CPI, das descobertas de tantas e tantas mazelas, por conta da expectativa que, mais uma vez, talvez equivocadamente, se esteja formando, no sentido de que a simples apuração dessas denúncias — talvez até o afastamento do Presidente da República — venha resolver nossos problemas.

Mas, de toda forma, tenho uma esperança muito grande. Observei, nesses últimos anos, um processo de amadurecimento muito forte da sociedade brasileira. Temos visto, em alguns momentos difíceis, sindicatos ou grupos de trabalhadores reunirem-se para discutir o aumento da jornada de trabalho, até mesmo a redução de salário, para manter o emprego e a empresa. Por outro lado, estamos assistindo a alguns fatos interessantes: a elite brasileira, talvez uma das mais retrógradas e mais reacionárias do mundo, que se acostumou a viver às expensas do Poder Público, que foi o grande agente de desenvolvimento no País, também por um segmento mais novo da área empresarial, está discutindo novas formas de gestão; está discutindo a necessidade de se promover o aumento real da renda; está discutindo a necessidade de se modernizar efetivamente a relação entre capital e trabalho.

O Brasil é um País de sorte, no conjunto. Quase todas as nações do mundo passaram por grandes turbulências para encontrar seus destinos. Muitas passaram por guerras civis, outras por revoluções, outras por guerras externas. Se o preço da transformação, no Brasil, for o PC, é até um preço barato.

Creio que estamos, no momento, identificando nossas distorções: a distorção da sonegação fiscal, que vai a níveis absolutamente inaceitáveis; a distorção do centralismo, que incapacita o Estado, que imobiliza o Estado e traz consequências de grandes dificuldades. Lembro-me de que, quando eu era Relator da LDO, fiz um pronunciamento, perguntando ao Senado se aquelas 76 mil emendas, que tantos problemas causaram para os Parlamentares, para os Relatores, para o próprio Congresso Nacional, eram fruto do mero fisiologismo dos Parlamentares, da mera política de clientela dos Parlamentares ou se, por outro lado, eram fruto da falta de presença do Estado, nos Municípios, para atender a demandas absolutamente legítimas, de uma creche, de uma escola, de uma ponte, de um posto de saúde. Se os prefeitos, os Vereadores, aquelas comunidades dos milhares de Municípios do interior brasileiro não têm acesso — ou pelo menos não têm o acesso que o PC tem, ou tinha — às instâncias de decisão dos diversos órgãos da administração centralizada, é evidente que eles têm acesso a seus Parlamentares, até porque dessas bases espalhadas pelos mais distantes rincões deste País vêm os votos que elegem os parlamentares que compõem as duas Casas.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRCIO LACERDA — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou ouvindo o discurso de V. Ex^a e temo que V. Ex^a se desvie do objeto inicial de sua fala, que me pareceu absolutamente lúcido para este momento. Sem que saíamos para outras análises, volto ao tempo do início do seu discurso para louvar a iniciativa que aqui V. Ex^a tem de abordar um tema de tanta e de tanta gravidade.

Sei que se ir no tema em busca de outras consequências é algo muito natural, principalmente para pessoas cultas como as que apartearam V. Ex^a, como a pessoa culta e vivida que é o próprio Orador, que necessariamente sempre tem um exemplo a lhe puxar o raciocínio para uma outra consequência, para um outro fato. Mas quero dizer que V. Ex^a está discursando no dia em que o Supremo Tribunal Federal resolveu, que há, sim — há, sim — a lei que há de dirigir o processo de **impeachment**. A lei que já existia antes da Constituição, ao contrário do que foi noticiado, é entendida como uma lei de adesão; no que colide com a Constituição está revogada, mas no que não colide, adere, e está absolutamente em vigor. Portanto, não haverá o vazio legal, o vazio da lei para o exame dessa questão. Esse tópico foi trazido ainda no pronunciamento do Senador Pedro Simon pelo Senador José Paulo Bisol, depois que atendeu a um importante telefonema que lhe deu essa informação, logo corroborada por outra informação recebida pela Liderança do PMDB, pelo nosso Líder, Senador Humberto Lucena.

Quero dizer a V. Ex^a que acredito na renúncia do Presidente. Tantas são as consequências de um **impeachment**, tão doloroso o é para o País, que tenho certeza que no último instante Sua Excelência compreenderá que a ele cabe fazer um sacrifício pelo próprio País, pela Nação, por sua Pátria, que é a mesma nossa. Ele terá, evidentemente, de fazer esse sacrifício. Ele não pode fazer preponderar uma condição meramente pessoal por sobre uma condição nacional, um convencimento público, a apuração devidamente realizada pela Polícia Federal e pelo Congresso Nacional através de uma comissão mista. Não há como resistir a essa verdade. E também quero dizer, nobre Senador Márcio-Lacerda, que é impossível admitirmos a impunidade, sob todo e qualquer argumento que devamos usar, porque se não vamos punir esses que praticaram crimes de consequências tão elevadas, como estarão autorizadas as varas criminais aos seus julgamentos de pequenos furtos, de leves roubos, de peculatos quase que incosequentes e de estelionatos nascidos do desespero de passar um cheque sem fundo? Um chefe de família que no desespero preenche um cheque sem fundo e com ele satisfaz uma obrigação é enquadrado como estelionatário, mas, em verdade, é um homem em desespero. E a justiça pune cidadãos dessa natureza diariamente, cotidianamente, basta abrir o Diário da Justiça em cada Estado. A desobediência civil é que deve, agora, assombrar a nós todos, Senador Márcio Lacerda, porque se deixamos impune o Senhor Fernando Collor de Mello porque é Presidente da República, e porque puni-lo tem tais e tais consequências, por que não pensamos nas consequências sociais do desmantelamento do Poder Judiciário como um todo? Quem acreditará mais na lei, nas penas cíveis ou nas penas do Direito Penal propriamente dito? Quem mais acreditará no sistema punitivo, coercitivo de um direito quando as maiores delinquências ficam na impunidade? Não havendo a renúncia, é preciso que haja o **impeachment**. A renúncia é a chance do Presidente. É a manifestação da sua voluntariedade e do derradeiro rasgo de seu patriotismo. Se não houve patriotismo para justificar a existência daquilo que denunciou o seu próprio irmão, pois que haja o patriotismo baseado na humildade de dizer: "O meu irmão tinha razão. O que ele disse é verdade. A Nação deve se livrar disso. Renuncio para que não haja consequências piores para o País, para a Nação, para o povo, para o Estado". E, individualmente, para ele mesmo, porque todas as garantias individuais,

todos os seus direitos atinentes à ocupação do cargo desaparecerão com a decretação do impedimento definitivo, que é o **impeachment**. V. Ex^a centra muito bem a sua fala. E eu lamentei quando V. Ex^a foi para o exame de questões orçamentárias. Sei que muitos escândalos existem com a evasão fiscal, porque este País se acostumou à amoralidade, quando não está acostumado à imoralidade. Varia da amoralidade para a imoralidade. Ninguém quer pagar imposto. A educação paga caro por isso, a saúde preventiva deixa de existir por causa disso, as universidades se desmantelam por causa da sonegação. Tudo isso é verdade, mas nada disso autoriza a crise moral, que será mais grave do que esta representada pelo naufrágio do País na impunidade que muitos querem. No nosso Direito não há como negociar com o Presidente, negociar a sua impunidade para que desocupe o cargo. Sou contra isso, porque o Estado não negocia com nenhum outro marginal nenhuma impunidade. Por esse motivo, isso não é possível; por isso não é possível pensar assim, Senador Márcio Lacerda. O rigor da lei deve ser respeitado neste momento. É hora de lembrar a frase latina mais vulgar, brutalmente mais vulgar, mas que era da preferência, talvez, do maior dos brasileiros, Rui Barbosa: *dura lex, sed lex* — a a lei é dura, mas é lei. A lei é essa; dura ou não, que se cumpra! Como exigimos que se cumpra a lei que manda o homicida para a reclusão; como manda para a detenção os que praticam o furto; como manda para a cadeia aqueles que delinquent?

Essa delinquência tem uma repercussão tão grave que deve começar pelo fato maior, que é exatamente o **impeachment**. A situação de que fala V. Ex^a é importante, porque quase que é uma análise da questão social, mais do que uma análise da questão política. Tudo isso é muito respeitável, mas que não nos afastemos daquilo que levou o Supremo Tribunal Federal hoje a eliminar os equívocos da imprensa: há, sim, uma lei que rege o processo de **impeachment**. Se o Supremo Tribunal Federal se reúne, antecipa-se e retifica uma ementa duvidosa, dúbia, é porque lá, como aqui, a sensibilidade está aguçada para compreender a gravidade do momento nacional. De resto, os meus parabéns à sua fala, aos apartes a essa análise brilhantíssima. Dos Senadores José Fogaça e Ronan Tito; apenas divergi quando senti que V. Ex^a ia chegar a um outro porto, que não fosse o da punição dos culpados.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Senador Cida Sabóia de Carvalho, V. Ex^a se antecipou ao meu raciocínio e agradeço-lhe que me tenha recolocado na direção da linha inicial do discurso.

A minha vinda a esta tribuna hoje se prendia exatamente ao fato de que o processo de impedimento do Presidente, o processo de **impeachment** é lento e doloroso para a sociedade, e o Presidente poderia, em respeito aos seus 35 milhões, de votos, livrar a Nação desse trauma.

Independentemente disso, correm pelo Judiciário as ações de crime comum, e é evidente que, se não houver uma punição pela Justiça, se houver uma protelação pela Justiça de todos esses ilícitos levantados pela CPI, se o Sr. PC Farias sonegou tributos e não for punido, sem dúvida, isto autorizará outros cidadãos comuns a não pagarem mais impostos também; se o Sr. PC Farias promoveu outros tipos de crime e não for punido, sem dúvida alguma, isso estimulará a desobediência civil.

Senador Cid Sabóia de Carvalho, o que me trouxe à tribuna foi a intenção de levantar um fato novo criado pela

aprovação, ontem, do Relatório da CPI. É inevitável a abertura do processo de impedimento, é inevitável a abertura do processo de autorização pela Câmara dos Deputados, como também é inevitável a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República, para que façam as denúncias.

Queria chamar a atenção exatamente para o ato político da renúncia, sem prejuízo dos atos jurídicos do exercício da justiça, que irá punir exemplarmente as pessoas envolvidas, sejam elas quem forem; e aí concordo com a frase latina do Senador Cid Sabóia de Carvalho que diz: *dura lex, sed lex*.

O Sr. Nelson Wedekin — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MÁRCIO LACERDA — Ouço V. Exª com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Solicito a V. Exª que seja breve e não conceda mais apartes, pois precisamos entrar na Ordem do Dia.

O SR. MÁRCIO LACERDA — Perfeitamente.

O Sr. Nelson Wedekin — Senador Márcio Lacerda, creio que, da sua intervenção hoje e também dos vários apartes que se sucederam, pelo menos para nós, fica absolutamente claro que o processo de *impeachment* não é decididamente a solução para todos os problemas nacionais. Devemos refazer e repetir à exaustão este discurso, este pronunciamento, esta constatação, para que este momento elevado da vida nacional não se constitua mais uma decepção, uma frustração para essas massas que estão aí nas ruas e nas praças do nosso País, manifestando a sua indignação, pedindo e clamando pelo fim da impunidade, dizendo que esses atos de corrupção não são aceitáveis sob nenhum ponto de vista. A Nação está suficientemente madura para perceber também esta realidade: não há soluções mágicas, o *impeachment* não é uma solução mágica, o fim e as conclusões da CPI também não se constituem solução salvadora da Pátria, como também não será, se passar amanhã ou depois, o Parlamentarismo. A sociedade brasileira estará suficientemente madura para abrir e divisar novos caminhos para todos nós, no momento em que compreender que isto é a construção de um longo, penoso e difícil processo. Creio que vamos evoluir para além de simplesmente se eliminarem os atos de corrupção, a imoralidade no trato da coisa pública, as irregularidades, as fraudes, o tráfico de influência, enfim, como se costuma dizer, esse mar de lama em que nosso País está vivendo. Creio que iremos além disso, sou otimista. Não bastará apenas a ética nos negócios públicos; não bastará apenas ao homem público, ao governante, ou ao representante popular ser ético, ser moral, ser honesto, porque — e nisso quero estar de acordo com os Senadores José Richa e Pedro Simon — isto é uma preliminar, é a obrigação mais elementar não do homem público, mas do cidadão, na acepção mais plena da palavra. Temos que evoluir para além disso. Não há nenhuma ética também, Senador Márcio Lacerda, nas políticas públicas que são legais — elas são legais. Botar a mão nos cofres públicos, alguém se beneficiar do dinheiro público é ilegal, mais do que ser imoral. Mas também não há nenhuma ética, nenhuma moralidade em políticas econômicas que são legais, que são propositais, que são pensadas por supostos sábios iluminados, mas que levam o País à recessão, com todo o seu séquito de males, com todas as suas consequências devastadoras no tecido social e na vida nacional, a recessão que paralisa os negócios, que produz o desemprego, que rebaixa os salários. Não há nenhuma ética nisso.

É legal o salário de 230 mil cruzeiros por mês, é legal. Nós mesmos votamos aqui. Mas qual é a ética, qual é a moral que preside um salário mínimo de 230 mil cruzeiros por mês num país como o nosso? Qual é a ética que preside os índices de concentração de renda no nosso país? Pode ser legal o fato de que a renda e a riqueza se concentrem de uma forma perversa e brutal nas mãos de 10% da população brasileira, mas não há nisto nenhuma ética. Foi o conjunto de políticas públicas seculares que levou este País à concentração de renda que temos. Eu diria que, contra a sonegação e evasão fiscal, há pelo menos regras legais, há normas de convívio social que impõem às pessoas que geram uma determinada atividade econômica o pagamento de determinados impostos. Se ele não paga, ele não está sendo moral, nem ético, está ferindo a lei.

Mas qual é a ética que preside a remarcação abusiva de preços, que é uma constante da vida nacional? A crise brasileira é aproveitada pelas elites produtivas, pelas elites econômicas nacionais para a remarcação abusiva e vergonhosa dos preços. E isso, de algum modo, é legal, as pessoas podem fazer isso. Qual é a ética que preside a lógica dos monopólios, dos oligopólios, de quem tem o poder de fazer os seus preços? Tudo isso nós, a tempo e a hora, certamente teremos que questionar, tanto quanto questionamos a imoralidade no trato da coisa pública. Ouso dizer, Senador Márcio Lacerda, pela minha visão de mundo — e quero contrariar um pouco os privatistas de um modo geral — que não há muita ética nos processos de privatização do nosso País, no modo como ela está sendo feita, a qualquer preço, sem nenhum critério, sem nenhuma seleção. Não há nenhuma ética em vender uma propriedade estatal, que é de toda a sociedade — em tese, uma estatal é de toda a sociedade — por um preço sempre menor do que ela realmente vale e por uma moeda que, no mercado, esses que defendem a privatização não aceitam nem para vender um cavalo velho ou um televisor usado. Não há ética nenhuma nisso, é um prejuízo para a Nação. Enfim, precisamos questionar não só a ilegalidade, não só a imoralidade, mas a amoralidade, a falta de ética no conjunto das ações de governantes e representantes do povo. Quero encerrar, cumprimentando V. Exª pela oportunidade, pela lucidez do seu pronunciamento, pela precisão dos conceitos que foram emitidos. Concordo naquilo que é essencial. Precisamos ver esse episódio todo — o fim da CPI, o processo de *impeachment*, que inevitavelmente terá que se iniciar, a remessa dos autos ao Procurador-Geral da República — não como uma porta de saída para os grandes problemas nacionais, mas como uma modesta porta de entrada, um começo, uma preliminar indispensável. Se ela não for vencida e superada, não resolveremos, subseqüentemente, os demais problemas do Estado, o seu gigantismo e a sua ineficiência — precisamos concordar com isto — nem esse outro conjunto de distorções e deformações, que são a marca e característica da vida nacional contemporânea. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. SR. MÁRCIO LACERDA — Agradeço ao Senador Nelson Wedekin. V. Exª se referiu exatamente ao que me trouxe à tribuna, quando comecei propondo, em face do trauma que vai significar para o País todo esse processo de *impeachment*, que o Presidente da República se afastasse; ou que, independentemente de Sua Excelência o fazer voluntariamente, que houvesse o seu fastamento na seqüência da instauração do processo de *impeachment* aprovado pela Câmara dos Deputados. É fundamental que haja um pacto da socie-

dade brasileira — e tenho a impressão de que estamos maduros para isto — para se transpor esse final de mandato, que foi iniciado e que, provalmente até de uma forma traumática para a sociedade, poderá ser interrompido.

Estamos às vésperas da revisão constitucional. Seria fundamental que houvesse a formação de um gabinete, de um governo; não um Parlamentarismo antecipado, absolutamente, mas uma solução negociada em cima de alguns pontos fundamentais, como, por exemplo, o fim da recessão e a retomada do crescimento.

Não é possível mais a sociedade brasileira permanecer nessa política recessiva, até porque ela não deu certo — a inflação está aí posta, independente do tamanho do sacrifício da sociedade. Precisamos nos preparar para algumas grandes reformas e para seus efeitos: a reforma do Estado, a própria revisão do sistema partidário e eleitoral, enfim, temos algumas grandes transformações a fazer, e tenho a impressão de que elas serão feitas se houver o entendimento nacional. Acredito que a sociedade brasileira, neste momento doloroso da sua vida, prepara-se claramente para isto.

A razão principal da minha vinda à tribuna é convocar os dirigentes sindicais, as federações e confederações de trabalhadores, os Srs. Governadores de Estado, os Partidos políticos e seus Parlamentares, as representações de entidades empresariais e da sociedade civil, neste momento difícil da vida nacional, com o afastamento voluntário do Presidente ou na eventualidade do seu afastamento pela abertura do processo de **impeachment**, para, dentro da normalidade institucional, de acordo com o que estabelece a Constituição, promovermos um entendimento e nos preparemos para a grande mudança deste País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Márcio Lacerda, o Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Almeida.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA (PLF — AP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no reencontro da Nação com os princípios maiores da ordem política é também hora de serem repensadas as metas do desenvolvimento regional, com a participação mais efetiva dos Estados nas riquezas que são extraídas do seu subsolo. Sobretudo aqueles que integram a região Norte, economicamente mais vulneráveis.

Não se trata de socorro gratuito, e falo sobre o Amapá, cuja economia, embora ainda modesta, possui grandes jazidas minerais, motivo de orgulho de todos os brasileiros. Mas não vivemos de euforias, nem da admiração preguiçosa de nossas potencialidades. É preciso que seja implementada urgentemente a vontade política, firme e decidida, a fim de que as riquezas que são extraídas resultem em termos efetivos para o bem-estar da população, injustamente sacrificada.

O Amapá é, talvez, o exemplo mais efetivo deste estado de inércia em que se encontra mergulhada a política mineral brasileira.

Desde o século passado, quando se descobriram as imensas jazidas de ouro daquele Estado, que a sua exploração vem sendo feita com o desperdício de milhares de toneladas, resultando em prejuízo incalculáveis. Mas nada se compara

com o prejuízo que é causado em virtude da fuga facilitada dos **royalties**, previstos pela Constituição brasileira e estabelecidos pela Lei nº 7.990. De tudo quanto vem sendo explorado do chão amapense, entre ouro, cromo, manganês, caulim, cassiterita, ferro e tantos outros minérios, o Amapá recebeu, em 1991, de um valor global, de cerca de 165 milhões de dólares, apenas 1 milhão e 113 mil dólares relativos somente ao que se produziu em manganês e caulim, já que pelo cromo, por medida administrativa, não incide qualquer tributo, e sobre o ouro é pago apenas 1% do total extraído.

Este é apenas um breve demonstrativo da situação em que nos encontramos, no que respeita à política mineral brasileira.

O Amapá não clama por socorro, busca apenas o que é seu, por direito, sobre o que Deus lhe confiou a bem da grandeza e felicidade de seus filhos.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que sejam tomadas providências urgentes, para que distorções como essa sejam prontamente corrigidas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há pouco, fiz referência, aqui no Senado, a um encontro, realizado no Recife, e que teve por objetivo estimular um amplo debate sobre o futuro de Pernambuco.

O Seminário teve por título SOS Pernambuco — I Fórum de Idéias e Soluções. Foi promovido pela Fundação Joaquim Nabuco e pelo **Jornal do Comércio** e reuniu políticos atuantes do Estado, ex-Governadores, cientistas sociais, jornalistas, empresários.

A Fundação Joaquim Nabuco, como sabem todos, é uma instituição com um reconhecido acervo, já, de estudos sobre a região, com um notável passado e que congrega os mais renomados expoentes da cultura e da ciência no Nordeste.

Ela teve origem em um projeto de lei do então Deputado Gilberto Freyre, esse sociólogo antropólogo, homem de letras que tanto honrou a cultura brasileira e que, em obras geniais, como "Casa Grande e Senzala," "Sobrados e Mucambos," "Ordem e Progresso," retratou a formação de nosso País, trazendo uma luz nova, uma perspectiva tão inovadora para nossa ciência social.

E a Fundação, por sua denominação, recorda um dos nossos maiores valores, Joaquim Nabuco, que, quer como político, quer como homem de letras, é uma das glórias de Pernambuco.

Nabuco, como sabem, era proveniente da Aristocracia açucareira. Mas fez um voto — o de não se afasatar da defesa da raça oprimida pela escravidão; fidalgo, ele iria assumir ideologia oposta a de sua classe; representante dos engenhos, iria criticar o que denominou de "a deformação utilitária da criatura"; condenou a escravidão que, como dizia, transformava os homens em "instrumentos da colheita."

Sendo um liberal, Nabuco apoiaria os conservadores em defesa na abolição; iria desgostar católicos, chefes políticos, Governos, em defesa do que considerava justo.

O que se disse ele, afinal, é que teria amado as instituições para reformá-las.

Lembro Nabuco, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao verificar que a Fundação de agora, que tanto honra o nome daquele homem público, mais uma vez merece nossos elogios ao por a exame nossas instituições de hoje, nosso modelo econô-

mico, nosso quadro social, para que, denunciando-lhes as inconveniências e injustiças, possa programar as correções devidas.

O Seminário SOS Pernambuco — I Fórum de Idéias e Soluções teve o patrocínio, igualmente, do *Jornal do Comércio*. Falar desse matutino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é falar, também, do passado — e do melhor passado — de Pernambuco.

Fundado por F. Pessoa de Queiroz — que deixou, aqui, no Senado, a marca de seu Espírito Público, de sua fidalguia, de sua honestidade de propósitos — sofreu o jornal funda crise.

Agora, sob a direção do grupo Paes Mendonça, restaurou-se e se impõe como uma das maiores forças da imprensa do Nordeste.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Senadores, de tudo o que foi examinado no Seminário — e recebi, há pouco, toda a documentação a ele referente — de todas as comunicações e debates em que se envolveram as maiores expressões da vida política, social, e econômica de meu estado, desejo fazer referência, hoje, aqui, somente a uma das afirmações ali proferidas e que encontrou a mais funda repercussão fora do âmbito do seminário. Ela atribuía à Sudene — exatamente à Sudene — um pouco de culpa pelo relativo atraso de Pernambuco em relação a outros estados do Nordeste.

Segundo o economista Abdias Moura, houve, por parte da Sudene, em certo momento de sua atuação, um esforço para “dar lógica ao processo de desenvolvimento da região”.

E acrescentou ele:

“Uma vez que o desenvolvimento do Nordeste era uma forma de compensar as nossas deficiências em relação ao centro sul, achou-se, no órgão de coordenação regional, que também, se deveria compensar em termos de nordeste, e dar margem àqueles estados que estavam mais atrasados. Como Pernambuco estava na frente, pelo menos em termos de indústrias, ficou mais prejudicado, e outros estados, que estavam mais atrás, como o Ceará mesmo, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, para não se falar no Piauí, que também, proporcionalmente, cresceu muito, mas em termos relativos, esses receberam mais recursos, mais incentivos.”

Uma política, então, não contra Pernambuco, mas a favor das outras unidades federadas do Nordeste, é que teria relegado nosso estado a um plano secundário.

Com pesar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro este desabafo. Essa instituição notável que é a Sudene, a quem tanto a região nordestina pode creditar seu desenvolvimento econômico e social, pode ver, assim, desmerecido um pouco de seu papel.

Tenho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante toda minha vida pública, sido um defensor incansável da Sudene. No início da administração Fernando Collor, na solenidade de posse do superintendente da instituição — o ex-Governador Aduato Bezerra — fiz uso da palavra e tive a oportunidade de lembrar como a Sudene surgiu da tomada de consciência do povo nordestino, pela ação catalizadora de vários eventos, dentre os quais o “encontro dos bispos do Nordeste” coordenado pelo professor Barreto Guimarães, e a “campanha de recuperação de Pernambuco”, deflagrada pela federação de indústrias de Pernambuco, presidida por esse valoroso homem público que foi Cid Sampaio, depois Governador de meu

estado e que deixou, aqui, no Senado, a marca de sua competência, de sua honestidade de propósitos.

Lembrei que, apesar de nunca ter realizado plenamente a sua finalidade, por um sistemático boicote dos outros órgãos federais atuantes na região, foi devido à ação da Sudene que o Nordeste cresceu 40,3% no quadriênio 1964/68, enquanto o país crescia 27,2% no mesmo período.

Mas, no final daquele quadriênio, a instituição passou a sofrer um processo de esvaziamento, com a redução sucessiva de seus orçamentos e com a diminuição progressiva dos recursos dos incentivos fiscais.

Apesar de todas as distorções — lembrei, então — as empresas criadas com incentivos fiscais da Sudene estavam contribuindo com quarenta e cinco por cento do IPI arrecadado na região, o qual excedia em quarenta por cento o orçamento do Finor.

E frisei — naquele pronunciamento que teve a mais funda repercussão, encontrando acolhida e comentários, por vezes elogiosos, por vezes cáusticos nos principais jornais do País — que apesar do êxito extraordinário, o sistema de incentivos fiscais é a própria Sudene apresentavam distorções que precisavam ser corrigidas.

Não podia eu compreender como a Sudene não tivesse dado qualquer atenção à cana-de-açúcar, a principal cultura regional, deixando que o setor entrasse em crise e tivesse pequenos ganhos de produtividade nesses anos de atuação da superintendência. Do mesmo modo que não tivesse dado atenção à acoolquímica.

E que tivesse abandonado as pequenas empresas, ao estabelecer um elevado teto mínimo para os projetos, exigência esta que só permitia que as médias e grandes empresas fossem beneficiadas pelo sistema.

Finalmente, me referi aos péssimos resultados obtidos pelos projetos agropecuários.

Fui, assim Sr. Presidente, Srs. Senadores, um dos primeiros a reconhecer o tão relevante papel desempenhado pela Sudene para o crescimento econômico e social do Nordeste.

Mas dos primeiros, também, a apontar-lhe as distorções, as deficiências.

A constatação de agora — como anotou o economista — é a de que a Sudene procurou “a lógica do processo de desenvolvimento”.

E que buscou, muito corretamente, segundo seus padrões, corrigir os desníveis no interior do quadro nordestino, que, tal como o Nordeste, em relação ao Centro-Sul opunha, igualmente, áreas desenvolvidas a bolsões de atraso e pobreza.

E se deplora, então, a perda, por Pernambuco, de sua situação privilegiada, à frente do processo industrial da região, e isso sob estímulos oficiais.

Fico a imaginar, no entanto, se não contribuiu, para tal quadro, a timidez de nossos líderes políticos, de nossas classes empresariais.

Ou, quem sabe, o muito de orgulho de nossas elites dirigentes, que não se empenham, como a de outros estados, na defesa, mais intransigente, de nossas prerrogativas, de nossos interesses.

Uma primeira advertência, que me fica, muita clara, dos debates desse SOS Pernambuco — I Fórum de Idéias e Soluções, é que não podemos repetir a quietude, o conformismo do passado, frente a políticas e programas que, embora pareçam justificadas pela teoria econômica, representam uma negativa a todo esforço de desenvolvimento, um desapeço ao

empenho das gerações que nos antecederam, por nosso progresso econômico e social.

Essa é uma lição, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que já recolhi em minha vida pública e que a experiência de agora reforça: a de não me intimidar no clamor pelas reivindicações que não podem ser afastadas com a pecha de bairrismo.

Pois não se tratam de questões pessoais, de vantagens individuais e, sim, dos interesses maiores das regiões, de unidades territoriais que aqui representamos e cujos propósitos e objetivos devemos honrar.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina realizou na semana passada, no Município de Caçador, a sua 5ª Assembléia Estadual. Faço neste instante o registro de tal evento, pela sua importância no contexto da luta política e pela representatividade que tal encontro obteve, com a participação de cerca de 150 delegadas escolhidas em todos os Municípios catarinenses. Nestes encontros municipais as teses da Assembléia foram exaustivamente debatidas.

Depois de vitórias significativas, como o direito à sindicalização e aposentadoria, o Movimento toma agora um novo rumo. As mulheres agricultoras estão dispostas a continuar a luta, com novas bandeiras.

Segundo entendimento das participantes do evento, o Movimento deve ser autônomo, lutando pelo direito de todos os trabalhadores, mas sem esquecer as questões específicas das mulheres.

Entre estas destacam-se o reconhecimento da profissão de agricultora, o salário-maternidade, fim da violência contra a mulher, aplicação da Lei da Previdência Social, política agrícola e saúde preventiva e pelo incentivo à participação da mulher na sociedade. Nas questões gerais, a Assembléia Estadual reafirmou a luta pela reforma agrária, pela ética na política com a apuração de todas as denúncias de corrupção e pela punição dos culpados.

Resumindo, defendem as mulheres a sua integração na luta por uma vida melhor e por um país mais digno.

Por estes motivos, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é que a Assembléia Estadual merece o registro nesta Casa.

Assim como todos os segmentos organizados da sociedade, as mulheres, e mais especificamente, as mulheres trabalhadoras, não poderiam, neste momento importante de vida nacional, deixar de lutar pelos seus direitos e apresentar as suas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS (PSDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de representante do Mato Grosso do Sul e de homem que tem lutado por toda a vida em favor das causas democráticas e populares, peço hoje a palavra para manifestar meu contentamento em pertencer a esta Casa.

A democracia pressupõe e precisa do Parlamento. E, mais do que nunca, o povo brasileiro tem percebido que o Congresso Nacional é peça fundamental para a construção cotidiana e permanente da verdadeira cidadania.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, que surgiu com as denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello, cumpriu exemplarmente com o seu dever cívico.

No início, poucos acreditavam que esta CPI chegasse a conclusões válidas, mas os fatos mostraram que ela, em momento algum, fugiu ao cumprimento do dever fiscalizatório da administração pública.

Achávamos, todos, que as denúncias primeiras poderiam levar à conclusão de delitos praticados pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias, dada a firmeza das declarações iniciais do denunciante. Porém, jamais poderíamos imaginar, mesmo conhecendo e denunciando, de primeira hora, o descalabro administrativo e político provocado pelo atual Governo, que tivesse sido instaurado no País num esquema de corrupção e tráfico de influência como o descoberto pela CPI.

Soube muito bem o nobre Senador Amir Lando escolher o preâmbulo de seu relatório: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, retirado do Evangelho Segundo São João (8,32).

Lembro-me também, do grande dramaturgo alemão, Bertold Brecht, que, na Vida de Galileu, cena IX, afirma: “Quem não sabe a verdade, é apenas um imbecil. Mas quem a sabe e a chama de mentira, é um criminoso”.

Hoje todos esperamos que o Brasil não seja o mesmo após a conclusão da CPI. Não será!

O Brasil precisa ser passado a limpo. É o que deseja nosso povo, é o que clama a cidadania. E o será, como bem mostrou o resultado da CPI.

Corrupção, em um país pobre, cheio de miseráveis famintos, deserdados, sem-teto, sem emprego, é crime de lesa-pátria.

Não só. Neste País, cuja mortalidade infantil nos atormenta, por sabermos que suas causas estão, comprovadamente, na pobreza, na insalubridade da vida urbana marginalizada e na fome de milhões, o desvio de verbas públicas que deveriam estar sendo aplicadas em um programa radical de resgate da dívida social, nos enche de indignação.

Quantas vidas não poderiam ter sido salvas, quantas mortes não poderiam estar sendo evitadas se os atuais governantes não tivessem, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, promovido ou acobertado o saque ao erário provocado nos últimos anos.

Quanto sofrimento e quanta miséria não teriam sido evitados ou minimizados se a opção política e administrativa tivesse contemplado os descamisados, sem roubar-lhes o pão.

Não é por outro motivo que a população brasileira se revolta. O Brasil precisa de uma ética.

A política precisa de uma ética que nos oriente o comportamento, que nos dê valores que sustentem a busca de um País mais saudável, moral e fisicamente.

Desde o início deste Governo tenho combatido suas medidas recessivas e anti-populares. Denunciei a farsa do Plano Collor I, reclamei da falta de respeito para com os funcionários públicos, alertei contra o desmonte do Estado. Vim várias vezes à Tribuna desta Casa denunciar a falta de compromisso para com a educação, saúde, ciência e tecnologia.

Mas não são estes fatos que atingem minha consciência, hoje. Acredito na seriedade da CPI, acompanhei seu desenrolar, vi homens sérios se dedicando, em tempo integral, à causa maior da busca da verdade. Hoje, vejo o trabalho desses valorosos parlamentares concluído.

Carrego o sentimento da maioria dos cidadãos brasileiros. Um sentimento misto de repulsa e esperança. Repulsa por

ver o que se fez contra o Brasil com o assalto ao Tesouro. Mas esperança por ver que nossas instituições se fortalecem e apontam caminhos de mudança.

Estamos vivendo um momento crucial da vida brasileira. Ou o País se liberta ou será destruído, num lento e persistente movimento de corrupção moral.

Creio e tenho fé que só existirá um caminho a ser seguido: a redenção moral e política.

Mas não basta a sequência de atos e fatos que possam conduzir ao impedimento, necessário e urgente, do Presidente da República. Devemos tirar desse episódio a lição que a História nos dá. É imperioso que o País construa, urgente e solidariamente, um projeto de Nação que supere a impunidade. Não digo somente a impunidade que gera a corrupção, mas também, a impunidade que alimenta governantes antipovo, que nutre políticas que aumentam a pobreza, que fomenta o desprezo ao sofrimento dos milhões de marginalizados.

Há os que temem o povo nas ruas. São os que só conhecem os acordos de elite e desprezam o povo.

Confio, ao contrário, na vontade popular. Creio na democracia, no respeito solidário ao próximo, nos valores cristãos.

O povo hoje está nas ruas. E nas ruas clama por justiça. Uma justiça que vá muito além da aplicação do Código Penal, uma justiça social.

É isto que devemos compreender, é este ensinamento que devemos aprender. Uma democracia só se constrói sobre a base da vontade popular, só se edifica sobre o respeito aos anseios do povo, só se firma se as instituições representativas estiverem vigilantes permanentemente.

A verdade que nos libertará está sendo descoberta aqui no Congresso Nacional, mas só se efetivará se soubermos atender, com respeito e dignidade, aos anseios do povo brasileiro.

Está na hora de construirmos um projeto nacional, que coloque o Brasil em primeiro lugar, que preserve nossas riquezas, que salve nosso povo da miséria, que seja, antes de tudo, popular.

Por fim, conclamo os Srs. Senadores, que hoje se encontram apoiando o Governo, a escutar o povo, a se imbuir dos sentimentos populares, a ver a verdade que a CPI apontou.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Dario Pereira — Eduardo Suplicy — Francisco Rollemberg — Jonas Pinheiro — José Sarney — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Marco Maciel — Marluce Pinto — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Raimundo Lira — Ruy Baçelar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 649, DE 1992

Nos termos do art. 175, alínea d, do Regimento Interno, requerido inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 seja submetida do Plenário em último lugar.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1992. — **Afredo Campos.**

O Sr. Francisco Rollemberg — deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcio Lacerda, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Lacerda) — Aprovado o requerimento, será feita a inversão solicitada.

Item 1:

SUBSTITUTO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991, de autoria do Senador Humberto Lucena, que concede pensão especial a Francisco Paula de Cândido, e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Alfredo Campos para proferir o parecer.

O SENADOR ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Para proferir parecer.) — Sr. presidente, Srs. Senadores, o presente Projeto de lei do Senado, de autoria do ilustre Senador Humberto Lucena, retorna a esta Comissão, agora para reexame da matéria face à sua aprovação, com Substitutivo, pela Câmara dos Deputados.

A proposição objetiva conceder pensão especial mensal a Francisco Paulo de Cândido, o conhecido e respeitado médico Chico Xavier.

2. Com redação original, o Projeto estabelecia que o valor da pensão mensal corresponderia a 20 (vinte) vezes o maior salário mínimo vigente no País (art. 1º), não se estendendo a descendentes ou a eventuais herdeiros do beneficiado (parágrafo único do art. 1º).

3. Nesta Comissão, a matéria foi aprovada nos termos do parecer do Relator, ilustre Senador Divaldo Suruagy, com emenda ao art. 1º, visando a sanar inconstitucionalidade decorrente da vinculação do valor do benefício ao salário mínimo, o que é vedado pelo disposto no art. 7º, IV, *in fine*, da Constituição.

Como consequência, o valor passou a ser fixado em termo monetários, da ordem de Cr\$340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), expressamente estimados a preços de agosto de 1991.

A referida emenda reenumerou o então parágrafo único do art. 1º, transformando-o em § 2º e introduzindo um § 1º, que estabeleceu a correção do valor da pensão "... segundo os índices adotados pelo Governo Federal para as demais pensões pagas pelo Tesouro Nacional".

4. Na outra Casa do Congresso, pronunciaram-se as Comissões de Trabalho de Administração e Serviço Público, favoravelmente; de Finanças e Tributação, favoravelmente pela adequação financeira e orçamentária; e a de Constituição e Justiça e de Redação, que concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo.

5. As modificações introduzidas com esse Substitutivo consistem em:

a) no art. 1º, *caput*, atualizar o valor do benefício para Cr\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros), estimados na data de 30 de junho de 1992;

b) no § 1º do art. 1º, prever a incomunicabilidade da pensão a descendentes ou eventuais herdeiros do beneficiado (conforme já preceituado no parágrafo único do art. 1º da

redação original e mantida como § 2º do mesmo art. 1º, na forma da Emenda desta Comissão);

c) no § 2º do art. 1º, fixar o critério de revisão do valor do benefício como ocorrendo "na mesma data e nos mesmos percentuais em que for alterada a remuneração dos servidores públicos civis e militares da União".

6. As alterações produzidas na Câmara dos Deputados nos parecem corretas, como aperfeiçoamentos formais à proposição.

7. Assim, já superado favoravelmente o exame da matéria quanto ao mérito por esta Comissão e, agora, aceitas as modificações introduzidas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991, na forma do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Lacerda) — O parecer conclui favoravelmente ao substitutivo da Câmara.

Passa-se à discussão do substitutivo, em turno único.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Lacerda) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não poderia deixar de trazer a minha palavra, embora muito breve, quanto a esse projeto de lei de autoria do nobre Senador Humberto Lucena.

Quero dizer que se trata do extraordinário brasileiro Francisco Cândido Xavier, um homem inteiramente dedicado à sua fé, à sua religião, à sua ciência. E, como tal, de há muito que publicou mais de cem livros — a sua bibliografia já deve estar próxima de 180 a 200 obras. Isso é uma coisa extraordinária.

No entanto, esse homem não possui absolutamente nada, é uma pessoa extraordinariamente pobre. Vive hoje enfermo, com uma saúde precária, mas, ainda assim, prestando os mesmos serviços, exercendo a mesma fé e guardando a mesma dignidade. Tendo em vista que é um homem que se tornou polêmico, exatamente em face de sua missão, mesmo assim conserva-se na sua humildade e na sua pobreza.

A propositura do Senador Humberto Lucena, é, portanto, um das mais justas de tantas quantas da mesma natureza já passaram pelas Casas do Congresso Nacional.

Por isso discuto o parecer e, ao mesmo tempo, o substitutivo da Câmara, para apoiar o parecer do Senador Alfredo Campos e a solução encontrada pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Lacerda) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O Sr. Chagas Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Lacerda) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como já foi dito, trata-se de substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de autoria do nobre Líder Humberto Lucena.

O projeto concede pensão especial a Francisco Paula de Cândido, também conhecido como Francisco Cândido Xavier, como Francisco Xavier e como Chico Xavier, que merece nosso respeito e estima.

A proposição é justa; por isso a Bancada do PSDB votará a favor do projeto, já agora aprovando o parecer emitido pelo nobre Relator, Senador Alfredo Campos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Chagas Rodrigues o Sr. Márcio Lacerda, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Pergunto se algum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra para encaminhar a votação. (Pausa.)

O Sr. Elcio Álvares — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Álvares.

O SR. ELCIO ÁLVARES (PFL — ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado, agora de autoria do Senador Humberto Lucena, concede pensão especial a Francisco Paula de Cândido e dá outras providências.

Se se dissesse apenas o nome Francisco Paula de Cândido, não haveria talvez nenhuma referência, os Srs. Senadores talvez silenciariam; mas como se trata de uma figura humana das mais extraordinárias, impõe-se uma referência que não faz apelo a qualquer participação política ou a qualquer vulto que gravou seu nome através de obras materiais, mas à figura singela de Chico Xavier. Conforme disse muito bem o Senador Cid Sabóia de Carvalho, a imagem que Chico Xavier passa hoje a todos aqueles que têm oportunidade de vê-lo na televisão é a de uma figura frágil, quase tênue, mas com uma força espiritual extraordinária. A história de Chico Xavier é a história da bondade, a história de um homem que abre as portas para todos que, aflitos, o procuram; de um homem que, através do espiritualismo, realiza coisas que a vã filosofia dos homens não explica.

Confesso sinceramente que acompanho, com muito carinho, tudo o que se escreve sobre Chico Xavier. Como se não bastasse o seu exemplo e aquilo que ele representa, ou seja, talvez o maior alento espiritual da cura e do conforto, também é notável a sua obra, principalmente quando trata de temas ligados ao espiritualismo, que ele conhece tão bem.

Chico Xavier é um mineiro e, como todos os mineiros do interior, é uma figura que chega a ser tímida, conservando hábitos que decorrem da elevação do seu espírito. Mas Chico Xavier tem também momentos de vaidade na apresentação física, momentos estes gerados, talvez, com uma simplicidade que não tem explicação.

Este projeto faz justiça a Chico Xavier em nome de milhares de brasileiros, se não houvesse um resultado palpável da materialização da fé. Quantas pessoas desencantadas, num país de descrença, têm de Chico Xavier o gesto e o afago da palavra, aquelas coisas que estão escritas e que têm uma elevação extraordinária.

Confesso sinceramente: não sou espírita, mas tenho um respeito muito profundo pela figura humana daquele que é hoje uma mensagem de bondade. Num país tão conturbado

como o nosso, de violências, de noticiários e de crises políticas cada vez mais graves, Chico Xavier é uma figura que se projeta — eu diria até — com a mesma intensidade de Tereza de Calcutá e de Irmã Dulce, no seu apostolado bendito realizado na Bahia.

Neste instante, em nome do Partido da Frente Liberal e no de todos aqueles que, no meu Estado, professam a fé espírita — e são muitos — faço este registro, que é, repito, uma homenagem à bondade e à simplicidade de um homem que, na verdade, hoje em dia, é um fenômeno que merece ser estudado, pois, no meio de tantas vicissitudes e de tanto materialismo, ele consegue fazer, do seu gesto e da sua palavra, uma mensagem elevada. Considero oportuníssimo este projeto. Lamento que o estejamos fazendo somente agora, quando a figura de Chico Xavier já se torna quase que excelsa e ténue.

Cumprimento o Líder Humberto Lucena pela iniciativa. Tenho certeza de que, através dela, esta Casa está fazendo justiça, não a justiça dos bens materiais, porque, para Chico Xavier, os valores materiais nada representam, mas a justiça a alguém que tem uma intimidade muito grande com Deus.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Elcio Álvares, permite-me V. Exª fazer uma observação?

O Sr. Ronan Tito — No encaminhamento, não é permitido aparte, nobre Senador.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Não é bem um aparte, mas apenas um aditivo sem grandes pretensões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência garante ao Senador Cid Sabóia de Carvalho a palavra para o encaminhamento a seguir. A Casa terá sempre um renovado prazer em ouvir V. Exª. Além disso, a Mesa, em se tratando de matéria como esta, teria de ser flexível na aplicação da norma regimental.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — O Senador Ronan Tito está intervindo apenas em nome da nossa amizade. Mas eu gostaria de dizer que Chico Xavier recebeu obras extraordinárias, como “Parnaso de Além-Túmulo”, “Ave, Cristo!”, “Redenção”, “Há Dois Mil Anos”, “Cinquenta Anos Depois”, “Paulo e Estêvão”, “Mecanismos da Mediunidade” e outras obras extraordinárias, que formam um elenco moral e religioso impressionante. O romance “Paulo e Estêvão” está inscrito entre as obras literárias da maior importância no gênero narrativo. Era apenas um aditivo à fala de V. Exª, que demonstrou conhecer tão bem o extraordinário homem e espírito Francisco Cândido Xavier, que teria sido Abigail.

O SR. ELCIO ÁLVARES — Sr. Presidente, eminente Senador, para não quebrar a praxe regimental, incorporo como minhas todas as palavras do Senador Cid Sabóia de Carvalho, que, pela citação bibliográfica, tenho certeza de que é espíritualista e tem pelo médium Chico Xavier a mesma ternura que todos temos.

O Líder Humberto Lucena agiu muito bem. Conforme falei há pouco, num mundo tão conturbado, tão violento, alguém como Chico Xavier é um patrimônio de todos os brasileiros.

Comprazo-me, Sr. Presidente, com esta homenagem, dizendo, mais uma vez, que para Chico Xavier não deve importar os bens materiais, mas este reconhecimento público não deixa de ser, acima de tudo, uma lição de amor e de respeito a um homem que não fez outra coisa na vida a não ser a

prática da bondade e os estímulo cada vez maior à crença em Deus. Mais do que justa a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Prossegue o encaminhamento de votação.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Lucena, autor do projeto objeto desta deliberação a ser adotada agora pelo Senado Federal.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, agradeço as manifestações de apoio de vários Srs. Senadores, como, por exemplo, o Senador Cid Sabóia de Carvalho, o Senador Chagas Rodrigues e o Senador Elcio Álvares, à proposição que o Senado ora vota, qual seja, o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991, de minha autoria, que concede pensão especial a Francisco Paula Cândido e dá outras providências.

Pode parecer, à primeira vista, que uma pensão a ser concedida a Francisco Paula Cândido, mais conhecido como Chico Xavier, um dos maiores líderes espiritualista deste País, signifique uma generosidade, tendo em vista as dificuldades financeiras do Tesouro Nacional.

Quero dizer neste instante, Sr. Presidente, que o que me levou a apresentar este projeto foi uma visita que fiz, ainda como Presidente do Senado Federal, a Chico Xavier em Uberaba, quando tive a oportunidade de ir a sua casa com alguns familiares meus, e conhecer de perto a extrema pobreza em que ele vive, a ponto de o almoço que nos servia ter sido o resultado de doações públicas que chegavam na hora, feitas por pessoas amigas daquela grande cidade mineira, que levavam pratos os mais variados para a mesa de Chico Xavier, pois não lhe sobrava um centavo sequer para custear suas refeições e das pessoas que o visitam em sua residência, sobretudo nos dias de sábado e domingo. É que a pensão que recebia da Previdência Social, nessa época, era da ordem, se não me engano, de Cr\$40 mil a Cr\$60 mil, pra manter a sua casa, a sua vida pessoal, inclusive de um homem extremamente doente. Acredito até que, no momento em que este projeto foi transformado em lei — tenho certeza que o Senhor Presidente da República vai sancioná-lo — talvez durante muito pouco tempo, ele venha a receber essa pensão, tal a precariedade do seu estado de saúde. Os seus dias, ao que se diz, estariam contados, tanto assim que muitas pessoas que lá vão visitá-lo não são recebidas, às vezes, porque ele não tem condições físicas. Ultimamente, sequer tem saído de casa para dirigir as reuniões do Centro Espírita onde recebe centenas de pessoas de todo o Brasil, inclusive psicografando mensagens. Sr. Presidente, impressionou-me ainda na figura humana de Chico Xavier — e aqui foi traçado de maneira al e religioso — a bondade e a ternura que envolvem a sua personalidade. Ele tem um carisma pessoal fora do comum, que prende aqueles que dele se aproximam, que se tornam dali por diante seus amigos e admiradores. Não sou um espírita Kardecista, que é a doutrina a que se filia Chico Xavier; a exemplo do Senador Elcio Álvares, sou católico apostólico romano da linha do Concílio Vaticano II, de João XXIII,

ou seja, adepto da nova Igreja do Povo de Deus, da Igreja das novas reformas sociais. Entretanto sensibilizei-me, quando percebi o extraordinário dom que tem Chico Xavier de psicografar. Há, realmente, uma discussão muito grande a respeito desse assunto, sobre o qual, ainda há pouco, eu conversava com o Senador Cid Sabóia de Carvalho, que, por sinal, parece-me ser espírita Kardecista. Alguns filósofos e cientistas, sobretudo do Leste Europeu, da União Soviética, mais precisamente, afirmam que esse fenômeno pode ser explicado pela parapsicologia. Exista ou não explicação científica, o fato é que a mediunidade de Chico Xavier é extraordinária. Ele tem apenas o curso primário e, entretanto, produziu, pela psicografia, centenas de obras, algumas delas incursionando nos mais diversos setores do conhecimento humano, como Filosofia, Ciências Exatas e Ciências Sociais.

Portanto, é realmente fantástico o que vemos na obra desse mineiro de Pedro Leopoldo que todos reverenciam pelo seu valor moral e espiritual. Eu, por exemplo, que tenho pessoas da minha família que pertencem a essa doutrina, fiz leituras, até por curiosidade. Li, por exemplo, o "Parnaso de Além-Túmulo", produzido por Chico Xavier aos vinte e poucos anos de idade. É realmente uma obra fora do comum. Ali estão os versos dos maiores poetas brasileiros mortos, que lhe transmitiram páginas magníficas entre os quais alguns do paraibano Augusto dos Anjos, com sua poesia científica de terminologia difícil. Por curiosidade, perguntei a Chico Xavier e ele me contou a primeira vez em que teve contato com o espírito de Augusto dos Anjos salientando a sua dificuldade de escrever aquelas palavras. O notável é que Augusto dos Anjos, que era um materialista, um agnóstico, que passou a vida inteira fazendo poesia contra Deus, contra a imortalidade da alma, volta para, nos seus versos de hoje, que estão no "Parnaso de Além-Túmulo", pedir desculpas por haver apedrejado Deus.

São, realmente, obras maravilhosas. Entre elas está a que se referiu há pouco o Senador Cid Sabóia de Carvalho, "Paulo e Estêvão", um romance magnífico, uma jóia da literatura brasileira. Embora sem ser um beletista, sem conhecer Jerusalém e os lugares santos, Chico Xavier descreve tudo como ninguém faria igual.

Sr. Presidente, esse homem é um predestinado; ele merece, assim, as homenagens, não apenas dos que seguem a sua doutrina, dos que estão ligados a ele pela fé, mas de todos os que têm, dentro de si, alguma coisa a ver com a espiritualidade.

Portanto, essa pensão é o mínimo que o Brasil pode fazer por quem é um exemplo de dignidade humana, de bondade excelsa — Chico Xavier. O Senado Federal, hoje, por todos os Partidos que nele se representam, não faz mais do que cumprir o seu dever, apoiando essa proposição para que se possa garantir que Chico Xavier tenha, nos últimos dias da sua vida, pelo menos algum conforto, a fim de que passe a se sustentar não mais pela caridade pública, mas pela ajuda do Tesouro Nacional, que paga pensão a tanta gente — às vezes até a pessoas que não precisam dela. Certamente, essa ajuda custeada por todos os que pagam tributos neste País haverá de minorar o sofrimento desse notável brasileiro, desse grande mineiro, desse espiritualista invulgar que é Francisco Cândido Xavier.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 650, DE 1992

Nos termos dos art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991, de autoria do Senador Humberto Lucena, que concede pensão especial a Francisco Paula Cândido, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1992. — Senador Humberto Lucena

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, passa-se à votação, em globo, do Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 276, DE 1992

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1991, que concede a pensão especial a Francisco Paula Cândido, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 27 de agosto de 1992.
— Mauro Benevides, Presidente — Marcio Lacerda, Relator
— Alexandre Costa — Lucídio Portella.

ANEXO AO PARECER Nº 276, DE 1992

Concede pensão especial a Francisco Paula Cândido, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a Francisco Paula Cândido uma pensão especial, mensal, no valor de Cr\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil cruzeiros), na data de 30 de junho de 1992.

§ 1º Essa pensão não se estenderá a descendentes ou eventuais herdeiros do beneficiado.

§ 2º A revisão do valor dessa pensão far-se-á na mesma data e nos mesmos percentuais em que for alterada a remuneração dos servidores públicos civis e militares da União.

Art. 2º A despesa decorrente desta lei correrá à conta de Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em discussão a redação final.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Antes de anunciar o encaminhamento da matéria à sanção do Senhor Presidente da República, desejo congratular-me com o Plenário por essa decisão, e sobretudo com o autor do projeto, Senador Humberto Lucena. Através de sua iniciativa, garante-se uma pensão especial ao Sr. Francisco Xavier, figura paradigmática da Doutrina Espírita, não apenas no Triângulo Mineiro, mas também em várias áreas geográficas do País.

O projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 7:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1992 (nº 1.165/91, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª região da Justiça do Trabalho e dá outras providências (dependendo de Parecer).

Designo o nobre Senador Chagas Rodrigues para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER DE PLENÁRIO

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente projeto, de autoria do Ministério Público da União, tem por finalidade criar, como órgão do Ministério Público do trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, com sede em Teresina e com jurisdição em todo o território do Estado do Piauí.

Determina ainda a proposição a criação de 8 (oito) cargos de Procurador do Trabalho de 2ª (segunda) Categoria, 8 (oito) cargos em Comissão (Direção e Assessoramento Superiores — DAS) e 23 (vinte e três) cargos de apoio (nível superior e médio).

Ademais, estabelece as condições para a instalação da Procuradoria Regional e para preenchimento dos cargos que se pretende criar.

Finalmente, autoriza a abertura de crédito (art. 7º) para fazer face às despesas decorrentes da aprovação do Projeto de Lei.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto sofreu alterações nas Comissões pelas quais foi examinado.

Em Plenário, a proposição foi aprovada com as emendas oferecidas pela Comissão de Finanças e Tributação, posteriormente adotadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

De mais a mais, entendemos ser da maior importância a aprovação da matéria. Ressalte-se que a Constituição Federal determina que, em cada unidade federativa, haja pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho. Ora, com a criação da 22ª Região da Justiça do Trabalho, com jurisdição no Estado do Piauí, faz-se necessária a criação da respectiva Procuradoria Regional do Trabalho. Por outro lado, os cargos criados guardam similitude com as demais Procuradorias.

Enfim, o Projeto de Lei, sob exame, atende aos requisitos de constitucionalidade exigidos, vez que a matéria é da competência legislativa da União, de iniciativa exclusiva do Senhor

Procurador-Geral da República e da atribuição do Congresso Nacional.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1992, tanto no mérito, quanto no que tange à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência consulta o Plenário, em relação à prorrogação da presente sessão por cinco minutos. (Pausa.)

Há assentimento unânime.

Aprovada.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 71, DE 1992

(nº 1.165/91, na Casa de origem)

De iniciativa do Ministério Público da União

Cria a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada, como órgão do Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região do Estado do Piauí.

Art. 2º Para atendimento da composição da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, ficam criados no âmbito do Ministério Público do Trabalho de 2ª Categoria, que serão preenchidos na conformidade da legislação em vigor.

Art. 3º Ficam criados, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, na conformidade do Anexo I desta lei, os cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores.

Parágrafo único. O cargo em Comissão de Procurador Regional do Trabalho será preenchido, mediante designação do Procurador-Geral da República, dentre integrantes da carreira do Ministério Público do Trabalho; os demais Cargos em Comissão serão providos pelo Procurador-Geral da Justiça do Trabalho na forma da lei.

Art. 4º Fica criado o Quadro de Pessoal da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, na forma do Anexo II desta lei, cujos cargos preenchidos de conformidade com a legislação vigente sendo-lhes entretanto aplicados os mesmos valores de reajustamento, critérios de gratificações e condições de trabalho fixados no Decreto-Lei nº 1.544, de 13 de fevereiro de 1976, com as alterações posteriores.

Art. 5º O Chefe do Ministério Público da União, ouvido o Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, adotará as providências necessárias à instalação da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.

Art. 6º Não poderão ser nomeados, a qualquer título, para funções de Gabinete, Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas da Administração do Ministério Público do Tra-

balho — Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, parentes consaguíneos ou afins; até o terceiro grau, de Juizes e Procuradores em atividades ou aposentados há menos de cinco anos, exceto se integrantes do Quadro Funcional mediante concurso público.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público do Trabalho.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I Cargo em Comissão

Número	Cargo	Código
01	Procurador Regional do Trabalho	PRT-22ª - DAS - 101.4
04	Assessores	PRT-22ª - DAS - 102.2
01	Secretário Regional	PRT-22ª - DAS - 101.2
01	Diretor Divisão Administrativa	PRT-22ª - DAS - 101.1
01	Diretor Divisão Processual	PRT-22ª - DAS - 101.1

ANEXO II

(Lei nº , de de 1991)

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO Quadro Permanente

Grupos	Categorias	Código	Nº de Cargos
Outras Atividades de Nível Superior (PRT-22ª - NS - 900)	Administrador	PRT-22ª - NS - 923	02
Serviços Auxiliares (PRT-22ª - SA - 800)	Agente Administrativo Datilógrafo	PRT-22ª - SA - 801 PRT-22ª - SA - 802	04 08
Outras Atividades de Nível Médio (PRT-22ª - NM - 1000)	Aux. Operac. Serviços Diversos Agente de Mecanização e Apoio	PRT-22ª - NM - 1000 PRT-22ª - NM - 1000	04 01
Serviços de Transporte e Portaria (PRT-22ª - TP - 1201)	Motorista Oficial Agente de Portaria	PRT-22ª - TP - 1201 PRT-22ª - TP - 1201	02 02

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 8:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1992 (nº 29/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 260, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 51, DE 1992

(nº 29/91, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tunísia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Go-

verno da Tunísia, firmado em Brasília, em 27 de novembro de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo Comercial, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 9:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1992 (nº 175/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos, em Brasília, em 11 de outubro de 1988, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 265, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em Votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 63, DE 1992

(nº 175/92, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos, em Brasília, em 11 de outubro de 1988.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos, em Brasília, em 11 de outubro de 1988.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 10:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1992 (nº 4.818/90, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que cria cargos de Procuradores do Trabalho de 2ª Categoria, cargos efetivos e em comissão e dá outras providências, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relatora: Senadora Júnia Marise, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1992

(Nº 4.818/90, na Casa de origem)

De iniciativa do Ministério Público da União

Cria cargos de Procuradores do Trabalho de 2ª Categoria, Cargos efetivos e em comissão e dá outras providências, no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, trinta e dois cargos de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria para atendimento da composição das Procuradorias Regionais do Trabalho da 4ª, 9ª e 12ª Regiões da Justiça do Trabalho, com sedes em Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, respectivamente.

Art. 2º Para atendimento da nova composição das Procuradorias Regionais do Trabalho referidas no art. 1º, ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Ministério Público do Trabalho, os cargos efetivos indicados na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Ficam criados, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, quinze cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código DAS-102.2.

Art. 4º Os cargos criados pelos arts. 2º e 3º serão providos pelo Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, na forma da Lei.

Art. 5º Ficam transformados em cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores as funções de Direção e Assistência Intermediárias, assim como o cargo de Secretário Regional, que passa a ter símbolo DAS-101.2, constante do Anexo II desta Lei.

Art. 6º A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá por conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Trabalho.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

(Lei nº , de de de 199)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Categorias Funcionais

Grupo	Cargos	Código	Número
Outras Atividades de Nível Superior Serviços Auxiliares	Administrador	PGJT-NS-923	06
	Agente Administrativo	PGJT-SA-801	18
	Datilógrafo	PGJT-SA-802	24
Serviços de Transporte Oficial de Portaria	Motorista Oficial	PGJT-TP-1201	06
	Agente de Portaria	PGJT-TP-1202	12

ANEXO II

(Lei nº , de de de 199)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Situação Anterior			Situação Nova		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
01	A - Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região	DAS-101.1	01	A - Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região	DAS-101.2
01	Secretário Regional	DAI-111.3(NM)	01	Secretário Regional	DAS-101.1
01	Seção Processual	DAI-111.3(NM)	01	Divisão Processual	DAS-101.1
01	Seção de Apoio Administrativo	DAI-111.3(NM)	01	Divisão de Apoio Administrativo	DAS-101.1
01	B - Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região	DAS-101.1	01	B - Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região	DAS-101.2
01	Secretário Regional	DAI-111.3(NM)	01	Secretário Regional	DAS-101.1
01	Seção Processual	DAI-111.3(NM)	01	Divisão Processual	DAS-101.1
01	Seção de Apoio Administrativo	DAI-111.3(NM)	01	Divisão de Apoio Administrativo	DAS-101.1
01	C - Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região	DAS-101.1	01	C - Procuradoria Regional da 9ª Região	DAS-101.2
01	Secretário Regional	DAI-111.3(NM)	01	Secretário Regional	DAS-101.1
01	Seção Processual	DAI-111.3(NM)	01	Divisão Processual	DAS-101.1
01	Seção de Apoio Administrativo	DAI-111.3(NM)	01	Divisão de Apoio Administrativo	DAS-101.1

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 11:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 1992 (nº 28/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 26 de julho de 1990, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 261, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 58, DE 1992

(Nº 28/91, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República do Chile, em Brasília, em 26 de julho de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 26 de julho de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1992 (nº 62/89), na Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho por Iniciativa do Empregador, adotada em Genebra, em 1982, durante a 68ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 262, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 59, DE 1992

(Nº 62/89, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o término da Relação do Trabalho por Iniciativa do Empregador, adotada em Genebra, em 1982, durante a 68ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o Término da Relação do Trabalho por Iniciativa do Empregador, adotada em Genebra, em 1982.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos de que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como aqueles que se destinem a estabelecer Ajustes Complementares.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 13:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1992 (nº 86/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 18 de abril de 1988, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 263, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 1992

(Nº 86/91, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 18 de abril de 1988.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 18 de abril de 1988.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como, quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49º, inciso I da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 14:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores, que dá nova redação ao artigo 47 da Constituição.

Decorre hoje o último dia de prazo para a apresentação de emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão a proposta em primeiro turno. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

A matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente, em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) Item 15:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 258, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Nelson Carneiro, que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados. (Dependendo de Parecer).

Designo o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para emitir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de uma propositura muito justa do Senador Nelson Carneiro, pela qual os títulos públicos passam a ter um novo e mais responsável tratamento.

Nosso parecer é inteiramente favorável, declarando a juridicidade, a legalidade e a constitucionalidade da propositura.
É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, para emitir o parecer, em substituição na Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Infra-Estrutura não tem competência regimental para manifestar-se sobre matéria desse jaez.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235 do Regimento Interno.

Tendo em vista o encerramento da sessão pelo término do prazo, as demais matérias serão oportunamente apreciadas.
São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada:

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991, e Projetos de Lei do Senado nº 6, 13 e 100, de 1991)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992 (nº 11/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. (Dependendo de Pareceres.)

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nº 6, 13 e 100, de 1991)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais (dependendo de pareceres).

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92, de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nº 13 e 100, de 1991)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que regulamenta o art. 185, da Constituição da República, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92, de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nº 6 e 100, de 1991)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a função social da propriedade rural e a execução da reforma agrária. (Dependendo de pareceres.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92, de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nº 6 e 13, de 1991)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento. (Dependendo de pareceres.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Na Sessão ordinária de ontem, terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1991, de

autoria do Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao art. 9º do Decreto-Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias.

Ao projeto foi oferecida uma emenda, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Emenda oferecida ao Projeto de Lei
Do Senado nº 348, de 1991

Dá nova Redação ao art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias, nos termos do art. 235, II, D, do Regimento Interno

Dê-se ao Projeto a seguinte redação:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º do Decreto-Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º É o Poder Executivo autorizado a subordinar a Polícia Portuária, como força de policiamento, ao Departamento de Polícia Federal.

Parágrafo Único. Poderão integrar os quadros da Polícia Portuária os atuais membros da Guarda Portuária, com seus direitos e vantagens.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Visa a presente emenda sanar o vício de inconstitucionalidade evidente no Projeto, vez que, de acordo com o art. 61, § 1º, II, alíneas a e c, da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que visem dispor sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos, bem como a fixação de sua remuneração e vantagens.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 1992. — Senador Dário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A matéria retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame da emenda.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

A Presidência, ouvidas as Lideranças Partidárias, e usando da atribuição que lhe confere o art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período correspondente à Ordem do Dia das Sessões dos dias 28 e 31 próximos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NELSON CARNEIRO, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 7-8-92, QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo literário rejubila-se com os 80 anos de Jorge Amado. A Bahia reunirá, a partir do próximo domingo, representantes de vários países para, juntamente com os baianos, saudar

os 80 anos daquele vitorioso escritor, romancista dos mais ilustres.

Venho, Sr. Presidente, recordar alguns companheiros da jornada iniciada em 1929, nas letras pátrias, por Jorge Amado, integrantes da antiga Academia dos Rebeldes, que tinha como patrono, como comandante, o Velho Pinheiro Viegas; alguns nomes, Sr. Presidente, que deixaram tradição nas letras baianas e se projetaram pelo País. Além de Jorge Amado, Clóvis Amorim, Sosígenes Costa, João Cordeiro, Alves Ribeiro, Aydano do Couto Ferraz, Dias da Costa e Edison Carneiro.

Gostaria, também, de incorporar aos Anais o magnífico artigo de Josué Montello, publicado no *Jornal do Brasil*, sob o título "Reencontro com Jorge Amado".

Minha ligação com Jorge Amado data exatamente de 1929, quando, responsável por uma seção universitária de *O Jornal*, ali publiquei, em folhetim, o primeiro trabalho de Jorge Amado, Edison Carneiro e Dias da Costa.

Era um folhetim intitulado "El Rey". Cada um dos três escrevia um capítulo, e formou-se, então, uma novela que a Editora Coelho Branco publicou, afinal, com o título "Lenita", hoje um livro que já não se encontra nas livrarias e não se inclui na bibliografia de seus autores. Jorge Amado recorda isso em um de seus livros, para exatamente referir que aquela novela não representava senão o momento inicial das carreiras desses três escritores baianos, sem entender "que razão ou loucura levou o citado editor a aceitar e publicar por conta e risco os magros originais".

A Bahia, o mundo literário, não só brasileiro, mas também o da Europa e da América, onde seus livros são publicados, homenagearão àquele jovem octogenário, que é hoje, sem dúvida, o escritor mais universal do País.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Ex^a faz bem e inteira justiça em antecipar, nesta Casa, o registro dos 80 anos de vida de Jorge Amado. Esses 80 anos significam, sobretudo, a atividade de uma inteligência altamente criativa e permanentemente inspirada no povo. V. Ex^a que bem o conhece, desde o início de sua atividade literária, bem sabe que Jorge Amado, salvo num ou noutro livro, mais de inspiração ideológica e de uma fase já ultrapassada, dedica suas obras a fatos, personagens, ambientes do Brasil e, particularmente, da Bahia. A vida de Jorge Amado se identifica, assim, com sua própria terra, suas peculiaridades, seus costumes e sua gente. Todos nós sentimos muito satisfeitos em participar dessas homenagens por seus 80 anos de vida fecunda.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Ex^a Realmente, nós que conhecemos desde o início a atividade literária de Jorge Amado, acompanhamos sua vitoriosa trajetória desde "O País do Carnaval", sabemos que ele conseguir traduzir, perpetuar a vida, o ambiente, a sociedade e, principalmente, a gente da Bahia; seus costumes, suas peculiaridades, projetando por todo o País, através de traduções em várias línguas, a literatura viva, vibrante, humana da terra natal.

Saudamos Jorge Amado, nesta tribuna do povo, esperando levar-lhe, no próximo dia 10, nosso velho abraço, que se estenderá a Zélia Gattai, sua esposa, companheira de sonhos, lutas, sucessos e esperanças.

São essas, Sr. Presidente, as breves considerações que desejava fazer neste momento, agradecendo a preciosa colaboração do Senador Josaphat Marinho, testemunha da trajetória brilhante que Jorge Amado traçou para marcar seu destino e dar à Bahia, no cenário internacional, o relevo que ela merece. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NELSON CARNEIRO EM SEU DISCURSO:

REENCONTRO COM JORGE AMADO

Josué Montello *

Dentro de mais alguns dias, já na próxima semana, chegará aos 80 anos, cercado de amigos, e admiradores, o meu querido companheiro Jorge Amado.

Quando desembarquei no Rio, ao findar 1936, já ele tinha começado a puxar, por entre aplausos unânimes, o fio de seu novo romance. Dissera ao que vinha.

Acabara de publicar *Mar Morto*.

Desde seu primeiro livro, *O país do Carnaval*, publicado em 1931, Jorge soube ser, com o mesmo espírito de combate, o Romancista da Revolução. Escrevera o seu romance de estréia, ouvindo o povo cantar nas ruas, por entre o desfilar dos batalhões militares, à hora da ascensão de Vargas e do exílio de Washington Luís. Completava-se, assim, o movimento armado que vinha de 1922, quando o país exprimira a sua ansia de transformação no centenário da Independência.

Mas, para Jorge Amado, ainda era o país do Carnaval. A despeito do tinar das esporas e dos cavalos amarrados no Obelisco da Avenida Central. Ou por isso mesmo. Com jovens de lenço vermelho ao pescoço. E ainda um batalhão feminino, que se perfilava, garbosamente, numa caricatura famosa, quando a comandante mandava apresentar armas.

Não era bem a Revolução com que sonhava o romancista baiano. E de que ele desfraldara a bandeira, entre 31 a 36, enquanto balizava o seu caminho de escritor: em 33, com *Cacau*; em 34, com *Suor*, em 35, com *Jubiabá*; em 1936, com *Mar Morto*.

A Revolução de Jorge era bem mais profunda do que a da mudança dos atores, na representação da mesma peça anterior a 1930. Mas viera também das insurreições de 1922 e 24, para mostrar afinal a sua verdadeira face em 1935, já com a figura de Prestes convertida em Cavaleiro da Esperança.

Toda a obra de Jorge vai desdobrar-se sob a inspiração dessa mudança profunda. Quer ele outra realidade política, assentada sobre outra realidade social. Aquela realidade que o levaria a publicar, em 1942, o seu livro sobre Prestes, em tom de desafio poético.

Depois de *Mar Morto*, Jorge escreve *Capitães de Areia*, em 1937, inspirado nos meninos de rua. Romance de denúncia. Veemente. Patético. Em que o promotor literário, no momento de acusar, como que se esquecia de seu protesto, para deixar fluir a veia lírica, sensível ao colorido dos mares da Bahia.

Era ainda ao tempo em que o romancista ia a Salvador — como ele próprio dizia (e foi censurado por isso) — para recolher material.

* Escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-embaixador do Brasil junto à Unesco.

Na verdade, o material que ele buscava já estava nas suas retinas e nas suas lembranças. Não dependia do retono visual ao mundo singular das ladeiras, dos candomblés, dos sobrados, dos negros e mulatos baianos, que a terra natal lhe dava de mistura com oradores e bacharéis pacholas, mães-de-santo, conspiradores, bêbados, raparigas, poetas caricatos, violeiros, cantadores, heróis esquecidos, todas elas e todos eles integrantes do mundo que Jorge carregaria na memória, mesmo em Moscou, mesmo em Pequim, e quem ainda hoje mora com ele em Paris, perto do Sena e da Notre Dame.

Dele se pode dizer — repetindo uma expressão famosa — que é romancista por ato nominativo da Providência, Nasceu para compor a saga romanesca da Bahia, guardando-lhe as figuras, os tipos, a crônica, os costumes, a paisagem, os saveiros, as procissões, tudo quanto compõe a singularidade de seu mundo.

Particularmente em duas obras, o revolucionário se lançou de corpo inteiro à luta, quase a tomar o espaço do escritor: num romance, *subterrâneos da liberdade*, e num livro de impressões e doutrina, *O mundo da paz*. O militante político, que até então convivera com o criador literário, domina a cena, impõe-se, e é esse excesso — imagino — que o vai levar à ruptura salvadora, devolvendo-lhe a pena com que escrevera, em 1943, *Terra do sem fim*, e, em 1944, *São Jorge dos Ilhéus*, depois de publicar, em 1946, *Seara Vermelha*, ainda com a junção das duas vertentes.

Em 1958, Jorge Amado escreve o romance que marca em definitivo a plenitude de sua autonomia. Se o revolucionário contracenara com o escritor, inspirando-o, dirigindo-o, impondo-lhe a militância ostensiva (ou preservando-lhe o equilíbrio, antes do novo romance), este corresponde ao momento em que o escritor suplanta o revolucionário, para ser essencialmente o narrador que se diverte com a própria narrativa. Põe de lado a denúncia, sem de todo o esquecê-la, para ser sobretudo o admirável construtor de gente, o admirável construtor de vida, que nele saudara Agrippino Grieco, em 1934.

Gabriela, cravo e canela, é, assim, o romance a partir do qual a verdade de Jorge Amado deixa de ser a verdade do Partido Comunista, para ser a verdade do próprio Jorge Amado. Muitas e muitas vezes, as duas verdades continuarão coincidentes, mas de modo ocasional, sem o rigor da subordinação visível.

Com a publicação de **Gabriela**, Jorge inicia um novo período de sua vida de escritor. Ainda não vale por um rompimento litigioso com o Partido Comunista — é o desquite amigável. O rompimento virá adiante, sobre as ruínas do mundo que ele viu desmoronar à sua frente e a que dera o melhor de si mesmo, no plano da pregação política. E irrompe, veemente, objetivo, no discurso de saudação a Dias Gomes, na Academia Brasileira.

A eleição de Jorge para a Academia, três anos depois da publicação de **Gabriela**, dando-lhe o fardão, o colar, o chapéu de plumas, como sucessor de Otávio Mangabeira, seria a substituição de um político liberal por um antigo militante do Partido Comunista, fiel a sua condição de escritor, se não correspondesse também à transferência da cadeira de Machado de Assis ao grande romancista baiano.

O pequeno romance que Jorge publica em 1979, **Farda, fardão e camisola de dormir**, valeria por uma sátira da condição acadêmica, tomando por base um pequeno episódio ocorrido na Academia Brasileira, se não fosse antes a confirmação de uma tese de Joubert, segundo a qual a obra de um escritor

se compõe também de zonas de sombra e zonas de claridade. A anedota, pitoresca demais para se harmonizar à verdade histórica, enquadrando-se assim na momentânea zona escura, confirmava no romancista e pendor para zombar de sua própria condição como acadêmico. Na verdade, algo assim como o riso que se diverte com seu dono, se não fosse também algo lúdico, em tom de sátira. A sátira da condição acadêmica.

A nova fase romanesca de Jorge Amado culminaria em 1961 com a publicação de duas obras-primas: **A morte e a morte de Quincas Berro d'Água** e **Os velhos marinheiros**. A primeira, uma novela, dessas que nascem com o selo da perenidade; a segunda, um dos mais belos romances de língua portuguesa, com o drama a contracenar com a comédia, no tom de regozijo com que o contador de história conta o seu conto, sentindo que impõe silêncio ao auditório.

Se o entrecho do romance é novo, com algo de picaresco nos seus excessos aparentes, o título vinha de longe, quando o romancista nos diz, na abertura de **Mar Morto**: “Agora eu quero contar as histórias da beira do cais da Bahia. Os velhos marinheiros que remendam velas, os mestres dos saveiros, os pretos tatuados, os malandros sabem essas histórias e essas canções. Eu as ouvi nas noites de lua no cais do Mercado, nas férias, nos pequenos portos do Recôncavo, junto aos enormes navios suecos nas pontes de Ilhéus. O povo de Iemanjá tem muito o que contar”.

Cumpram-nos reconhecer aqui que Jorge, desde o seus primeiros livros, se antecipou desassombradamente à linguagem direta e objetiva que abriria espaço, no correr da narrativa, às chamadas cenas escabrosas e às supostas palavras cruas, que de início alarmaram alguns de seus leitores, mas que, hoje, já entraram na linguagem corrente e nas conversas de salão, correndo agora o risco de já estão ultrapassadas.

Quando Jorge chega aos 80 anos, impõem-se que saúdemos nele, não apenas o escritor que mais longe conseguiu levar o nome de nossa literatura, com as traduções de seus romances, mas igualmente o companheiro que soube fazer das letras o exercício de toda uma vida, guardando a harmoniosa fidelidade à sua vocação.

As denúncias de que ele se fez a voz e o protesto, espezinhando a realidade de nosso povo e de nossa sociedade, permanecem válidas, ainda que sem a eficácia da solução política que elas traziam em seu bojo, no corpo da narrativa amadiana.

Andei a reler, saltadamente, alguns de seus grandes livros, para ao fim reconhecer que a grande obra, a que consagrou toda uma vida de escritor, sobre paira ao tempo e às modas, para justificar esplendidamente a apoteose com que a Bahia, unida e exemplar, está celebrando agora, no grande Jorge Amado, um de seus valores fundamentais, de que todos nós, seus contemporâneos, plenamente nos orgulhamos.

Para chegar aonde chegou, como escritor de fama mundial, Jorge recebeu do destino o privilégio da companhia perfeita, na pessoa de Zélia Gattai. Criou ela em seu redor o silêncio propício. Soube ser a sua primeira leitura. E foi, por isso mesmo, aquela que lhe deu o primeiro aplauso, a cada novo livro. Arrumou-lhe a mesa. Mudou-lhe a fita de máquina. Ouviu o premir das teclas, sabendo que elas se moviam com o frêmito das vidas novas que Jorge ia criando.

Sempre contei com a amizade de Jorge Amado. Olho-lhe a obra vasta na minha estante. Em cada livro, a dedicatória efusiva, balizando o caminho que ambos percorremos.

É natural, por isso mesmo, que seja também minha uma parcela da alegria nacional por seus 80 anos. Bem merecidos.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO CALMON NA SESSÃO DE 13-8-92, QUE, ENTRE-
GUE À REVISÃO DO ORADOR SERIA PUBLI-
CADO POSTERIORMENTE**

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucas semanas, no dia 27 de julho, tive o privilégio de assistir na Academia Pernambucana de Letras à posse do seu mais novo imortal, o eminente Senador Marco Maciel.

Não se tratava de uma reunião de interesse meramente literário. Foi um acontecimento de extraordinária significação, que atraiu à Academia Pernambucana de Letras cerca de mil pessoas. Foi, realmente, a consagração literária de um dos mais notáveis homens públicos do nosso País.

Conheço o Senador Marco Maciel há muitas décadas, desde que tive o privilégio de dirigir os *Diários Associados* de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste.

Ao longo destes anos, apreciei com crescente admiração a sua trajetória fulgurante. Marco Maciel percorreu todas as etapas da vida de um homem público, sempre com a preocupação absorvente de ser fiel a sua consciência e de prestar serviços ao seu Município, ao seu Estado e ao seu País.

Anos depois, em 1962, eu também recebi uma convocação do povo do meu Estado para disputar uma eleição para a Câmara dos Deputados. No Congresso Nacional fui companheiro de Marco Maciel, ficando profundamente convencido de que se trata de um dos nossos homens públicos mais admiráveis.

Em relação a Marco Maciel, creio que há unanimidade no julgamento das suas extraordinárias qualidades.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1963, já no ano seguinte tornava-se secretário-assistente e assessor especial do Governador Paulo Guerra, elegendo-se Deputado estadual em 1966. Nesse período de Assembléia Legislativa foi Líder do Governo e secretário-geral do Diretório Regional da Arena. Chegou em 1970 à Câmara Federal, onde desempenhou com brilho dois mandatos consecutivos e alcançou a Presidência da Casa no biênio 1977—1979.

A essa altura Marco Maciel já participava das mais importantes decisões. A ninguém surpreendeu sua ascensão ao governo de Pernambuco em 1979, tendo realizado tão eficiente administração que, em 1982, seus conterrâneos consagraram-no com uma sensacional eleição para o Senado, reconduzindo-o oito anos depois. A essa altura ele já fora lançado candidato a presidente da República, tornara-se um dos Líderes do movimento que culminou com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, presidira o recém criado PFL e ocupara sucessivamente o Ministério da Educação e a Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República.

Publicou 23 trabalhos, versando sobre questões diferentes a ponto de revelar a cultura multifacetada de seu autor, mas centrados em algumas preocupações fundamentais. As principais delas são o desenvolvimento do Nordeste, a modernização do Brasil, a atualização dos conceitos ligados ao liberalismo. Trouxe assim a seu país uma contribuição de grande importância, reconhecida pela Academia Pernambucana de Letras ao fazê-lo um de seus membros.

Uma frase do antológico discurso do acadêmico e ministro Marcus Vilaça, ao recebê-lo na Academia Pernambucana de Letras, resume bem a visão que se tem do Senador Marco Maciel. Dizia Vilaça: “a Marco Maciel, como intelectual, foi

reservado o esplendor da ação, de uma maneira muito natural, que teve sempre o aval dos conterrâneos”.

Citando Bergson, afirmava mais o acadêmico Marcus Vilaça: “intelectual na política realiza-se em homem completo aliando o pensamento à ação”. É precisamente o que tem marcado a vida de Marco Maciel, figura de *élan* antes de mais nada político, mas detentor de grande bagagem cultural, capaz de associar essa *praxis* política a um ideário que seus pronunciamentos e especialmente seus livros nos revelam. Esse ideário Marco Maciel vem aprofundando ao longo dos tempos, de forma paralela à sua ação política, embora a ela indissolivelmente ligada.

Detenho-me particularmente em um de seus mais importantes textos, Educação e Liberalismo, que constitui tanto uma formulação moderna dos verdadeiros problemas educacionais com que convivemos hoje quanto uma reavaliação do liberalismo. Nele, diz Marco Maciel que “a educação é uma verdadeira interiorização da razão”, uma vez que “nela se conjugam admiravelmente os valores da tradição e do progresso, visto que por ser capaz de receber a herança de seus antepassados, de compreendê-la e assimilá-la, é que o homem se capacita a melhorá-la e a desenvolvê-la”.

O Ministério da Educação carrega o pesado ônus da alta rotatividade de seus titulares. Desde a década de 70 a média de permanência dos ministros se revela inferior a um ano e meio. Infelizmente foi também o que ocorreu com Marco Maciel, que não chegou a completar sequer um ano de gestão e foi chamado a desempenhar nova missão dentro do mesmo Governo. Embora seus sucessores fossem Parlamentares de extrema competência e inegável visão, quero crer que o Senador Marco Maciel teria ainda imensa contribuição a dar a essa área tão esquecida pela sociedade brasileira.

Com efeito, como ministro da Educação, Marco Maciel não apenas trouxe essa extraordinária contribuição contida em Educação e Liberalismo como, uma vez mais, pautou-se por uma intensa atividade que gerou frutos incomparáveis. Sua gestão abriu novos caminhos, deu ao ensino do País uma feição diferente, o que aliás não seria de se surpreender quando o ministro já fora presidente da União dos Estudantes de Pernambuco e do Diretório Central dos Estudantes, professor universitário — na Universidade Católica de Pernambuco, de onde presentemente se encontra licenciado — e titular de tantos cargos públicos. Nessa gestão, Marco Maciel plantou para o futuro. Como bem lembrou o presidente da Academia Pernambucana de Letras, essa grande figura de homem público que é Luiz Magalhães Melo, Marco Maciel conseguiu atender a uma expectativa frustrada por mais de 15 anos, dando execução à emenda constitucional que garantiu à educação brasileira o mínimo de 13 por cento da receita federal de impostos e, no caso dos estados e municípios, o mínimo de 25 por cento de sua própria receita de impostos mais as transferências.

Essa determinação, escamoteada na Constituição de 1967, fora restabelecida, após anos de luta, pelo Congresso Nacional em 1983, mas vira-se bloqueada pela insensibilidade de tecnocracia durante mais um longo período. Foi o empenho de Marco Maciel, aliado a uma habilidade política que ninguém lhe negaria, quem conseguiu quebrar esse círculo de ferro e assegurar à educação brasileira os recursos de que necessita para desenvolver-se.

Bastaria essa realização para justificar a presença de um ministro. Marco Maciel foi muito além disso. Soube aparar arestas, enfrentando uma conjuntura politicamente explosiva,

como se veria mais tarde. Soube abrir caminhos, em áreas como a pesquisa educacional, o ensino técnico, a universidade. Soube dar a necessária prioridade à educação básica. Conferiu especial atenção à cultura, embora não mais vinculada administrativamente ao Ministério da Educação, mas sempre uma preocupação intensa no homem público Marco Antônio de Oliveira Maciel.

Os brilhantes pronunciamentos dos acadêmicos Luiz de Magalhães Melo e Marcus Vilça, que incorporo a este discurso, dão a medida exata do reconhecimento a Marco Maciel por esse trabalho. Eles traduzem uma admiração que não é apenas da Academia, dos intelectuais pernambucanos, do Estado de Pernambuco, mas se dúvida de todos os brasileiros.

Marco Antônio Maciel tem algumas características tão raras que me sinto obrigado a focalizá-las. Ao longo dessas décadas de atuação, nunca vi um político mais preocupado em cumprir compromissos, inclusive de horário. S. Ex^a está sempre atento, sempre solícito. Deu alguns exemplos, que considero inesquecíveis.

Certa vez, telefonei ao então Ministro da Educação, Marco Maciel, e não tive possibilidade de lhe falar imediatamente, porque S. Ex^a estava ausente do Ministério. Em seguida, viajei para o Espírito Santo. Quando me encontrava num modesto Município do interior, num palanque, participando de um comício, recebi o recado de que o Ministro da Educação, Marco Maciel, desejava falar comigo com a maior urgência. S. Ex^a estava dando o retorno da chamada telefônica que eu lhe fizera para o Ministério da Educação.

Este episódio pode parecer de pouca importância, mas, para mim, se reveste de singular significação, porque a falta de educação neste País não é comum apenas no meio do povo, ela também existe em vários setores da área política — Ministros que não atendem aos telefonemas, Ministros que, estando presentes, mandam dizer que não se encontram disponíveis naquele momento. Marco Maciel nunca deixou de responder a um telefonema e de agradecer a uma referência que lhe tivesse sido feita num discurso ou num artigo de jornal. Essa impecável conduta do Senador Marco Maciel merece ser destacada.

O Sr. Coutinho Jorge — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com o maior prazer, nobre Senador Coutinho Jorge.

O Sr. Coutinho Jorge — Nobre Senador João Calmon, quero associar-me às homenagens que V. Ex^a presta ao nobre Senador Marco Maciel que foi agraciado com a imortalidade pela Academia Pernambucana de Letras. Acredito que sintetizou um prêmio a esse respeitado público, a esse estudioso que é Marco Maciel. Concordo com V. Ex^a, quando diz que o Brasil conhece hoje um grande homem público, que foi um grande Deputado, um excelente Governador, Senador várias vezes e Ministro da Educação. Concordo com V. Ex^a, Senador João Calmon. Quando o Senador Marco Maciel era Ministro da Educação, também tive o privilégio, nessa altura, de ser Secretário de Educação no meu Estado. Posso, assim, confirmar suas palavras, no sentido de que o Ministro da Educação Marco Maciel era um ministro de tempo integral, dedicado, competente, que muitas vezes despachava à meia-noite ou à uma hora da manhã, para atender rigorosamente aos compromissos que S. Ex^a assumia não só com a classe política, como os secretários de Estado, como também com aqueles que tentavam resolver os problemas graves da educa-

ção brasileira. Por isso, sem querer empanar o brilho do seu pronunciamento, associe-me, mais uma vez, às suas colocações, parabenizando esse companheiro, brilhante político que aprendemos a admirar e que tem uma das responsabilidades mais difíceis neste Congresso: ser Líder do Governo, sobretudo nos momentos difíceis por que passa este País. Ontem, numa discussão a respeito de política fiscal, mostrávamos a inviabilidade, a dificuldade de se tentar mudar essa política fiscal, necessitando-se de uma estratégia de discussão, algo que o Governo trouxesse ao Parlamento de forma mais clara, e não aqueles subsídios que não dizem muita coisa. O próprio Senador Marco Maciel, preocupado com a situação brasileira, tentando minimizar as dificuldades do Governo, propunha aos coordenadores dessa reunião, aqueles que propõem a política fiscal, que tentassem, dada a situação difícil em que se encontra o Brasil, discutir aspectos mais prioritários, definir um elenco de prioridades, e não utilizar panacéias para resolver os problemas brasileiros com uma política abrangente e fora da nossa realidade. S. Ex^a mesmo, como Líder do Governo, faz essas críticas e reconhece a situação difícil em que nos encontramos, mostrando, assim, com toda a sua base, experiência e vivência política, a grande dificuldade que, muitas vezes, enfrenta para defender um governo que está passando por uma séria crise, que está deixando o Brasil realmente atônito. Isso, Senador Marco Maciel, por um ângulo, lhe engrandece. S. Ex^a tem demonstrado determinação, denodo, empenho naquilo que faz, e faz muito bem. Foi um grande Governador, Deputado, Senador e um grande Ministro. Inequivocamente, o Governo Federal, apesar dos seus desmandos e equívocos, deve muito a S. Ex^a pela luta que trava na defesa de um governo com graves problemas no seu conjunto. Por isso, parabenizo o nobre Senador João Calmon, esse grande Líder da educação brasileira, pelas bem conduzidas considerações que fez. Parabenizo, mais uma vez, o nobre Senador Marco Maciel pelo galardão de ser mais um imortal da Academia Pernambucana de Letras. Acredito que tenha sido um prêmio que S. Ex^a recebeu, mais uma vez, pelo seu trabalho em favor do povo pernambucano e do povo brasileiro. Parabéns ao nosso Senador que teve a iniciativa da homenagem e parabéns ao nosso companheiro e amigo Senador Marco Maciel.

O SR. JOÃO CALMON — Eminente Senador Coutinho Jorge, agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte, que muito me honra e que reflete o grau de admiração que esse notável representante do Estado do Pará na Câmara Alta nutre pela figura ímpar do nobre Senador Marco Maciel. Isto confirma que o meu pronunciamento, na tarde de hoje, tem características suprapartidárias. O fato de o nobre Senador Marco Maciel ser Líder do PFL e Líder do Governo nesta Casa nada tem a ver com as suas invejáveis qualidades. S. Ex^a é um modelar homem público, tem uma conduta impecável e conduz todos os debates de que participa sempre com um alto grau de polidez, marcando seus pronunciamentos com sua característica de homem público, dotado de cultura elevada que tem uma invejável obra literária.

O Sr. Pedro Simon — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon — Nobre Senador, felicito, também, V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento que faz neste

momento. Indiscutivelmente, esta é uma data muito grata para todos nós, quando V. Exª traz ao nosso conhecimento, pedindo nossa solidariedade a um voto de louvor desta Casa, a manifestação da Academia Pernambucana de Letras, que elegeu, como um dos seus imortais, o nobre Senador Marco Maciel. Essa escolha somou muito para a Academia Pernambucana de Letras; foi algo realmente de concreto, que merece o respeito de todos nós. Marco Maciel é uma pessoa que aprendemos a admirar e a respeitar pela sua integridade, pela sua seriedade, pela sua luta e pela sua competência. Diz muito bem V. Exª: os pronunciamentos do Senador Marco Maciel, não apenas os escritos, mas também os de improviso, são peças que merecem ser lidas com carinho e merecem ser transcritas, justificando, assim, a sua presença na Academia Pernambucana de Letras. Como Deputado, como presidente da Câmara dos Deputados, como Senador da República, como Ministro da Educação, como chefe da Casa Civil, como Líder do Governo, Marco Maciel é uma pessoa de quem se pode discordar, mas que se tem de respeitar pelo seu trabalho e competência. Tive a oportunidade de acompanhar Marco Maciel numa das horas mais importantes da História deste País, que foi exatamente quando, num esforço muito grande, se criou a Nova República. S. Exª, juntamente com o Presidente Sarney e o Vice-Presidente Aureliano Chaves, tiveram a coragem de assumir essa luta, de enfrentar esse desafio e partir para aquilo que depois se transformou numa vitória, inclusive nos números, mas que, no começo, era uma interrogação de conseqüências até imprevisíveis. Dali resultou que saímos do regime militar, do regime de arbítrio, e entramos no regime democrático pela forma pacífica, numa transição que, graças a Deus, e para surpresa de muitos, se deu sem violência, sem derramamento de sangue, mas unicamente pela inteligência e competência de um grupo de homens. S. Exª e eu fomos indicados pelo Presidente Tancredo Neves e depois continuamos com o Presidente Sarney. Assim, integrando o ney, pude acompanhar o trabalho e testemunhar a garra de S. Exª no Ministério da Educação. Fui uma das pessoas que, à época, divergiram pessoalmente do Presidente Sarney, quando Sua Excelência o levou para a Chefia da Casa Civil. Achávamos que S. Exª deveria ter ficado no Ministério da Educação e continuando o trabalho que vinha desenvolvendo, que era um trabalho de primeira grandeza.

Tenho ouvido muitas referências ao Senador Marco Maciel; S. Exª é uma pessoa que tem muitas qualidades, mas também tem seus defeitos. Tem um grave, do qual acredito que dificilmente irá se curar, que é o de ser presidencialista. Com isso, S. Exª violenta a sua personalidade e a sua maneira de ser. Quem olha o seu estilo elegante de fazer política, porque é um diplomata por excelência; quem ouve os seus pronunciamentos, quem ouve a sua maneira de dialogar, conclui que S. Exª tem tudo para ser um presidente, um primeiro-ministro, um Parlamentar do regime Parlamentarista. S. Exª, quando fala, pela sua maneira de fazê-lo, transmite muito carinho. Quando S. Exª, porém, defende o presidencialismo, a mim não convence, porque a defesa do presidencialismo não combina com a sua presença e o seu estilo. São completamente antagônicos. Mas ninguém é perfeito neste mundo. Afora isso, S. Exª tem, repito, grandes qualidades. Tenho conversado com praticamente todos os grandes adversários políticos de S. Exª em Pernambuco, pessoas com quem vivo; todos reconhecem as suas qualidades, a sua integridade, o seu espírito público. Pode-se divergir de S. Exª, mas deve-se respeitá-lo. Que bom que política seja feita assim, com pessoas

que têm condições de estabelecer pontos, de travar diálogos e de conviver bem. São pessoas que consideram muito importante mantermos os laços e que entendam que o Brasil é mais importante do que nós; que a nossa garra, a nossa vontade de avançar, de progredir e de desenvolver é muito mais importante do que os nossos interesses pessoais. Por isso, felicito V. Exª, nobre Senador João Calmon. Dificilmente alguém fala pela unanimidade da Casa; mas V. Exª o faz neste momento; ao trazer suas felicitações, que também são nossas e de toda a sociedade, ao ilustre Líder Marco Maciel pela justiça da escolha de seu nome para membro da Academia Pernambucana de Letras. Meus cumprimentos a V. Exª, nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Pedro Simon, transmito a V. Exª a minha gratidão por suas palavras tão generosas. V. Exª declarou que o Brasil é muito mais importante do que qualquer um de nós. Esta sessão representa uma consagração desse extraordinário homem público, embora nossas posições partidárias sejam diferentes.

Eu gostaria de citar mais um episódio que me comoveu de maneira inesquecível. Acabava de ser aprovada a emenda que vincula um percentual mínimo da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Marco Maciel havia assumido, no dia anterior, a Pasta da Educação. Telefonei a S. Exª, pedindo-lhe que fosse marcada uma audiência, porque eu desejava trocar idéias sobre a aplicação daquele dispositivo constitucional. A reação de Marco Maciel refletiu sua conduta elegante, uma das marcas de sua personalidade. S. Exª me disse: "O senhor não vai ao meu gabinete para conversar comigo sobre esse assunto. Como Ministro da Educação, tenho o dever de ir ao seu apartamento para trocar idéias sobre a iniciativa da vinculação de um percentual mínimo dos orçamentos públicos para a Educação". Realmente, S. Exª foi ao meu apartamento, e, durante mais de uma hora, trocamos idéias sobre a importância desse restabelecimento de uma vinculação mínima dos impostos para a educação. S. Exª, entretanto, não se limitou a esse gesto. Ministro da Educação, S. Exª deixava o seu gabinete dias depois, para se empenhar de corpo e alta, no plenário da Câmara dos Deputados, procurando agilizar a regulamentação dessa emenda constitucional, que poderia arrastar-se ainda por muito tempo. E nós enfrentávamos — nós que somos obcecados pela causa da educação — com um inimigo poderoso, que era o ministro que atuava na área da economia e que tinha demonstrado concretamente, por mais de uma vez, ser contrário a qualquer vinculação de um percentual da receita pública para a educação. Por sinal, esses tecnocratas, frios, egoístas e insensíveis, são contra a vinculação de qualquer percentual do orçamento público para qualquer finalidade. Eles querem ter ampla liberdade de utilizar as verbas de acordo com os seus critérios nem sempre impecáveis. Marco Maciel foi um fator realmente importante para agilizar a tramitação da regulamentação. Foi graças a S. Exª que começou a ser cumprido esse dispositivo constitucional.

Eu não poderia, portanto, deixar de registrar este depoimento, nesta hora em que S. Exª se transforma em imortal da Academia de Letras — por enquanto em Pernambuco, mas esperamos que, mais tarde, a Academia Brasileira de Letras também lhe faça justiça — para que ele conste dos Anais do Congresso Nacional.

O Sr. Elcio Alvares — Permita-me V. Exª um aparte, Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, nobre Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares — No momento em que V. Ex^a realiza esse discurso, já enriquecido por apartes preciosos, exaltando a conduta de homem público, e agora de intelectual, do Senador Marco Maciel, sinto que é do meu dever, pela amizade de longa data e pela admiração crescente que nutro por S. Ex^a, trazer também à colação o meu depoimento pessoal. O Senador Pedro Simon, que, às vezes, é muito cáustico nos seus discursos, teve a oportunidade de retratar, melhor do que ninguém, aquilo que é efetivamente a personalidade de Marco Maciel. Marco Maciel — eu diria — nasceu para viver o Parlamento 24 horas por dia. A sua postura no relacionamento com as pessoas, no trato da coisa pública, tem uma singularidade invulgar. É, na verdade, um homem talhado para exercer os mistérios do Parlamento. E, nesse dia-a-dia, que o consagrou no respeito dos seus Companheiros, é, acima de tudo, um homem de uma educação exemplar. Conheci Marco Maciel nos idos de 1970, quando aqui chegamos, como representantes do povo, à Câmara dos Deputados. Senti, logo no primeiro momento, que Marco Maciel era uma vocação irresistível para a vida pública, em termos de cultivar as coisas do pensamento. Seus pronunciamentos, projetos e intervenções deixavam sempre, em todos os debates, a fímbria de seus conhecimentos, de sua erudição, enfim, de tudo aquilo que engrandecia o seu espírito. Hoje, Marco Maciel está recebendo, da parte de V. Ex^a, uma homenagem que considero justíssima e, até certo ponto, suspeita, porque o Senador João Calmon é, na verdade, um homem inteiramente dedicado à educação, cujas falas neste sentido já se tornaram até monodias. João Calmon, hoje, abjurou praticamente todo e qualquer tema que não seja o da educação. Certamente seus contatos com Marco Maciel, quando, num dos momentos importantes da sua vida, este desempenhou a função de Ministro da Educação, trouxeram-lhe uma admiração, que agora se externa através das suas palavras. Talvez resida aí — quero destacar — o brilhantismo intelectual de Marco Maciel. Em qualquer setor em que ingresse, principalmente no tratamento da coisa pública, S. Ex^a tem uma atuação que chama a atenção pela sua singularidade. Comentávamos há pouco, aqui, que, não bastasse esse lado tão importante do brilho intelectual de Marco Maciel, ele é, ainda, uma usina permanente de trabalho. Não sabe fazer outra coisa senão trabalhar, e trabalhar com dedicação e seriedade, dando a todos nós motivo para admirá-lo de forma crescente.

Gostaria de fazer uma colocação que considero também muito importante: Marco Maciel já exerceu todas as funções que um homem público pode almejar — só não foi ainda Presidente da República; e em todos os momentos da sua vida existem somente palavras exaltando a sua probidade e honestidade. Com efeito, Marco Maciel é um homem honesto, um homem puro no exercício da coisa pública. Recordo-me do que ouvi de um dos mais ilustres pernambucanos com quem já convivi, João Pereira dos Santos. Ele disse, certa feita, que Marco Maciel é um exemplo para qualquer político brasileiro, pela sua vida inteiramente dedicada à coisa pública, com retidão, dignidade e, acima de tudo — torno a frisar — pela probidade que colocava nos seus gestos. Tenho um orgulho muito grande de Marco Maciel. Fomos companheiros, desde os primeiros momentos nesta Casa do Congresso. Hoje exerço a Vice-Liderança do PFL em homenagem a esta amizade, porque, em nenhum momento — torno a repetir — Marco

Maciel desmereceu esta minha confiança. Às vezes, como disse muito bem o Senador Pedro Simon, podemos até divergir das idéias de Marco Maciel, mas não podemos deixar de exaltar a forma pela qual ele coloca o seu pensamento. Aqui nesta Casa, de maioria esmagadoramente Parlamentarista, a palavra de Marco Maciel ecoa com o respeito de sempre, quando desenvolve a tese presidencialista. Neste momento, Senador João Calmon, V. Ex^a, que é tão primoroso na avaliação dos gestos dos homens públicos, e que tem um cabedal precioso de conhecimentos para externar opiniões, rende uma homenagem à qual todos nos associamos, para dizer, publicamente, que o ingresso de Marco Maciel na Academia Pernambucana de Letras já é o reconhecimento do seu Estado, ao qual ele empresta a fulgurância da sua inteligência. Não tenho dúvida do cabedal cultural que, com modéstia, ostenta. Os caminhos do Senador Marco Maciel são imensos, são largos; são caminhos sempre postos em favor do futuro. Não será surpresa para nós se, ao lado desse seu contrerrâneo, também figura de intelectual exemplar, o Ministro Marcos Vilaça, tivermos oportunidade de saudar, mais adiante, o ingresso de Marco Maciel na Academia Brasileira de Letras, porque Marco é sempre um elemento na busca incessante do aprimoramento das suas grandes virtudes de espírito e, muito mais ainda, da sua intelectualidade. Não quero me alongar mais, e agradeço, de coração, a oportunidade do seu discurso. Tenho certeza de que as suas palavras interpretam o pensamento unânime desta Casa.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Elcio Alvares, agradeço as facetas da fascinante personalidade do Senador Marco Maciel, o seu amor inextinguível ao trabalho.

Eu contaria rapidamente um episódio que ocorreu quando Marco Maciel foi Ministro da Educação. Um político, correligionário de Pernambuco pediu-lhe uma audiência, com o que o Ministro Marco Maciel imediatamente a marcou para as duas horas. Na hora marcada, às 14h, o pernambucano compareceu à ante-sala do gabinete do Ministro e esperou: duas horas e meia, três horas, três horas e meia, e não foi chamado. Aproximou-se da secretária e lhe fez uma indagação óbvia: “O Ministro Marco Maciel, que é um homem tão pontual, tão cioso dos seus compromissos de horário, marcou encontro comigo aqui para às 2h; são quase 4h, e ele ainda não me recebeu”. A secretária consultou a agenda e lhe deu imediatamente o esclarecimento: “O Ministro Marco Maciel marcou realmente a audiência para as duas horas, mas da madrugada, e não para duas horas da tarde”.

Ele, realmente, é não apenas um fanático pelo trabalho, mas também muito pontual. Dentre todas as virtudes que estão sendo exaltadas neste momento, há essa da pontualidade e do respeito a compromissos não apenas de horário, mas o compromissos de toda natureza.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Quero me associar, Senador João Calmon, à manifestação de V. Ex^a e às manifestações justas que aqui temos ouvido da parte tanto de correligionários e amigos, quanto de adversários. Quero me incluir entre os que se orgulham não apenas por esse incidente na vida do Senador Marco Maciel — e que é motivo da oração de V. Ex^a e das nossas intervenções — que foi a sua admissão aos

quadros da Academia Pernambucana de Letras, mas também por tudo que a antecede e por tudo que desejamos venha a sucedê-la. Tudo isso nos faz orgulhosos dessa amizade. Quero deixar consignado que, no bom sentido da palavra, esse episódio da audiência com o correligionário pernambucano faz com que o Senador Marco Maciel mereça, mais ainda, o laurel de intelectual. Os intelectuais, geralmente — pelo menos a *belle époque* assim registrava — eram boêmios. O que o Senador Marco Maciel conseguiu fazer foi perverter um pouco a boemia, fazendo-a em nome do trabalho. Foi a boemia do trabalho que V. Ex^a aqui registrou. O Senador Elcio Alvares aplicou a S. Ex^a a expressão “usina de trabalho”. Esta é, sem dúvida alguma, uma das marcas adicionais que fazem o Senador Marco Maciel merecedor do respeito que aqui lhe está sendo patenteado. Meus cumprimentos a V. Ex^a, nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Esperidião Amin. Tive oportunidade, numa sessão recente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Evasão Fiscal, de destacar que V. Ex^a é a própria imagem daquele retrato ideal de um político, que vi pintado, certa vez, numa academia política na então República Federal da Alemanha: “O primeiro dever de um homem público é ficar em paz com a sua consciência; o segundo dever é defender os interesses do seu País; o terceiro dever é seguir as diretrizes do seu Partido”.

Naquele momento, destaquei que o Senador Esperidião Amin encarnou o respeito a essas prioridades, a essa escala de deveres, quando indicou, para representar o seu Partido na CPI do PC, um eminente colega nosso, o Senador Bisol, que pertence a outra agremiação.

Agradeço a V. Ex^a pela generosidade do seu aparte. Não me estendi muito na resposta ao aparte, que também muito me honrou, do Senador Elcio Alvares, porque S. Ex^a é altamente suspeito, por ser eminente Senador do Espírito Santo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Ouço o nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador João Calmon, permita que me declare integralmente solidário com as palavras de V. Ex^a e com as de seus ilustres apartes, no que dizem respeito às virtudes de caráter, de inteligência e de trabalho de Marco Maciel. Quero, porém, pedir-lhe permissão para acrescentar ou dar relevo a uma das qualidades essenciais do intelectual e do político, que é uma constante na atuação de Marco Maciel: a tolerância. Sendo um homem de responsabilidade partidária, e até com a responsabilidade de Liderança, guarda em relação aos seus companheiros, como no que diz respeito a seus adversários, uma primorosa atitude de compreensão. Eu mesmo lhe sou imensamente grato por esta capacidade de suportar as minhas divergências, mas quando as manifesto, na verdade estou salientando as altas qualidades do meu Líder, a de compreender que na política se convive divergindo.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador e eminentíssimo mestre, seu aparte tão valioso, que representa mais uma homenagem a esta figura ímpar da política nacional, que é o Senador Marco Maciel.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Senador João Calmon, não poderia deixar, neste momento, de também, prestar meu depoimento e minha homenagem a V. Ex^a, por ter trazido o tema à consideração, e ao homenageado, o Senador Marco Maciel. Vou ser repetitivo, porque as qualidades do Senador Marco Maciel, aqui exaltadas, são tão patentes que todos temos que voltar a elas. Não só o trato lano e cortês de S. Ex^a, como o seu espírito público, e sua extraordinária capacidade de trabalho, mas especificamente, pelo que o homenageamos hoje, que são as suas virtudes intelectuais. Ainda hoje li um artigo seu na *Folha de S. Paulo*, onde cita abundantemente um dos autores que mais influenciaram a minha formação, que é Max Weber. Cita-o com maestria e desenvolve o tema também com brilhantismo. O Senador Marco Maciel tem uma virtude que é rara: é que, sendo um intelectual de qualidade, não deixa que esses atributos ofusquem os outros, a tal ponto que, muitas vezes, nos esquecemos de S. Ex^a como intelectual, para só o percebermos como político. É preciso que a cada momento revivamos, como estamos fazendo agora, as virtudes intelectuais de S. Ex^a. Por isso mesmo — como o Senador João Calmon tão bem disse — tenho a convicção de que o Senador Marco Maciel, como intelectual que é, e, ao mesmo tempo, Líder do Governo — nos momentos tais difíceis saberá discernir e colocar na ordem proposta por V. Ex^a as virtudes do homem público. A pensar, em primeiro lugar, na sua consciência, em segundo lugar, no seu epos, no seu Partido. Não digo isso como quem quer diminuir os compromissos partidários de quem quer que seja. Digo porque nós todos procuramos agir assim. Tenho certeza que o Senador Marco Maciel, nos momentos mais difíceis — e vamos enfrentar alguns deles daqui para a frente, e já os enfrentamos antes — saberá ser, ao mesmo tempo, Líder político e um intelectual de méritos acima do comum. Portanto, junto a minha voz às homenagens prestadas.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o seu aparte que muito me emociona, porque V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, merece o título de mestre dos mestres.

Agora mesmo, tenho acompanhado o seu trabalho como Relator-Geral da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Evasão Fiscal. Aproveito esta oportunidade para destacar que esta é a Comissão Parlamentar de Inquérito mais importante em funcionamento no Congresso Nacional. Foi criada por iniciativa do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, impressionado com as revelações sobre os altos índices de sonegação fiscal no Estado que S. Ex^a aqui representa com tanto brilho e dinamismo. Obviamente, é preciso destacar que São Paulo não é um Estado campeão de sonegação por falta de entusiasmo em relação ao pagamento dos impostos: é que São Paulo, se não fosse uma unidade da nossa Federação, seria um país desenvolvido. São Paulo não sonega mais do que os outros Estados.

Confiada essa tarefa da Relatoria-Geral da Comissão Parlamentar de Inquérito a V. Ex^a, e tendo como Presidente o nobre Senador Ronan Tito, que é a própria imagem do dinamismo e da vigilância indormida, estou certo de que, duplicando e até triplicando a arrecadação dos impostos devidos, vamos resolver os problemas mais importantes do Brasil, a começar pelos problemas da educação, da saúde e tantos outros.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer e honra concedo o aparte do meu Líder, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador João Calmon, até me dispensaria deste aparte, já que o nobre Senador Pedro Simon, Vice-Líder da Bancada e um dos nossos mais eminentes companheiros já manifestou não só sua solidariedade, mas a de todos os demais membros do PMDB no Senado, à justa homenagem que V. Ex^a faz ao nobre Senador e Líder Marco Maciel pela sua posse na Academia Pernambucana de Letras. Todos nós conhecemos de perto o ilustre Senador Marco Maciel e temos por ele uma grande admiração e uma grande estima, independentemente de nossa divergência política, pois S. Ex^a sempre timbrou por uma conduta pessoal que nos envolve a todos, com a sua lhanza de trato e com o seu cavalheirismo, características de sua conhecida personalidade de homem público. Entretanto, senti-me no dever de, também, pessoalmente, participar do seu pronunciamento, para dizer do meu júbilo por tomar conhecimento de mais essa justa reverência que Pernambuco presta a Marco Maciel, já agora no campo da intelectualidade. S. Ex^a, que se tem revelado ao longo de tantos anos, desde a Câmara dos Deputados, de que foi Presidente, ao Senado, um esgrimista extraordinário no jogo político, torna-se, agora, um beletista, imortalizado pela escolha daqueles que compõem a Academia Pernambucana de Letras. Sem dúvida, todos nós reconhecemos o seu valor não só político, mas intelectual. E é preciso que fique claro no registro dos nossos Anais que esta não é uma homenagem corporativa, mas uma homenagem que prestamos sinceramente a um companheiro que tem merecimento e por isso, recebe nossos aplausos por mais esse galardão de glória.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Humberto Lucena, seu aparte confirma, mais uma vez, o alto grau de educação política que é a marca talvez mais importante da nossa Casa, o Senado Federal. V. Ex^a é o Líder do principal Partido da Oposição e, nesta hora, presta uma homenagem muito significativa ao nobre Senador Marco Maciel, Líder do Governo e que além de ter adquirido já foros de imortalidade na área da literatura, já está inscrito como uma das admiráveis figuras da vida pública deste País.

O Sr. Francisco Rollemberg — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO CALMON — Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Francisco Rollemberg, com muito prazer e muita honra.

O Sr. Francisco Rollemberg — Senador João Calmon, lamento chegar já ao findar do discurso de V. Ex^a, quando procura, em registrando a posse de Marco Maciel na Academia Pernambucana de Letras, enaltecer as suas qualidades de cidadão, de homem público, de político e de intelectual. Veja, Senador Marco Maciel, ontem, nós conversávamos a respeito da sua entrada na Academia. Eu discutia e lhe falava sobre os pronunciamentos que lá ocorreram: o discurso singelo e suave de Magalhães Melo, a bela peça literária que produziu Marcos Villaça e a excepcional qualidade de discurso que V. Ex^a houve por bem produzir para aquela ocasião. E, quando chego aqui, hoje e vejo o nobre Senador João Calmon a homenageá-lo, eu me lembro da nossa conversa de ontem, quando eu citava José Augusto Guerra, imortal como V. Ex^a, homem da Academia Brasileira de Letras, que, numa oca-

sião, me dizia: "Rollemberg, as idéias são como os pássaros, elas saem a pousar de galho em galho. Se você não as apreende, para que elas sejam sua, elas por certo continuarão voando e outro as apreenderá". Foi o que ocorreu nesta tarde. Disse-me o Senhor Marco Maciel que iria consolidar a sua homenagem em um opúsculo, no qual seriam incluídas não somente essas três falas mas também a do Sr. Governador do Estado de Pernambuco. Eu, então, fiquei no aguardo desse pronunciamento — que seria o do Sr. Governador — para vir a esta tribuna tazer aos nossos Companheiros Senadores a notícia da imortalidade, recém-conseguida, do Senador Marco Maciel. Mas V. Ex^a prendeu o pássaro primeiro do que eu. O pássaro pousou na minha cabeça e eu não o prendi, mas V. Ex^a, com a sua inteligência, soube segurar bem o pássaro e deu, em primeira mão, a este Plenário essa notícia. Ai me recordei de um dito tibetano, muito singelo, que diz o seguinte: "O que tens de fazer, faze-o logo". V. Ex^a, tendo prendido esse pássaro e trazendo a notícia, trouxe a esta Casa, de uma forma que por certo nunca conseguiria igualar, a notícia dessa imortalidade. V. Ex^a foi eminentemente perspicaz e objetivo; tinha de fazer logo. Congratulo-me com V. Ex^a por isso. Eu, como V. Ex^a, Senador João Calmon, conheço Marco Maciel relativamente bem, chegamos juntos, em 1971. Marco Maciel, com esse mesmo físico — magrinho —, rápido nas idéias, nos gestos, na palavra, no pensamento, já com um conceito de homem inteligente, de homem culto, de homem probó e com uma larga experiência política, apesar do mínimo que era naquela ocasião. Já fora Secretário de Estado, era professor de Direito em Pernambuco, e amava tanto o seu magistério que se deslocava de Recife, nos finais da tarde, de ônibus, para a Faculdade de Direito de Caruaru — fundada pelo Dr. Tabosa —, para lá proferir as suas aulas de Direito Constitucional. Esse Marco Maciel, que conheci há 22 anos e meio, não frustrou nenhum de nós. Ocupou os cargos que um homem jovem pode ocupar. Foi Ministro duas vezes, Deputado Federal, Senador da República por duas vezes, Governador do seu Estado. Escritor de escol, produziu mais de 60 obras, mas se não tivesse produzido nenhuma, nobre Senador, sua própria vida, que já é um livro, o credenciaria por demais para ser recebido naquele sodalício, que é a Academia de Letras de Recife, para ficar ao lado de Vilaça, uma casa onde Gilberto Freyre prontificou e que hoje é presidida por Magalhães Melo, nosso colega. Felicito V. Ex^a pelo pronunciamento desta tarde e me associó nessas homenagens à figura do Senador, do político, do intelectual e do amigo Marco Maciel, que V. Ex^a, com tanta proficiência, soube retratar, neste instante, no Senado Federal.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento, mas antes gostaria de agradecer ao nobre Senador Francisco Rollemberg o seu generoso aparte. Lamento que eu tenha tomado a iniciativa antes de V. Ex^a e impedido que encantasse esta Casa com a sua eloquência...

O Sr. Francisco Rollemberg — V. Ex^a não tem o que lamentar. V. Ex^a honrou esta Casa e faço minhas as palavras de V. Ex^a.

O SR. JOÃO CALMON — Foi, realmente, um aparte antológico. Mas devo lembrar que o meu dever ainda era mais imperativo porque eu estive presente à solenidade da posse, no Recife. Era um dia de votação importante aqui no Senado, mas aceitei o convite que me foi formulado, porque, como sou amigo há décadas do nobre Senador Marco

Maciel, fiz questão de viver ao seu lado esse momento de ouro da sua vida literária, uma vez que S. Ex^a já recebeu todas as homenagens como homem público, restando uma, que creio ainda lhe será prestada por este País.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Tem a palavra V. Ex^a.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador João Calmon, eu, que estava presidindo eventualmente a Casa e que acendia discretamente a lâmpada de advertência do tempo, agora peço ao nobre Presidente que tenha tolerância para que eu possa me associar ao discurso de V. Ex^a, por julgar justas e oportunas as homenagens que são prestadas ao Senador Marco Maciel, de quem tenho a honra de ser amigo há muito tempo. Quero dizer que Pernambuco é que está de parabéns, o título foi conquistado justamente, com todas as letras, pelo nobre Senador Marco Maciel. Disso eu sou testemunha, não só pelos apartes que V. Ex^a teve em seu discurso, como pela admiração profunda que o Senador Marco Maciel desperta em todos os Senadores que compõem esta Casa. Parabéns a V. Ex^a, a Pernambuco e ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Magno Bacelar, muito obrigado pelo seu aparte, que incorporo, com o maior prazer, a este pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, resta um aparte que deixaria o meu pronunciamento incompleto, se eu não o concedesse, porque parte dessa figura inspiradora da vida pública do nosso País, que é o nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Agradeço, inicialmente, às excessivas gentilezas de V. Ex^a, às quais já estou habituado. Quero também deixar consignado o meu aplauso à Academia Pernambucana de Letras, que foi buscar, para integrar o seu quadro, o nosso eminente colega Marco Maciel. Lamento que S. Ex^a, até hoje, não tenha recebido o opúsculo com os discursos pronunciados naquela oportunidade, onde, certamente, na palavra eloquente do novo acadêmico, reencontraremos — como em todos os discursos pernambucanos —, a figura de Nabuco e a presença de Gilberto Freyre. Estou certo de que esses dois grandes vultos da vida, da história e da grandeza pernambucana estarão presentes no trabalho de Marco Maciel. Espero ler esse opúsculo, para, ainda uma vez, me deliciar com a leitura proveitosa, culta, brilhante e agradável desse nosso Companheiro, que tanto tem honrado as letras pátrias, como engrandecimento a vida pública com a sua presença. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Nelson Carneiro, agradeço a sua preciosa intervenção. Posso, desde logo, assegurar a V. Ex^a que vou pedir a transcrição, nos Anais do Senado Federal, não apenas do discurso primoroso do Senador Marco Maciel, mas também dos pronunciamentos do ex-Deputado Federal Luiz Magalhães Melo e do acadêmico membro da Academia Brasileira de Letras, Marcos Villaça. Dentro de poucos dias V. Ex^a poderá encantar-se com a leitura dessas três notáveis peças literárias.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador João Calmon, quero me associar à homenagem prestada por V. Ex^a ao Sena-

dor Marco Maciel, e dizer que, como homem do Nordeste, sou um admirador do Senador Marco Maciel há muito tempo. Lá da minha província, como Deputado Estadual, eu sempre acompanhei a trajetória brilhante de homem público do Senador Marco Maciel. Lamentavelmente, não sou liderado de S. Ex^a; sou leal ao meu Partido, integro o PMDB, que faz oposição à Bancada liderada pelo Senador Marco Maciel. Mas, mesmo assim, não posso deixar de dizer, a exemplo de todos os meus colegas, da nossa satisfação e da nossa alegria por ver os méritos intelectuais do Senador Marco Maciel serem realmente reconhecidos pela Academia Pernambucana de Letras. Tive a preocupação, também, de pedir, para a leitura, os discursos que foram pronunciados naquela oportunidade pelo Ministro Marcos Vilaça e por todos aqueles que falaram durante a sessão de posse do Senador Marco Maciel. Verifico que o Senador Marco Maciel teve uma consagração como intelectual, porque, como disse V. Ex^a, como homem público S. Ex^a já teve oportunidade de tê-la, através dos vários cargos que ocupou. Estou também solidário à homenagem prestada por V. Ex^a.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, gratíssimo a V. Ex^a pelo seu breve mas muito significativo aparte, que consagra, com palavras muito justas, os extraordinários méritos do nosso novo imortal.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador João Calmon, desprendi, nesses últimos tempos, a fazer elogios. Por isso, para ser, inclusive, breve — porque a luz vermelha está piscando — venho dizer que faço minhas as palavras não só de V. Ex^a como dos apartantes. Todos os adjetivos foram dados em homenagem ao nosso Companheiro, ao nosso Colega e ao imortal Marco Maciel. Portanto também são minhas as palavras de todos.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Jutahy Magalhães, gratíssimo pelo seu aparte que, apesar de breve, é muito significativo, e parte da Bahia gloriosa, que já se havia feito ouvir através da palavra dos nossos mestres Josaphat Marinho e Nelson Carneiro.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Concedo o aparte ao nobre Senador Marco Maciel, com a permissão do nobre Presidente Dirceu Carneiro.

O Sr. Marco Maciel — Nobre Senador João Calmon, desejo, neste momento, entre desvanecido e sensibilidade, agradecer, de forma muito especial, o gesto que V. Ex^a tem para comigo, ao solicitar a transcrição dos discursos proferidos durante a sessão da Academia Pernambucana de Letras, que marcou a minha admissão naquela Casa. Quero, inicialmente, dizer a V. Ex^a que as suas palavras para mim têm uma significação muito especial, pois não é de agora, é de longa data que tenho uma admiração grande por V. Ex^a. Não é sem razão que V. Ex^a é conhecido aqui e em todos os setores da Educação brasileira como o seu grande Apóstolo. Sempre entendi que a educação é uma atividade para a qual todos nós devemos voltar a principal atenção. Dira mais, até que o país tem muitos problemas graves, sérios, alguns conjunturais, outros permanentes, mas só tem uma questão que é estrutural, que

é a questão da educação. Porque ela, a um só tempo, ensina não somente o amplo exercício da cidadania, mas cria os pressupostos e as condições para que se erija, a partir daí, um verdadeiro e correto projeto de desenvolvimento. Por isso, tenho V. Exª como um dos símbolos da política brasileira, pela coerência com que vem, em que pese todos os obstáculos e dificuldades, defendendo a causa da Educação. Esse gesto de V. Exª, para mim, tem uma significação muito grande: requerer a inscrição, nos Anais de Casa, do meu modesto pronunciamento e das expressivas manifestações que ocorreram durante a minha posse, nomeadamente, por parte do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, do Presidente da Casa, o ex-Deputado Luiz Magalhães Melo que tem um irmão, atualmente, na Câmara dos Deputados, o Deputado Roberto Magalhães Melo e do atual Governador de Pernambuco, Dr. Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti. Quero também dizer que, para mim, o gesto de V. Exª tem uma significação muito grande por testemunhar um apreço que talvez não seja merecedor. E devo, a propósito, registrar como algo especialmente lisonjeiro para mim e para todos aqueles que integram a Casa de Carneiro Vilela, a Academia Pernambucana de Letras, o fato de V. Exª ter comparecido à posse. É algo que jamais me esquecerei e foi algo que concorreu de forma muito expressiva para o brilho da solenidade. Quero também agradecer as manifestações que recebi aqui de inúmeros colegas. Manifestações marcadas, em primeiro lugar, pela generosidade, pela largueza de gestos e também por atitudes que, de alguma forma, muito me emocionaram. Quero agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, me enviaram mensagens, ou se manifestaram sobre a minha posse. E quero, também, fazer um registro, de forma muito particular, àqueles que, presentes na tarde de hoje no plenário desta Casa, tiveram a oportunidade de oferecer ao discurso de V. Exª apartes, para mim, consagradores.

Gostaria de me deferir ao Senador Coutinho Jorge, ex-Secretário de Educação, ex-prefeito de Belém e, naturalmente, Vice-Líder do PMDB; a outra extraordinária figura de político, Pedro Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul; ao Vice-Líder do PFL, meu amigo há décadas, Senador Elcio Alvares, atuante representante do Espírito Santo; ao Líder do PDS, ex-Governador e ilustre homem público, Espíridião Amin; ao Senador Josaphat Marinho, essa exemplar figura de jurista e de político com P maiúsculo; ao Líder do PSDB, nesta Casa, uma das expressões políticas do nosso País, Senador Fernando Henrique Cardoso; ao Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB e eminente político no seu Estado e no Nordeste; ao Senador Magno Bacelar, a quem me ligam antigos laços de amizade que, nesta Casa, integra a Bancada do PDT; ao Senador Nelson Carneiro, ex-Presidente desta Casa, político competente e um intelectual na plena acepção do termo; ao Senador Garibaldi Alves Filho, notável figura de político potiguar e que tem um excelente pedigree e, não podemos deixar de negar, um jovem e talentoso intelectual; ao Senador Jutahy Magalhães, que integra, nesta Casa, a Bancada do PSDB, que tem também um excelente pedigree, filho de um dos homens públicos mais atacados e honrados deste País, que foi o ex-Ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães. Finalmente, gostaria de registrar a manifestação do eminente colega da Bancada e, por que não dizer também, o que muito me honra, meu amigo Senador Francisco Rollemberg, com quem inclusive já tive a oportunidade de falar sobre a solenidade de minha posse e que me deu inclusive a alegria de manifestar o interesse em ler o meu

discurso e, posteriormente, comentá-lo. Por isso, nobre Senador João Calmon, agradeço, de forma muito especial, esse gesto de V. Exª e saiba que já não me esqueceria da atitude que V. Exª tomou de ir até Recife num dia de semana, com as dificuldades da locomoção que hoje caracterizam os deslocamentos para aquela cidade. Jamais poderei me esquecer desse fato. Agora, fico ainda mais cativo ao gesto de V. Exª ao registrar, aqui nesta Casa, o acontecimento para mim extremamente significativo, que foi o meu ingresso na Academia Pernambucana de Letras. Ao postular o ingresso na Academia Pernambucana de Letras, instado por alguns amigos de Pernambuco, eu o fiz não movido por uma vaidade pessoal — Deus parece que me poupou desse sentimento — mas, sobretudo, por entender que a Casa de Carneiro Vilela era uma das expressões mais genuinamente significativas dos valores, da cultura e da história de Pernambuco. Quero, ao encerrar o meu aparte, dizer, mais uma vez, a V. Exª e à Casa que fico muito comovido — esta é a expressão que posso encontrar neste instante — pela manifestação de V. Exª e dos colegas que têm assento nesta Casa do Congresso Nacional. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço o seu generoso aparte, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Hugo Napoleão — Permita-me V. Exª um aparte, nobre Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON — Concedo o aparte ao nobre Senador Hugo Napoleão, com a autorização do nobre Presidente Mauro Benevides.

O Sr. Hugo Napoleão — Senador João Calmon, quero trazer, em nome do meu Partido, do Partido da Frente Liberal, os agradecimentos pela oportuna, tempestiva e feliz homenagem que V. Exª presta a um dos nossos maiores, o Senador Marco Antonio Maciel, justamente quando S. Exª transpõe os umbrais da Casa de Carneiro Vilela, trazendo toda a força de sua intelectualidade, toda a sua cultura, todo o seu humanismo, sempre embasados em estudos profundos da realidade pernambucana, brasileira e internacional. E mais: quero externar, também, através de minhas palavras, a homenagem do Piauí, a esse que, tenho dito e repetido, em diversas oportunidades, é, sem favor algum, o ideólogo de nosso Partido. Quando da formação da Frente Liberal, nos idos de 1984, o Senador Marco Maciel, independentemente das questões da articulação política, cuidava, a látere, e de modo substancial, e em profundidade, da mensagem liberal, dos contornos dos seus ideais, dos seus postulados e, transpondo-os para os documentos oficiais do Partido, ou seja, para os estatutos, para o manifesto, para o programa do PFL. Conheço bem a personalidade desse homem que sempre pensa em seu Partido, não obstante tenha imensas obrigações de natureza senatorial, as atribuições da Liderança, e os afazeres de representação do seu glorioso Estado. Vive, diuturnamente, a preocupar-se com as questões internas, intrínsecas, ou correlatas, do liberalismo e do PFL. É justamente a esse humanista, a esse grande brasileiro, que tem trazido uma sólida contribuição à cultura nacional, que venho juntar a minha modesta palavra, na grande homenagem que este grande baluarte, Senador João Calmon, presta na tarde de hoje no Senado da República.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Hugo Napoleão, o seu aparte que é mais uma consagração para o eminente Líder do Partido que V. Exª preside.

O Sr. Antônio Mariz — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Ouço o eminente Senador Antônio Mariz.

O Sr. Antônio Mariz — Senador João Calmon solidário-me com V. Ex^a no momento em que homenageia o Senador Marco Maciel, que acaba de ser recebido na Academia Pernambucana de Letras. V. Ex^a traçou com palavras adequadas o perfil do novo imortal pernambucano, e assinalou com o brilho e a competência que lhe são características a solenidade em que a Academia o recebeu. Associo-me também a V. Ex^a na definição da oportunidade desta acolhida ao Senador Marco Maciel por suas virtudes de intelectual e homem público. A exemplo do Senador Francisco Rollemberg, também tive a honra de chegar ao Congresso Nacional na mesma época do Senador Marco Maciel e pude, por isso, acompanhar a sua trajetória na vida política, o desempenho de inúmeros mandatos, o exercício da presidência da Câmara, a sua passagem no governo como Ministro, o desempenho no governo de Pernambuco e no Senado. Em todos esses momentos, a figura de Marco Maciel impôs o respeito e a admiração dos companheiros do seu Estado e da opinião pública. Por todos esses títulos, é uma honra para a Academia Pernambucana de Letras receber em seu meio o Senador Marco Maciel. Assim, quero trazer aqui esse testemunho, essa palavra de apreço e respeito ao Senador Marco Maciel, no instante em que V. Ex^a lhe presta justa homenagem, quando se consagra como novo imortal pernambucano.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Antônio Mariz, manifesto-lhe a minha gratidão por esse aparte. V. Ex^a enriquece meu pronunciamento porque parte de um vizinho de Pernambuco — o Estado da Paraíba — de onde V. Ex^a, ao longo de várias décadas, tem apreciado o trabalho, devotamento do Senador Marco Maciel ao seu Estado, ao Nordeste e ao Brasil.

O Sr. Maurício Corrêa — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Maurício Corrêa.

O Sr. Maurício Corrêa — Nobre Senador João Calmon, lamentavelmente, não ouvi desde o início o discurso que V. Ex^a profere. Mas se trata — eu o sei muito bem — de uma homenagem que V. Ex^a presta ao ínclito e eminente colega, Senador Marco Maciel, pela sua investidura na láurea de imortal da Academia Pernambucana de Letras. Não poderia deixar de associar-me a essas justas homenagens que V. Ex^a a ele presta, por saber dos altos dotes intelectuais e morais do homenageado. Costumo ver nos homens públicos aqueles que se destacam mais pelas suas ações — ações no sentido de realizações — e aqueles que se destacam pela sua vida intelectual isoladamente. Uns são mais cultores do intelecto, outros são mais ativos na produção de grandes obras, de grandes realizações. O Senador Marco Maciel conseguiu unir essas duas qualidades: a de realizador e a de cultor de idéias, de um cultivador de idéias. É um liberal, um democrata, homem de pensamento límpido. Tenho orgulho e honra em pertencer à grei dos seus amigos pessoais. Tenho convivido com S. Ex^a e além desses dotes intelectuais e morais S. Ex^a possui uma qualidade, para mim, extraordinária na vida de um homem público, que é a lealdade, a correção, a ética nos seus procedimentos. De modo que quero, ao encerrar este breve aparte, associar-me às homenagens que V. Ex^a presta e colocar-me

como um daqueles admiradores do Senador Marco Maciel, sobretudo com a satisfação de vê-lo guindado à Academia Pernambucana de Letras, historicamente conhecida. Portanto, registro aqui o meu abraço a V. Ex^a pela oportuna lembrança.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador e mestre Maurício Corrêa, V. Ex^a traz mais uma contribuição valiosa a este pronunciamento, nesta homenagem ecumênica ao nobre Senador Marco Maciel, que é a própria imagem da dedicação à política e à defesa dos supremos interesses do seu Estado, do Nordeste e do País.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro — Nobre Senador João Calmon, prometo ser extremamente expedito e econômico nos meus dizeres, até porque o meu sentimento pessoal em relação ao Senador Marco Maciel já o expressei em telegramas que fiz expedir tanto para S. Ex^a, quanto para o Presidente da Academia Pernambucana de Letras. Mas eu não poderia também deixar de, nesta oportunidade, externar a nossa satisfação por esta justa homenagem que aqui prestamos coletivamente. Faço este registro de tão notável acontecimento, e aproveito para externar, em nome da Bancada do PTB, dos sete Senadores que integram essa Bancada, em nome da Liderança, os sentimentos de satisfação, de contentamento, de justiça que foi feita pela Academia Pernambucana de Letras ao nosso ilustre Par. Este homem singular que enobrecce e engrandece com a sua presença e com a sua participação os trabalhos desta Casa.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Jonas Pinheiro, agradeço a V. Ex^a as palavras tão justas em relação à personalidade fascinante do Senador Marco Maciel, que está recebendo hoje, nesta tarde, no plenário do Senado, mais uma demonstração do apreço, da admiração de todos nós a S. Ex^a, como uma das figuras exponenciais da vida pública da nossa Pátria.

O Sr. Áureo Mello — V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer concedo o aparte ao nobre Senador Áureo Mello.

O Sr. Áureo Mello — Ninguém melhor do que V. Ex^a, Senador João Calmon, para ser o canal através do qual fazemos chegar à pessoa de Marco Maciel o contentamento pessoal por ver a sua indiscutível intelectualidade reconhecida e aplaudida pela coletividade pernambucana. Ao transpor os umbrais daquela casa existe assim um toque de magia, uma espécie de *frisson* que faz com que aquelas palavras que dizem que o homem se torna imortal tenham o seu sentido de realidade. Isso nada mais é do que uma espécie de cobrança que se faz de tudo aquilo que já se realizou no campo das artes, no campo do intelecto. O Sr. Marco Maciel é um ex-Ministro da Educação, é um orador maravilhoso, um homem de uma cultura invejável e, além de tudo, um escritor fora de dúvida, além das qualidades que o conduziram ao Governo do seu Estado e tantas outras que fizeram com que S. Ex^a grafasse no papel as manifestações da privilegiada inteligência que Deus lhe deu, graças aos designios superiores. E nós que aqui estamos no plenário do Senado, e eu, pessoalmente,

que, também, sou membro de uma Academia — a Academia de Letras de Brasília — sentimos uma alegria insopitável em dizer que esse aplauso da coletividade literária e intelectual de Pernambuco nos atinge, também, através da convivência que temos com o Senador Marco Maciel, assim como com o Senador Mauro Benevides, que também é imortal lá nas plagas do nosso Ceará e com outros que aqui estão e também participam de Academia e sodalícios. Este fato nos produz um sentimento de profundo enternecimento: deixam-se as colunas pétreas, marmóreas ou de cimento das coisas prosaicas em que vivemos nos dias atuais, para nos voltarmos para as róseas trepadeiras que sobem pelas cercas de madeira embelezando a essa Casa gentil, que é o Areópago, onde o novo acadêmico vai receber os louros e as tiaras conseqüentes do seu engrandecimento, do reconhecimento que seus pares lhe tributam. Companheiro Marco Maciel, através deste aparte que estou fazendo a esse grande herói, nosso colega Senador João Calmon, intelectual ilustre também, companheiro de tantas lides desde as áreas do Amazonas até as friorentas paragens de Orlando, nos Estados Unidos — onde inesperadamente nos encontramos — faço questã de lhe prestar um tributo que é, ao mesmo tempo, uma garantia de que, a qualquer instante, somos nós o testemunho desse valor, das suas qualidades, espirituais, intelectuais e morais, porque tudo isso somado é justamente o ramalhete que, à semelhança das flores da vitória que os bravos esportistas receberam na Maratona da Espanha, Marco Maciel, a par da luta indômita que é a luta da política, recebe no caminho atapetado de pétalas de rosas que é o caminho da literatura, das letras e do pensamento puro. Muito obrigado, nobre Senador João Calmon.

O Sr. Darcy Ribeiro — Peço a palavra para um aparte, nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Darcy Ribeiro — Nobre Senador João Calmon, eu, que o saúdo sempre como Senador da educação, devo saudá-lo hoje como Senador da cultura, por essa iniciativa tão bonita de nos fazer homenagear o Senador Marco Maciel por sua ascensão à Academia Pernambucana de Letras. Como candidato à Academia, como acadêmico vocacional, sinto-me muito a gosto para tomar a iniciativa de juntar a minha voz à dos vários Senadores para saudar V. Ex^a e saudar Marco Maciel. Muita gente pensa que a Academia de Letras é só de letras. Já no tempo de Machado de Assis ficou muito claro que a Academia Brasileira de Letras, como a Academia Francesa, como a maior parte das academias do mundo, é uma academia de sumidades, de pessoas que alcançam uma posição exemplar em algum campo de grande importância humanística. Nesse sentido é que um eminente político, um eminente Senador, um homem público com a carreira de Marco Maciel, com a lucidez com que ele se exerce, cabe perfeitamente numa academia, e é de homens assim que devem ser feitas as academias. Acho que a Academia Pernambucana de Letras fez uma grande aquisição, e quero saudá-lo e, por intermédio de V. Ex^a, o Senador Marco Maciel, por esse momento tão importante na sua vida.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Darcy Ribeiro, agradeço esse aparte que tanto me honra e espero que dentro de poucas semanas estejamos todos aqui comemorando o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras, na Casa de Machado de Assis.

Desejo também agradecer ao nobre Senador Aureo Mello pelo seu aparte, que realmente tem uma conotação sentimental, porque nos conhecemos lá no Estado do Amazonas, S. Ex^a como repórter e eu como diretor de um órgão dos Diários Associados, e agora nos encontramos, aqui no Senado, como Membros da Câmara Alta, S. Ex^a com a láurea de imortal brasileiro.

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Ouço com prazer o aparte do nobre Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho — Senador João Calmon, venho, rapidamente, como é do meu feitio, associar-me ao discurso de V. Ex^a Sou um fervoroso, um pleno admirador do Senador Marco Maciel de longas, datas, de muitos anos, e acredito até que neste País é difícil não haver uma pessoa que não tenha tomado conhecimento do Senador Marco Maciel. Acho que a glória maior para o cidadão é ter a admiração, o respeito dos seus concidadãos. De maneira que venho associar-me à manifestação de V. Ex^a e digo, como já disse aqui certa feita: não tenho inveja do poder nem da riqueza, mas tenho uma profunda e sadia inveja dos homens que, como o Senador Marco Maciel, servem bem a sua pátria. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Meira Filho, agradeço o aparte de V. Ex^a, meu irmão da taba dos Diários Associados, que traduziu com palavras felizes a sua admiração por esta figura ímpar da vida nacional que é o Senador Marco Maciel.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer e muita honra concedo o aparte ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador João Calmon, como sempre, V. Ex^a traz à tribuna do Senado tema de importância; ora uma preocupação, ora um homenagem, quase sempre uma defesa, mas em tudo o que V. Ex^a faz há aquela marca da justiça, aquela marca do espírito lúcido que V. Ex^a demonstra ao Brasil há tantos anos e em tantas atividades. Muito embora tenha V. Ex^a primado pela defesa, sempre e sempre, da educação, do ensino, conseqüentemente da cultura, a verdade é que nesta Casa V. Ex^a merece ser escutado com atenção, seja qual for o tema aqui abordado. Hoje V. Ex^a traz uma homenagem ao nosso Companheiro Marco Maciel, membro da Academia da Pernambucana de Letras. Confesso que tive muita vontade de ir a Recife e acompanhar essa solenidade que, para mim, seria da maior importância. Ainda mais porque considero que as academias dos Estados têm uma grande importância: sou um daqueles, Senador João Calmon, que acompanha a literatura, que acompanha as letras em cada Estado. Conheço bem as letras do Estado de V. Ex^a, o Espírito Santo; conheço até as trovas do Nordeste filho de sua terra; conheço poetas menores e poetas maiores do seu torrão; conheço, de Pernambuco, as figuras exponenciais, desde um Joaquim Nabuco até um mais moderno, como Gilberto Freyre, e os menores também, mas não poderia deixar de conhecer as elegias do Mauro Mota. Conheço a literatura da Paraíba, e Carlos de Fernandes, por exemplo, é hoje um autor que acompanho. Não me interessa apenas José Lins do Régio, não me interessa apenas José Américo de Almeida, não me interessa apenas aquele que se consagrou. Não conhe-

ço no Amazonas apenas a estrela brilhante e viva de agora do poeta Áureo Mello, mas eu conheço Jonas da Silva nas suas edições de 1900, 1901, 1905, 1922, e estou para conhecer essencialmente o poeta Bacelar, que dizem que é muito bom. Com isso estou mostrando ao ilustre companheiro que conheço a literatura do Rio Grande do Sul, onde incluo o poeta José Paulo Bisol, que participou de uma antologia universitária que chegou às minhas mãos. E um dia desses, como grande ameaça, eu disse para ele: "Se votar contra o meu parecer, declamarei uma poesia de sua autoria!" Disse brincando, evidentemente. A verdade é que dou uma grande importância à literatura dos Estados, à intelectualidade de cada Estado, de cada Unidade da Federação, principalmente daqueles autores que não se tornaram nacionais. A Paraíba que não é de José Lins do Rêgo, mas dos intelectuais da família Mariz — para lembrar aqui o nosso Antônio Mariz. Preocupo-me pelo Oliveira Neto, do Piauí, por exemplo, para se ter uma idéia. Não me interessa apenas o autor piauiense consagrado em termos nacionais. Não é só o Da Costa e Silva que me interessa. Penso que aqueles que não chegaram às manchetes de jornais, às páginas literárias, aqueles que não foram José Lins do Rêgo, nem Rachel de Queiroz têm uma grande importância. Agora, com o nosso companheiro Marco Maciel acontece uma coisa interessante. Ele consegue ser distinguido na Academia Pernambucana de Letras quando não tem propriamente tempo para produzir uma obra literária de ficção, mas uma obra literária através da oratória, através de preocupações intelectuais que são notórias em sua terra, e quero dizer que na literatura há, sim, o espaço para um discurso de Ulysses Guimarães, que quase sempre é muito bem feito.

Há espaço para o escrito político, como há espaço para a letra científica, porque Oswaldo Cruz teve o seu lugar literário, matemáticos tiveram o seu lugar literário, o político tem também o seu lugar literário e o nosso companheiro Marco Maciel, ao longo da vida, é uma literatura pernambucana de habilidade, de conhecimento, de sensibilidade, de sintonia social com os problemas e questões de sua terra, não questões políticas apenas, mas também as questões sociológicas. De tal sorte que, quando o companheiro chegou à Academia Pernambucana de Letras, o fez com um largo e incontestável mérito de uma atividade intelectual que se desdobra nacionalmente e que vai aportar na sua própria terra. Estou mostrando aqui o fenômeno inverso a aquele que triunfa nacionalmente e retorna à terra, porque há aquele que da terra parte e triunfa nacionalmente. Esses fenômenos são muito interessantes e dignificam a Academia Pernambucana e também o Senado Federal, porque aqui temos pessoas de escol, pessoas brilhantes como V. Ex^a que nem precisam publicar o seu diário, que deve ser uma coisa interessantíssima, para guardar o seu lugar que já está reservado e estaria reservado apenas pela sua oratória. Nem precisaríamos contar na sua obra com os livros que estão aí editados há tantos anos e que tão carinhosamente integram bibliotecas importantes. Por isso, quero louvar a V. Ex^a por essa homenagem que propiciou ao nosso companheiro Marco Maciel. É um homem de quem nós podemos divergir, mas é um homem elegante na fala, no pensamento, é um homem elegante produzindo, é um intelectual acima de tudo, e tenho certeza de que a Academia Pernambucana de Letras recolheu do cenário nacional para o cenário estadual de sua cultura e de suas letras uma das figuras exponenciais do País. Por isso, associo-me a todas essas homenagens. Só falei em alguns nomes e em algumas pessoas porque podia ser que o meu amigo João Calmon não soubesse que

sou fanático pelas letras e que acompanho suas narrativas sobre Assis Chateaubriand tão importantes como seriam sobre Victor Hugo, Goethe e outros expoentes internacionais ou figuras da terra. Sou um homem que acompanha as letras com muito amor e muita dedicação. Parabéns a V. Ex^a

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado. Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a citou, com essa sua generosidade inexcusável, vários nomes de escritores de extraordinária importância do nosso amado Nordeste. A sua modéstia, entretanto, omitiu o nome de Jader Carvalho, seu admirável pai, que foi uma estrela de primeira grandeza da literatura do Ceará e que infelizmente, para o Brasil, não teve uma difusão nacional. Quando eu vejo e ouço os discursos do Senador Cid Sabóia de Carvalho, eu me lembro daquela figura inesquecível, quando eu tinha apenas 21 anos, "lá na loura desposada do sol, "de acordo com o verso imortal do poeta, ele já se destacava pela sua combatitividade, pelo seu alto valor literário. Quando vejo V. Ex^a neste plenário, brilhando intensamente eu me lembro dessa figura que também desejo homenagear na hora em que todo o Senado se reúne para prestar um preito de admiração ao novo imortal, Marco Maciel.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador João Calmon, V. Ex^a toca meu coração, nesta hora. Permita-me fazer esta observação. Eu não quis falar sobre o meu próprio pai, porque isso pareceria imodesto, mas já que V. Ex^a falou, eu diria que ele, mais do que escritor, é uma verdadeira literatura nordestina. Ele é muito mais do que um ser isolado, e um dia será reconhecido nacionalmente pela sua poesia, pelo seu romance, pelo seu jornalismo, pela sua polêmica e, notadamente, pela sua sociologia que Gilberto Freyre tanto reconhecia mas da qual pouco se falou neste País. É o problema da província diante da grandeza do País. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOÃO CALMON — Além de tudo, era um notável panfletário.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Um polemista e panfletário.

O Sr. Júlio Campos — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, nobre Senador Júlio Campos.

O Sr. Júlio Campos — Estamos ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento em que presta uma justa homenagem pela posse de nosso eminente companheiro e Líder Senador Marco Maciel, frente à Academia Pernambucana de Letras. O Estado do Mato Grosso é também rico em termos de cultura, de tradição e teve oportunidade, através da sua Academia Mato-Grossense de Letras, de oferecer ao Brasil o príncipe da poesia sacra desse País, d. Francisco de Aquino Corrêa, e que tem hoje figuras exponenciais históricas marcantes, como José de Mesquita, Cavalcante Proença, Maria de Arruda Müller, Janine Póvoas, não poderia deixar, nesse instante também, o Estado de Mato Grosso, através da nossa pessoa, de cumprimentar ao povo pernambucano por ter, através de sua Academia de Letras, levado para integrar aquele elenco de homens cultos de seu Estado a figura exponencial de Marco Maciel, homem que já passou pelos mais diversos cargos públicos deste País, foi Deputado Estadual, Secretário de Estado, Deputado Federal. Conheci Marco Maciel, ainda quando éramos jovens, eu quando vinha aqui ao Senado Fede-

ral o encontrava na condição de Deputado lá no gabinete do saudoso Líder Senador Filinto Müller, de quem Marco Maciel foi um dos grandes baluartes e um dos ajudantes na reconstrução da democracia deste País. Posteriormente, Marco Maciel voltou a Pernambuco para ser o Governador onde fez um grande trabalho não só na parte administrativa, social, educacional como também na parte cultural. Retornando ao Senado da República, aqui sempre brilhou, aqui sempre liderou; foi guindado às funções de Ministro de Estado de duas Pastas: da Casa Civil e do Ministério da Educação e Cultura, antigo MEC, onde fez um grande trabalho como Ministro da Educação e Cultura, dando apoio à área cultural brasileira. E, nada mais justo que seu Estado, Pernambuco — terra de grande e ilustres homens cultos deste País — leve para integrar a sua Academia o Dr. Marco Maciel. Nesta oportunidade, Mato Grosso também faz das palavras do Senador João Calmon as do povo mato-grossense pela grande oportunidade que Pernambuco deu a esse mestre, a esse competente Líder, a esse intelectual que é Marco Maciel. Parabenizo o nobre Senador João Calmon pelo seu pronunciamento, extensivo ao mesmo Maciel pela sua posse frente à Academia Pernambucana de Letras.

O SR. JOÃO CALMON — Senador Júlio Campos, fico profundamente grato a V. Ex^a pelo seu magnífico aparte na hora em que recebe uma nova consagração deste Plenário o eminente Senador e imortal, Marco Maciel.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer concedo o aparte a um outro eminente imortal, membro da Academia Cearense de Letras, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador João Calmon, deixei a cadeira presidencial a fim de que pudesse, com mais desenvoltura, interferir no discurso de V. Ex^a no instante em que, por sua oportuna iniciativa, o Senado homenageia o Senador Marco Maciel por sua agraciação com a láurea da imortalidade. Não há dúvida que todos nós que convivemos com o ilustre representante de Pernambuco tivemos ocasião de aferir a sua cultura polimorfa, a fulgurância de sua inteligência ao lado do espírito público que tem evidenciado no desempenho de importantes funções como Governador do seu Estado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro da Educação e Senador da República com as responsabilidades acrescidas de liderar a sua Bancada e o próprio Governo nesta Casa e no Congresso. Diria a V. Ex^a que o Senador Marco Maciel é um intelectual de atividade permanente, incessante. Se V. Ex^a compulsar os jornais do dia de hoje, por exemplo, encontrará artigos lapidários do Senador Marco Antônio Maciel, espelhando exatamente o seu pensamento em torno de questões políticas da atualidade. Endendo que a Academia Pernambucana de Letras, onde pontificam luminárias da cultura daquele Estado, ao homenagear Marco Maciel certamente o fez para enaltecer a contribuição da cultura política do povo pernambucano, que Marco Maciel tem sabido nesta Casa honrar, dignificar e enobrecer. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Presidente Mauro Benevides, agradeço o seu aparte tão significativo e que me permite lembrar que V. Ex^a também conquistou a imortalidade há poucas semanas, no Ceará, como membro da Academia Cearense de Letras.

O Sr. Mauro Benevides — Naturalmente, sem os méritos do Senador Marco Maciel, na Academia Pernambucana de Letras.

O SR. JOÃO CALMON — Tive a honra e o prazer de comparecer também a sua posse na Academia Cearense de Letras, e não poderia deixar de fazer uma referência rápida a uma das mais felizes iniciativas aqui, no Senado Federal, e que, infelizmente, não se transformou numa realidade: foi a criação de uma Comissão de Fiscalização e Controle que, caso transformada no órgão com o qual V. Ex^a sonhou, não teríamos enfrentado, ao longo dos últimos anos, problemas tão graves na Comissão Mista de Orçamentos.

Lembro-me bem, quando V. Ex^a já não estava nesta Casa, que proferi um discurso que, depois, foi divulgado numa plaquete com este título: "Uma Revolução Legislativa". V. Ex^a foi o autor dessa revolução legislativa que, por culpa nossa, não de V. Ex^a, não chegou a concretizar-se.

Agradeço a V. Ex^a pelos seu aparte que une a sua voz de Presidente desta Casa às homenagens muito merecidas que todos prestamos ao eminente Senador Marco Maciel.

O Sr. Albano Franco — Senador João Calmon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, nobre Senador Albano Franco.

O Sr. Albano Franco — Nobre Senador João Calmon, ao chegar a esta Casa tivemos oportunidade de ouvir o pronunciamento louvável e justo de investidura do nosso companheiro, do nosso líder, Marco Maciel, na Academia Pernambucana de Letras. Aproveito o ensejo não só para felicitar a iniciativa de V. Ex^a, mas para dizer que já nos idos de 1962, quando eu cursava o primeiro ano de Direito, na cidade de Recife, o companheiro Marco Maciel já era Líder universitário na mesma velha Faculdade de Direito, na Casa de Tobias, em Recife. Aproveito a oportunidade para dizer que realmente Marco Maciel, através da sua serenidade, do seu equilíbrio e da sua dignidade, tem sido um dos homens públicos, da minha geração, de maior conceito e de maior apreço, porque consegue aliar sua habilidade, sua competência, sua capacidade de trabalho ao seu valor intelectual. Ontem mesmo aproveitava eu para consultar o Senador e intelectual Marco Maciel acerca dos estilos de redação de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Ouvi as explicações necessárias sobre o estilo de Joaquim Nabuco, que é um dos livros de cabeceira do Dr. Marco Antônio Maciel. Desejo, portanto, felicitar o Senador João Calmon pela iniciativa e dizer que o Senado faz justiça, homenageando hoje o nosso Líder e companheiro Marco Antônio Maciel. Quero dizer, também, que aqui temos a sorte e o privilégio de contar, entre os nossos colegas, com várias imortais. Inclusive, quero registrar e homenagear um imortal do meu Estado, que é nosso colega, com assento nesta Casa, nobre Senador Francisco Guimarães Rollemberg, homem que através da sua cultura, do seu saber, da sua dignidade é hoje uma das pessoas mais queridas e respeitadas do meu Estado e uma das honrarias que temos na Academia Sergipana de Letras. Por isso, parabéns Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Senador Albano Franco, V. Ex^a, além de Senador emérito, é o Líder da indústria brasileira, com a visão que não pode, de forma alguma, ser qualificada de egoísta. V. Ex^a tem um espírito público invejável.

Agradeço a V. Exª o seu aparte tão enriquecedor, com um detalhe adicional que ignorava: Francisco Rollemberg, nosso magnífico companheiro, é também, como o nobre Senador Marco Maciel e o nobre Senador Mauro Benevides, um imortal, membro da Academia Sergipana de Letras.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador João Calmon, V. Exª concede-me um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Com muito prazer, Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador João Calmon, permita que me associe às justas homenagens que faz V. Exª hoje ao Senador Marco Maciel. Como pernambucano, gostaria também de juntar-me ao discurso de V. Exª e aos apartes de tantos outros Senadores, feitos na tarde de hoje, em homenagem ao ilustre Senador. Queria dizer, Senador João Calmon, que conheci o Senador Marco Maciel nos idos de 1960, quando, estudante secundário da União Brasileira de Estudantes e o Senador Marco Maciel, na época, Presidente do DCE. Em seguida, vindo de uma linhagem do PSD — minha família, em Pernambuco, era do PSD e a família do Senador Marco Maciel, também, pertencia a esse mesmo Partido — caminhei para Faculdade de Medicina e o Senador Marco Maciel, na carreira política, como Chefe de Gabinete do ex-Governador Nilo Coelho; depois Deputado estadual, Líder do partido, na época, na Assembléia Legislativa. Migrei para o Norte e o Senador Marco Maciel, depois, foi Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro e Senador. Mas, já se conhecia a sua capacidade intelectual, naquela época. E, hoje, Pernambuco, quando recebe na sua Academia Pernambucana de Letras, a figura do Senador Marco Maciel, só se engrandece. Quero, como pernambuco, aqui dar os meus parabéns a V. Exª que, oportunamente, presta homenagem a este grande político brasileiro, que é o Senador Marco Maciel.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Ronaldo Aragão, manifesto-lhe a minha gratidão por esse aparte que, somente hoje, me permitiu tomar conhecimento de que V. Exª nasceu no Estado de Pernambuco. É mais um título que adiciono ao seu *curriculum vitae*.

O Sr. César Dias — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO CALMON — Concedo o aparte ao nobre Senador César Dias, com muito prazer.

O Sr. César Dias — Gostaria, nobre Senador João Calmon, de também render as minhas homenagens ao Senador Marco Maciel. Bem antes de pensar em entrar na política, recebi de um pernambucano alguns opúsculos e obras literárias do Senador Marco Maciel. Assim que engressei na política, em 1988, passei a estudar essas obras do Senador Marco Maciel e o tive como um paradigma da trajetória que eu traçaria na política nacional. Como um dos Senadores mais jovens aqui no Senado Federal, posso dizer a V. Exª que estou convivendo com grandes homens e tenho o Senado Federal como uma verdadeira academia, porque, se não me falha a memória, há aqui oito imortais. Temos Mauro Benevides, Aureo Mello, Francisco Rollemberg, Josaphat Marinho, Nelson Carneiro, Hugo Napoleão e, realmente, estou passando uma das melhores fases da minha vida ao conviver com tanta intelectualidade nesta Casa e rendo as minhas homenagens ao Senador Marco Maciel, porque o admiro; todos sabemos do seu labor também frente ao Ministério da Educação. Considero que os membros da Academia Pernambucana de Letras foram muito felizes

quando o tornaram imortal, porque o seu trabalho, a sua literatura é, inclusive, internacional. Neste aparte de homenagens, quero dizer que V. Exª, Senador João Calmon, foi, realmente, o porta-voz de todos os Senadores, porque V. Exª é um dos homens, no Senado Federal, que mais defendem a educação no País. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador César Dias, quero, inicialmente, agradecer a tolerância e a liberalidade do Sr. Presidente, o nobre Senador Dirceu Carneiro, que está batendo recordes de generosidade e de boa vontade, no momento em que esta Casa se reúne para prestar consagrada homenagem ao nobre Senador Marco Maciel, nosso novo imortal.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, gostaria de renovar a V. Exª, nobre Senador César Dias, o enorme prazer e a honra de receber o seu valioso aparte.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. JOÃO CALMON — Ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador João Calmon, desejo associar-me a esta manifestação que todo o Senado Federal presta ao nobre colega Marco Maciel. A consagração de agora, com que o distingue a cultura pernambucana, se acrescenta ao julgamento, que já é de toda a Nação, quanto aos seus méritos de político correto, de estadista cuidadoso, de homem que, afinal, tem como suprema diretriz o interesse do País.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Marco Maciel — Senador João Calmon, permita-me interromper, uma vez mais, o generoso discurso de V. Exª, pelo qual quero, muito sensibilizado, agradecer.

O SR. JOÃO CALMON — Com muita honra, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel — Como dizia, interrompo, mais uma vez, o discurso de V. Exª para aproveitar a ocasião e registrar o meu agradecimento às manifestações que se sucederam após o meu primeiro aparte. Por isso, não gostaria de deixar sem o meu profundo reconhecimento às amistosas palavras: do Presidente do meu Partido, meu amigo Senador Hugo Napoleão, membro da Academia Piauiense de Letras; do colega e amigo de longas datas, Senador Antônio Mariz, pessoa que admiro desde os tempos em que convivemos na Câmara dos Deputados, do Líder do PDT, Senador Maurício Corrêa, que além de excelente Parlamentar é um advogado de reconhecido conceito em nosso País e um dos Líderes de uma organização extremamente reputada da sociedade civil, a OAB; do Senador Jonas Pinheiro, que aqui trouxe, com o seu sentimento de nordestino, a manifestação do seu Partido, o PTB, do qual é Vice-Líder, no momento exercendo a Liderança; do Senador Aureo Mello, que trouxe palavras tão eloquentes e — por que não dizer — tão incomuns que tanto contribuíram para o nosso enriquecimento intelectual; do Senador Darcy Ribeiro, figura estelar da política brasileira, que fez considerações tão adequadas sobre o sentido das nossas academias; do Senador Cid Sabóia de Carvalho, Vice-Líder do PMDB e acatado advogado e intelectual; do Senador Júlio Campos, ex-Governador do Mato Grosso, meu colega de Partido, a quem nos ligam estreitos laços de amizade; no Franco, nordestino como eu, Líder empresarial que tem

rara e invulgar vocação para político e com quem tenho laços de amizade desde os bancos acadêmicos, como S. Ex^a teve oportunidade de recordar, além de colega que fui de seu pai, o Deputado Augusto Franco, no Congresso Nacional; do nobre e estimado amigo Senador César Dias, novo talento de político que o Senado incorpora à vida pública brasileira, e ao qual está certamente reservado um papel muito importante na política do seu jovem Estado e, por que não dizer, na política nacional; e, finalmente, agradeço ao Presidente desta Casa, o Senador Mauro Benevides, que, além de excelente político, é membro da Academia Cearense de Letras, recém-empossado, e realiza nesta Casa uma administração tão festejada e tão reconhecida — isso não surpreende aos seus amigos; apenas aproveito esta ocasião para mais uma vez deixar consignado nos Anais da Casa. Então, nobre Senador João Calmon, aproveitando esta ocasião que V. Ex^a me concede, faço, mais uma vez, o meu agradecimento, de modo especial, aos nobres Senadores que, por intermédio de apertes, manifestaram-se de forma tão calidamente afetuosa sobre o meu ingresso na Casa de Carneiro Vilela, isto é, na Academia Pernambucana de Letras. Infelizmente, estou aqui no plenário e não tenho à mão um dicionário; mas, certamente, se dicionário tivesse, não encontraria expressões para agradecer e manifestar o meu reconhecimento por conceitos tão significativos como as que acabo de receber nesta Casa Congregual da República.

O Sr. Beni Veras — Senador João Calmon, por intermédio do pronunciamento de V. Ex^a, solicito ao nobre Senador Marco Maciel que acrescente o meu nome nessa lista que S. Ex^a mencionou. Embora tardiamente, gostaria de confirmar as palavras que os Companheiros pronunciaram a seu respeito.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço ao nobre Senador Beni Veras o seu aparte. Em virtude do adiantado da hora, S. Ex^a não alongou como desejaria sua homenagem ao nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel — Senador João Calmon, novamente interrompendo a manifestação de V. Ex^a, quero aditar ao meu agradecimento o registro das palavras do Senador Beni Veras, que é a um só tempo empresário e político. Disso posso dar testemunho porque conheço não de agora, e sei que além de político, é bem-sucedido empresário, empresário com forte visão social. Até sua atividade empresarial é entendida como ação social, isto é, como ação pública porque ele se volta na sua atividade privada para abrir novas alternativas para o seu Estado, quer pela elevação da renda do seu torrão natal, quer pela geração de novos empregos, tão importante no momento que vivemos. Por isso, Senador João Calmon, mais uma vez, muito sensibilizadamente, reitero os meus agradecimentos pelo gesto tão largo, tão generoso de V. Ex^a relativamente à minha modesta pessoa. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CALMON — Senador Marco Maciel, eu não poderia encerrar este pronunciamento, enriquecido por apartes praticamente de todos os membros desta Casa, sem destacar que, no momento em que o Brasil está enfrentando uma crise de extrema gravidade, podemos confiar neste País. A sessão de hoje constitui a melhor demonstração de que esta é uma casa ecumênica. Vozes representativas de todas as correntes partidárias se fizeram ouvir para exaltar a personalidade de V. Ex^a. Nem tudo está perdido. Continuemos a acreditar no Brasil e no seu futuro grandioso.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOÃO CALMON EM SEU DISCURSO:

DISCURSO PRONUNCIADO PELO ACADÊMICO LUIZ DE MAGALHÃES MELO, PRESIDENTE DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, AO ABRIR A SESSÃO SOLENE DE POSSE DO SENADOR MARCO ANTÔNIO MACIEL, NO DIA 27 DE JULHO DE 1992.

Dentro dos estilos, vamos hoje dizer alguma coisa a respeito do novo acadêmico recém-eleito em pleito memorável para esta Academia de Letras, o Senador Marco Antônio Maciel.

Não chega ele a esta Casa de Carneiro Vilela de mãos vazias, pois que o mérito intelectual é a medida exata de quantos postulam e alcançam tal glória maior.

Sem dúvida, a condição de político não deve ser desdenhada ao pesar pouco na balança do nosso julgamento, como no juízo de qualquer cidadão, ainda que medianamente inteligente. Isto acontece aqui como em qualquer nação civilizada.

Foi na Academia Francesa que escritores brasileiros se inspiraram para criar e multiplicar as suas academias: a nacional e as estaduais. Lá pontificava o genial Ernest Renan, a quem se deve a seguinte verdade: “Tudo que é grande e possui valor real cabe nesta Academia.”

Sentimos que na consciência do acadêmico que hoje estamos recebendo nesta sessão solene sempre houve o pulsar de outras aspirações e de outros temas não menos nobres. Até porque, sendo possível, ninguém deseja andar ao longo da vida em um mesmo sentido. Com efeito, o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, dois expoentes da intelectualidade brasileira, foram, ao mesmo tempo, grandes escritores e políticos. Ambos passaram pela Academia Brasileira de Letras e foram, respectivamente, Ministro do Exterior e Embaixador do Brasil.

Do mesmo modo, o crítico literário e historiador dos mais renomados Sílvio Romero, ex-Deputado Federal, foi que recebeu, na mesma Academia Brasileira de Letras, o autor de “Os Sertões”, Euclides da Cunha, o qual aspirou muito o mandato de Deputado Federal. Fracassada essa idéia, o Barão do Rio Branco, seu amigo, convocou-o para participar do intrincado caso dos limites territoriais entre o Brasil e a Argentina.

Por igual, o Presidente Getúlio Vargas pertenceu àquela Casa de Letras do País. E Barbosa Lima Sobrinho, ex-Deputado Federal e Governador de Pernambuco, lá está honrando a láurea que recebeu como todos os cargos que tem exercido no cenário político-cultural da vida brasileira. Ninguém ignora que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, o criador de Brasília, ao terminar o seu mandato, alimentava ardorosamente o desejo de ocupar uma cadeira entre os imortais, no Rio de Janeiro, ao lado do notável escritor e jornalista Austregésilo de Athayde. Talvez as gerações mais novas não saibam, também, que o General Dantas Barreto substituiu, na Casa de Machado de Assis, a Joaquim Nabuco.

Josué Montelo dizia, faz pouco tempo, em uma de suas crônicas, que o romancista famoso Victor Hugo fez quatro tentativas para ingressar na Academia Francesa, somente conseguindo o seu objetivo na quinta inscrição como candidato.

Já havia escrito essas palavras, quando lembrei-me que Coelho Neto fora Secretário de Estado do Governo do Rio de Janeiro e Rui Barbosa, político e jurista toda vida, afirmou-se grande mestre, também, no campo da Filologia e da

Gramática, na conhecida e demorada polêmica que travou com Carneiro Ribeiro, a propósito da redação do Código Civil Brasileiro, a qual empolgou todo o País.

Será bom lembrar que Gilberto Freyre, após uma válida e rica incursão no domínio da sociologia e da antropologia, elegeu-se Deputado Federal pelo nosso Estado, sendo mais tarde eleito por unanimidade para esta Academia de Letras. No seu discurso de posse exaltou, como poucos o fizeram, os méritos desta nobre e respeitável instituição.

Relevem-nos dizer que há mais de vinte e cinco anos aqui chegamos, após ter sido Secretário de Estado e parlamentar com sete mandatos sucessivos. Por vocação, talvez, sempre devotamos grande interesse pelas coisas que se ligavam ao espírito humano.

André Maurois conta-nos que Disraeli, famoso líder inglês, quando já doente, foi nomeado pela Rainha Vitória para a Câmara dos Lordes. Teve de deixar, assim, a Câmara dos Comuns. Antes de fazê-lo, despediu-se do plenário, percorrendo como num adeus lento várias salas daquela Casa Legislativa. Alguém que não era do seu partido, com lágrimas nos olhos, disse a meia-voz a outro companheiro de bancada: Esse homem incomum não é dos nossos; porém vai fazer falta neste recinto. E lembrou, na ocasião, uma frase do referido político britânico: "A vida é muito curta para ser pequena". Acreditava ele que o homem é mais do que uma máquina, acrescentando: "Além da matéria submetida a reações químicas e físicas existe uma essência diversa, que é a alma, o divino, o gênio, substância essa completamente angélica". Não ignoramos que a nossa imortalidade é contingente, mas temos a certeza de que o espírito não morre, através de suas criações, sobretudo se estas são frutos de uma inspiração superior que lhes permita atravessar os tempos.

Aqui ninguém chega sozinho. Trás consigo valores que se renovam, que se aperfeiçoam no debate a cada dia e a cada instante. A investidura não é um ato de graça, mas obedece a toda uma processualística regulamentar e regimental.

Marco Antônio Maciel, que está agora chegando, desde estudante da Faculdade de Direito do Recife, já revelava a sua incoercível vocação para a política e para as letras. Foi Presidente da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco) e, no curso das lides universitárias, chegou a Presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes). Exerceu as funções de Secretário de Estado durante o Governo Paulo Guerra e elegeu-se, depois, Governador de Pernambuco. Porém não se permitiu estagnar nas funções que exerceu. Elegeu-se também Deputado Estadual e Federal, chegando a Presidente da Câmara dos Deputados em Brasília. No momento, como Senador, lidera a maioria naquela Câmara Alta do parlamento brasileiro.

Foi, entretanto, como titular do Ministério da Educação que seu interesse pela cultura mais se destacou, dando executoriedade emenda do eminente Senador João Calmon, após uma expectativa de 15 anos fazendo com que 13% dos recursos da União fossem obrigatoriamente aplicados na educação. Teríamos muito a dizer a propósito das realizações do acadêmico eleito como titular daquele importante setor da administração pública federal. Deixamos, todavia, a maior parte dos grandes lances de sua vida a cargo do brilhante Acadêmico Marcus Villaga; desatacadado membro da Academia Brasileira de Letras e também da nossa, a quem cabe a solene nobre missão de pronunciar o discurso oficial de recepção, em nome da Casa de Carneiro Vilela, da qual foi Presidente muitos

anos, prestando na mesma relevantes serviços. Levou a bom termo a aquisição da nova e atual sede, juntamente com o poetíssimo e também ex-Presidente Mauro Mota, inclusive, a construção deste auditório.

Injusto não destacar, também, a valiosa colaboração de suas respectivas esposas aqui presentes, Maria do Carmo Villaga e Marli Mota, bem como dona Lola, esposa do professor Luiz Delgado, ex-Presidente desta Casa e que, por igual, trabalhou para que a doação do edifício-sede fosse consumada.

Não há negar que as novas instalações deram mais dignidade a esta instituição, na qual o pensamento quase sempre acha-se associada ao trabalho produtivo.

É bom que seja assim e que possamos, parodiando esse admirável Antoine Saint-Exupéry dizer, hoje e sempre, que "estamos no âmago das coisas" ... "como uma sentinela sobre as muralhas desta fortaleza que deve ser a vida", a qual "só está garantida pelos valores espirituais que representam uma fonte e uma raiz".

Já dizia Joaquim Nabuco que em um livro apenas pode estar um homem todo. Marco Antônio Maciel escreveu vários e expressivos trabalhos sob o ponto de vista cultural.

Elegendo-o estamos convictos de ter praticado um ato de justiça e de sabedoria.

Discurso de saudação ao Acadêmico Marco Maciel na Academia Pernambucana de Letras — Recife, 27/julho/92.

"O homem era alto e tão magro que parecia sempre de perfil". Dá para pensar que se trata de desenho do Marco Maciel, mas não é. A frase, de Mário Vargas Llosa, principia o livro *A Guerra do Fim do Mundo*, a saga de Canudos.

O novo acadêmico chega alto e magro mas não de perfil. Entra de frente nesta Casa, credenciado pelos valores fundamentais à convivência acadêmica: pernambucanidade, serviços à cultura, produção intelectual, honradez irretocável.

O seu ingresso, fisicamente, parece de perfil mas na verdade é o de um retrato de corpo inteiro, e até enxundioso, se a avaliação for a dos merecimentos morais e intelectuais.

A propósito da magreza que lhe valeu apelidos de "Mapa do Chile" e de "Figura de el Greco", devo esclarecer que Marco Maciel, ao contrário do que se diz, gosta de comer. É só vê-lo atracado a um prato de massas, a uma sobremesa de goiabada em calda com queijo do tipo catupiry. Esta combinação daria para engordá-lo quase ao nível de um Oliveira Lima, não fosse degustada apenas uma vez por semestre...

Res Publica

Reconheço-lhe o apetite preferencial: o da ação pública. Esta não é uma gloriola. Procede alardear-lhe vitórias, tenacidade, noites indormidas, auxiliares exaustos e em processo de desnutrição, modernidade nada modernosa no jeito de administrar, propostas de longa maturação e de densa formação. Tudo misturado.

Bergson lembra que o intelectual na política realiza-se em homem completo, aliando o pensamento à ação. É o que tem acontecido com Marco Maciel.

As idéias respondem pelo impulso e o breque de suas ações. E sem deixar de sonhar. "Só o sonho é eterno porque não se modifica nunca", falou Borges.

A leitura dos discursos, conferências e livros que nos oferece, mostra, à suficiência, a ética com que acomoda o seu tanto de Maquiavel ao seu tanto de Cervantes, o tanto do pragmático ao muito do idealista. Afinal de contas, já foi lembrado que São Pedro operou politicamente a lição

de Jesus, a partir de quando instalou em Roma a sede da Igreja.

Klauss Mehnert argumenta que o intelectual nunca deveria meter-se em política, já que lhe faltam senso de oportunidade e capacidade de tomar decisões. Consequentemente, não pode agir com eficiência no campo político. Engano do mestre de Aix-la-Chapelle, pelo menos em relação a homens públicos da espécie macieliana.

Na verdade, Marco Maciel deve sofrer a dor da sofisticação de todo intelectual, que é a de não se conceder desculpas. Mesmo estando certo, não lhe basta. É preciso estar certo na hora certa. É necessário lutar pela felicidade da sua gente, mas não como felicidade oriunda do sofrimento que se cansou e sim em consequência de uma linha que principia na esperança, não sentada mas de pé, tal qual nos versos de Cassiano Ricardo.

E ainda: é visível que tem necessidade em negar razão a Churchill quando dizia que o político deve ser capaz de prever o que vai passar-se amanhã, o que vai passar-se mês que vem, e o que vai passar-se no próximo ano, com uma condição: a de saber explicar depois porque nada do que previsto aconteceu.

Acadêmico Marco Maciel:

Prepare-se a fim de ver ao seu redor a cena comum à vida de José de Alencar: os intelectuais julgando-o pelo que faz o político e os políticos julgando-o pelas ações do intelectual. Ajude, também, a desfazer aquela postura de insegurança, denunciada por Austregésilo de Athayde, quando homens de governo em geral consideram indigno de suas responsabilidades devotar-se às letras, no temor de ser tratados como literatos. Em verdade, porque alguns não gostam de ler, não sabem escrever, pouco pensam e têm ciúmes de quem frequenta esses hábitos para eles já exóticos.

A Política na Academia

Não é nova, sabe-se, a empatia acadêmica em relação aos políticos e disto o seu discurso deu-nos uma visão universal e transtemporal. Vejo dois exemplos fáceis para mim. Quando aqui cheguei tinham ou haviam tido militância política: Ulysses Lins, Barreto Campelo, Costa Porto, Luiz Delgado, Nilo Pereira, Aderbal Jurema, Gilberto Osório, Andrade Lima Filho, Jordão Emerenciano, para só falar dos que desgrazadamente já se foram. Outro exemplo: sem certeza de mencionar a todos, foram governadores de Estado e acadêmicos da Brasileira: Dom Aquino, Octavio Mangabeira, Luís Viana, Carlos Barreto, José Carlos Macedo de Sousa, Getúlio Vargas, Lauro Müller e o célebre autor de *A Bagaceira*. Lá se encontram os ex-inquilinos dos palácios dos Leões e do Campo das Princesas, respectivamente, José Sarney e Barbosa Lima Sobrinho.

Ressalto, ainda, dois perfeitos abonadores para essa convivência da política com a atividade do intelectual, que se juntam ao nosso, ao nossíssimo Joaquim Nabuco:

Josué Montello, reconhecendo que há "essencialidade política nas Academias" e Machado de Assis afirmando, "na Academia a política é o sentimento mais ativo de todos e a ABL, graças ao seu quociente de mortos, jamais foi uma Academia morta. Os abençoados mortos deram-lhe a mais preciosa das vidas — a vida eleitoral".

A política, assim como em relação a outros de nossos confrades, deu a Marco Maciel boa oportunidade para ouvir o povo, conhecer-lhe as agruras, acumular experiências que se converteram também nas palavras dos seus textos, onde

o político adota maior assunção de responsabilidade, em lugar de reclamar os seus direitos.

A ação política não é "em grande parte palavra — tanto a que se diz e a que se cala, como a que se ouve e a que se guarda; a que se imagina ter sido silenciada como principalmente a que se cumpre?", pergunta José Sarney ao se empossar na Academia Brasileira.

Foi muito bom que Marco Maciel buscase a nossa companhia, ofertando-nos as conquistas da intensa trajetória no plano político-administrativo. Era natural que, numa hora, escutasse saudações de chegada numa Academia. Essa hora chegou.

O aplicado aluno do Colégio Nóbrega, o redator do jornal *Tic-Tac*, o diretor da revista *Súmula* — aventura editorial onde estavam juntos o irmão José e os amigos F. Bandeira de Mello e Fernando Menezes — o estudante de Direito, o professor universitário, o secretário de Estado, o Ministro da Educação, o parlamentar que inclusive presidiu a Câmara dos Deputados, o Governador tinham de chegar aqui. Aqui, por enquanto...

Lá de longe, os símbolos culturais de Pernambuco, em suas matrizes olindenses — a cidade ainda mais alteada em suas colinas — alegres vêem-no receber estes brasões de prestar. Consentem e aplaudem. Não são eles, tão somente — por igual há foguetes no ar vindos de lares humildes, quase mocambos, essas casas enfermas. Pernambuco fica honrado pela escolha que fizemos consagradoramente. O Sertão, o Agreste, a Mata e o Litoral, que Maciel conhece como a palma da mão, batem palmas para ele.

Cheguei aqui o mais moço, o menor de todos. Agora, não sou o mais moço. Continuo pequeno — ainda que gordo — porém uma vez convidado a saudá-lo, me considero maior que eu mesmo. Igual emoção aconteceu quando presidi a Casa de Carneiro Vilela, dando-lhe as condições de dizer que esta é a mais bela sede de Academia de todo o Brasil, sem esquecer Paulo Guerra, o Governador-vaqueiro, benfeitor das nossas letras, e sem escrúpulos ao dizer que o nobre recheio da Casa, foram minha mulher e o acadêmico José de Souza Alencar que começaram a compor com bom gosto, conhecimento e dedicação.

Tingido de certa distância, recordo as nossas conversas nas ruas Afonso Pena e Dom Manoel Pereira — na casa dos seus pais ou na de Jackson Jatobá e, depois, no jardim da minha casa no Derby, ao passar para o seu trabalho na Faculdade de Odontologia; as competentes aulas de mestre Potiguar Matos e do padre Lamego (a quem chamávamos, por brincadeira, de padre Xamego); o tempo intenso da política universitária; o velho PSD de José Maciel e também, em nível municipal, de Antônio Vilaga; as saudades pernambucanas que nós saramos um no outro, em Brasília; a afinidade com o Direito Internacional; a rivalidade Náutico x Santa Cruz; a expressão "xará" com que nos tratamos; a amizade consistente e crescente de nossas famílias. Tudo isto emoldura o que lhe digo agora.

Ainda não estamos nós dois, de todo, nos longes da saudade. Nem, penso eu, somos daqueles que chegando aos cinquenta não podendo dar maus exemplos, dão conselhos.

Disse, há pouco, que aqui não sou mais o delfim. Frederico Pernambucano me tomou o posto. Na Brasileira, ainda o sou. E também é de Pernambuco o decanato, ocupado por Barbosa Lima Sobrinho.

Mas, como lhe disse, estamos a caminho da semi provectude. Não se inquiete com a calva luzidia, que as lâmpadas

dos cinegrafistas tanto ressaltam, para desconforto de Gisela e de Maria Christiana. D'Annunzio, quando um de seus admiradores se espantou por ser o poeta tão calvo, respondeu firme:

— A erva não cresce na cratera.

E tinha razão. A Marco Maciel, como intelectual, foi reservado o esplendor da ação, de uma maneira muito natural, e que teve sempre o aval dos conterrâneos. A ponto de, às vésperas da sua indicação ao Governo do Estado, um poeta popular ter intuído o seguinte, na "Academia-Anexa", do nosso Paulo do Couto Malta, sob o desafio de glosar o mote, Se não for o Maciel, é uma zebra legal:

"Se não for o Maciel
É uma zebra legal
Escolham seja quem for
Podem fazer um contrato
Mas eu tenho um candidato
Para ser governador
É um jovem de valor
É de valor integral
Do Sertão à Capital
Desempenha seu papel
Se não for o Maciel
É uma zebra legal"

Educação e Cultura

Muito aprecio a postura que tomou, em particular ao tempo de Ministro da Educação, na defesa da idéia de interar educação e cultura. São palavras suas:

"A educação é uma verdadeira interiorização da razão. Nela se conjugam admiravelmente os valores da tradição e do progresso, visto que por ser capaz de receber a herança e dos seus antepassados, de compreendê-la e assimilá-la, é que o homem se capacita a melhorá-la e desenvolvê-la."

E mais adiante, no mesmo livro, *Educação e liberalismo*, endossa a visão da cultura não apenas como conceito amplo, mas, de abrangência, onde consideram-se tanto os bens móveis e imóveis plenos de valor histórico e artístico, quanto os bens de produção cultural. Desde então é possível partir para uma política de desenvolvimento do fazer cultural de uma gente.

Jean Lacroix acredita que a humanidade se funda no dever que cada um tem de transmitir aos vindouros aquilo que recebeu dos antepassados — e aperfeiçoá-lo.

São exercitações do tempo trófico de que falou, com sabedoria — sabedoria, de sábio — Gilberto Freyre.

Marco Maciel acredita na cultura como fonte de criatividade, dinamizadora da sociedade moderna, reordenadora dessa sociedade no sentido, inclusive, da superação de crises. É o passado funcionando como ponto de referência e não como algo a ser repetido.

O futuro, creio, fica desdobrado em três momentos: o futuro passado, aquele que, imaginado, não aconteceu; o futuro presente, o que hoje vem sendo concebido para o amanhã; o futuro futuro, aquele que ainda não formatamos. Para enfrentar esse futuro uma senda está aberta; se não a seguirmos ninguém esperará por este "país do futuro": a senda do conhecimento.

As marcas digitais do entendimento tentacular do conhecimento — educação, cultura, ciência, tecnologia — o nosso novo acadêmico cunhou ao tratar ou ao dirigir com senso de convergência essas áreas específicas da administração, em

forma muito própria. E mereceu de Jorge Bornhausen, no prefácio de *Educação e Liberalismo*, este exato destaque:

"Fiei a uma postura liberal que corresponde às suas idéias e ao seu próprio modo de ser, o autor deixa a marca desta posição de princípio na definição dos problemas educacionais e de suas possíveis soluções, a começar pela rejeição de quaisquer uniformidades impostas de cima, empobrecedoras da iniciativa e da criatividade dos cidadãos e, por isso mesmo, avessas ao espírito democrático. Neste sentido, advoga, com firmeza, o princípio da liberdade de ensino, indispensável à manutenção de uma sociedade que é e quer continuar a ser pluralista."

A Academia Pernambucana de Letras vai lhe dar aliciente oportunidade de alongamento das reflexões sobre temas culturais, abrigada no pátio do "inequívoco sentimento cívico", que desde a fundação vem forjando esta Casa. Este julgamento é seu e o extraí do seu livro *Vocação e Compromisso*.

Nas Academias, é lição de Alceu Amoroso Lima, são de duas ordens as funções — de tradição, de manutenção do que ficou de bom e merece preservação; e de criação, de renovação da cultura. Por isso tem razão Evaristo de Moraes Filho, que diz em seu notável discurso de posse na Casa de Machado: "Na verdade a Academia não dá nem tira talento a quem quer que seja... A Academia, afinal de contas, são os próprios acadêmicos, em sua diversidade de temperamentos e vocações. Como um corpo poroso, nunca opaco, aberto a todos os gêneros literários do país: da poesia, da ficção ou do ensaio... A Academia é aquilo que os acadêmicos fazem dela..."

O Brasil precisa de investir na Cultura, carece dos que se dediquem a ela, merece que nos aconteça uma espécie de Renascimento.

Para tanto a Academia conta com a sua participação. Não lhe faltam as qualificações e não lhe faltam os sofrimentos em desafios superados. Regue as nossas raízes, Dr. Marco Antonio Maciel. Foi em função desta constatação que Carlos Castello Branco prefaciando-lhe, *Idéias Liberais e a Realidade Brasileira*, astutamente, diz em certa altura:

"... este livro, que alia pensamento e proposta de ação, conforme o estilo desse senador que, ainda jovem, já foi presidente da Câmara dos Deputados, governador de Pernambuco, ministro de Estado e presidente de partido. Para quem nasceu no Nordeste, desfavorecido pelos desequilíbrios regionais que discriminam também seus filhos, excluindo-os da disputa pelo poder nacional, isso é quase uma biografia completa. Pelo menos até que ideais como os que ele sustenta tenham alterado a fisionomia da política brasileira."

Ficam muito bem explicadas as emoções de homem, de nordestino, de amigo deles, quando dos seus discursos à memória de Gilberto Freyre e de Luiz Gonzaga, brasileiros tão complementares no jeito com que amaram o chão de província, em expressão provincial nada provinciana.

Em Gilberto Freyre resalta Maciel:

"Seu nome, quase mítico, é sinônimo de trópico, de sol, de um pertinaz e abrangente trabalho criador, obsessivamente voltado para a instauração de uma nova leitura do Brasil, pela qual o nosso País pudesse, enfim, identificar-se a si mesmo no encontro de suas raízes."

Já em Luiz Gonzaga, destaca:

"A música teluricamente nordestina de Luiz Gonzaga, antecipadamente precursora da música popular

brasileira, é assim algo que, embora não possa ser entendida como música engajada, "uma denúncia de protesto"; é, contudo, politicamente comprometida com a busca da solução regional nordestina, com o perseguir para o nosso País de um desenvolvimento nacional mais homogêneo — sem distorções; mais orgânico, menos injusto, portanto.

Gonzaga era um telúrico sem ser provinciano, pois o telurismo é manter-se gassetianamente preso às circunstâncias locais sem perder a visão das questões nacionais ou até internacionais. Tampouco se pode confundir telurismo, regionalismo com separatismo, pois isso seria negar a grande aspiração à unidade nacional que pressupõe a integração inter-regional."

Tudo assim aparece, concordo vivamente, porque aprendemos a respeitar os diferentes contextos culturais que nos compuseram em brasileiros. Ensina Gilberto Freyre: "A unidade brasileira é do que se nutre para ser o espantoso fenômeno sócio-econômico que é: da diversidade de regiões — Brasil no plural — que se interpenetram, completando-se no Brasil, no Brasil singular."

Cadeira Eclesiástica

A cadeira que lhe confiamos é de forte acento eclesástico. Como lhe ficam bem companhias de um Frei Leandro, de um Mosenhor Severino Nogueira! Sua convicção religiosa é exemplar. Sua formação, uma apoteose cristocêntrica de serenidade e conhecimento. Apreciam-na de congregados marianos a agnósticos.

Desconfio que se houvesse escolhido o sacerdócio, hoje o saudaria assim:

Dom Marco Antonio, Cardeal Maciel.

Imagino, só por provocação, o brilho nos Concílios, as articulações nos corredores do Vaticano, o contributo espiritual à redação das Encíclicas, a oportunidade do solidéu e a impossibilidade da tonsura, tudo encimado pelo exemplo das virtudes teológicas e cardeais, entre outras de que eu, filho de ex-seminarista, coitado de mim, não lhes sei os nomes.

Mas foi bom que Deus o tenha destinado para ser pai de família, grande pai de família. Foi muito bom!

Em verdade, em verdade a todos digo que fascina a sua postura de católico. A sua Igreja é a da mão estendida, a do amor. Não posso, jamais, imaginá-lo em atitudes de intolerância, de má vontade, afastando fiéis, sem dialogar com paroquianos, sem compreender sentimentos de jovens, desatento aos motivos dos mais velhos, marginalizando sonhos familiares de sadia construção, ignorante dos serviços prestados por membros da comunidade, encharcado de preconceitos, confundindo arte com lascívia, como os mentecaptos que cobriam corpos nus em pinturas de museus, confundindo a sua mente com as telas.

Não. Não e não.

A sua Igreja é a que tem *éclat*. Não é a distorção da Igreja. Não atemoriza, não estimula diáspora, não escurece, não separa.

E digo, provando:

Marco Maciel conseguiu que João Maurício se formasse na boa trilha da prática católica, a partir de uma semi-insubordinação do filho caçula.

O caso foi o seguinte: um domingo, o pai chama a família para a missa. Todos se preparam e o garoto João Maurício, impassível, anuncia:

— Não vou.

— Por que, João?

— Não fui convidado. Mamãe me disse que não se vai a um lugar sem ser convidado.

Marco Maciel arranhou-lhe um convite. Convite permanente.

Praticou a diáspora ao contrário. O emblemático comportamento merece ser seguido.

Mas como identificar o balizamento da conduta de Marco Maciel sem os pais, dona Carmem e dr. Maciel, e a mulher Anna Maria, a admirável Anna Maria?

Josué Montello me observou, certa ocasião, que Heine estava certo ao reconhecer que o escritor, em casa, precisa contar com o silêncio da companheira. O político, também, digo eu. Não só do silêncio mas da palavra que não o quebrando, ajude na hora polêmica; que não o violando, seja a confiança ante tropeços de vida.

Anna Maria nunca faltou.

E o pai?

O filho mesmo pode explicar, como neste texto:

"E no seu exemplo, (do pai) aprendi a identificá-la (a política) como uma síntese de desprendimento e coragem, conhecimento e ação, de ousadia e prudência, de inteligência, discernimento e responsabilidade."

Já de dona Carmen quero contar cena estupenda, daquela conversa do coração de mãe, a desfibrar fibra por fibra...

Era época de vestibular para a Faculdade de Direito. Muita queima de pestana. Madrugadas de olho aberto. Alegrias adiadas. A casa repleta de colegas para estudos em grupo, desatentos à alimentação e concentrados nos livros. Ele fugindo de dona Carmen. Ela implora, sem sucesso, que tome, pelo menos, um copo de leite. Vencida, desabafa:

"Quando passar o vestibular, vou tomar conta da alimentação deste menino."

Ao que parece, o vestibular continua...

Acadêmico Marco Maciel:

O final do seu importante discurso de posse é um ato de fé, aquela operária de todas as vitórias, a que se referiu Nilo Pereira. A fé, o povo, o sol das praças são as derradeiras imagens de sua fala.

Pois bem, à maneira da recordação que dias atrás fez no jornal *O Globo*, "Lembraí-vos de 22", também devo lhe dizer que esta sua nova Casa comunga dessa fé e dessa esperança.

O Brasil confia, ainda que esteja tão dessangrado, tão despossuído, tão carunchoso, nos seus filhos, nos seus líderes. Se hoje já não temos heróis pelo menos que nos protejam os líderes, no esforço de olhar para os humildes destinos dos que deslizam em nosso derredor.

Bernard Shaw dizia que só temos tempo bastante para pensar no futuro quando já não há futuro em que pensar.

Então, cuidemos. Não consintamos que a oportunidade vá fluindo lentamente como o tempo dos meninos. Há que vigiar o amanhecer. É preciso buscar novas alvoradas. Poente não tem intimidade com o futuro. A caquistocracia não é o nosso destino.

Senhor Presidente

Confrades

Senhoras, Senhores

Dileto companheiro Marco Maciel:

Vida que segue.

Para Vinícius de Moraes, em pessimismo:

"Tem dias que eu fico
Pensando na vida
E sinceramente não vejo saída
Pois é: a vida tem sempre razão.
Pois é: a vida é que está com a razão."

Para Drummond, em conformismo:
"Éta vida besta, meu Deus"

Mas Olavo, zagueiro do Olaria, do Rio de Janeiro, na década de 60, ainda que de um time perdedor, só enxergava otimismo. É dele a frase:

"Tudo **fazeremo** pela vitória"

Eu, me segurando nos comigo de mim, sugiro-lhe: fique com Olavo.

DISCURSO DE POSSE DO SENADOR MARCO MACIEL NA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS.

Cumpro, hoje, nesta venerável instituição, cuja devoção de seus membros parece semelhá-la a um templo, o primeiro ritual de minha vida de acadêmico.

Mas não serão apenas rituais as palavras que ora pronuncio, para expressar o meu agradecimento pela maneira com que fui ungido, aqui, em tão generosa sagração eleitoral, e o meu contentamento por poder penetrar nos fascinantes domínios da Academia Pernambucana de Letras.

O poeta Manuel Bandeira, certa vez, em carta a um escritor pernambucano, disse, muito modestamente, merecer o seu busto em praça pública, no Recife, pelo esforço e paciência com que havia longamente posado para o escultor Celso Antônio.

Quanto a mim — Deus haverá de perdoar a imodéstia — espero merecer esta convivência, pela admiração que nutro aos seus integrantes e igualmente por devotar minha vida, pensamento e ação, à política, através da qual dispenso permanente atenção à literatura, à educação e ciência, à pesquisa, à tecnologia, às artes, à cultura, enfim.

A política, em sua correta acepção, não conhece fronteira entre o pensar e o agir, sendo a ação antecedida sempre pelas idéias, cujo diálogo, ressalte-se, constitui essência do processo democrático.

E quem diz idéias ou ideais, quem diz diálogo, pressupõe, na política ou fora dela, em maior ou menor grau, mas necessariamente, uma relevante contingência de valores intelectuais afora os princípios morais que a tudo embasam.

A sua maneira abrangente, quase diria ecumênica, a Academia não é apenas uma reunião de literatos — poetas ou ficcionistas — posto que aqui, como na vida, eles sejam virtualmente imprescindíveis. Nela domina a força das idéias nas suas mais ricas manifestações.

A Academia abre espaço, em síntese, para a reflexão sobre a relação por vezes íntima entre a arte das letras e a arte da política, esta também situada, por exemplo, no âmbito das memórias, compreendendo diários, cartas, biografias e autobiografias, muitas vezes de elevada feição literária.

A literatura brasileira, de certa forma ainda pobre nesse gênero, nele tem encontrado alguns casos exponenciais. Não são raros os homens públicos que têm oferecido interpretação significativa dos acontecimentos políticos ou testemunhado fatos relevantes de nossa história.

O próprio discurso, que é a principal ferramenta do político, o seu instrumento por excelência, e que nos últimos tempos vem sendo talvez um dos menos apreciados dos gêneros literários, depois de um longo prestígio e apogeu, e cujo declínio se dá menos por causas intrínsecas e, sim, pelo mau uso que

se vem fazendo da oratória, pelo seu mau uso barroco ou rococó, pelo seu abuso demagógico nos palanques; mesmo o discurso, friso, pode não apenas ornar mas consubstanciar toda uma obra de pensamento e de literatura como, no campo religioso, foi o caso estelar do padre Antônio Vieira ou do meu antecessor, Monsenhor Severino Nogueira, de quem a fala densa e elegante, no púlpito ou nos salões de conferência, tanto ressoa em nossa memória.

Assim, admitindo-se a natureza específica da literatura — tendo um fim em si mesma, valendo-se por si mesma, e não veículo de outros objetivos — não há como não se ressair a sua utilização pela política. É, como vimos, a hipótese dos textos de memórias ou dos ensaios historiográficos ou de filosofia política ou, por excelência, do discurso, o desenvolvimento de uma proposta destinando a persuadir ou empolgar.

Não se pode, portanto, retirar do político, para o qual, na opinião preconceituosa de muitos, tudo é somente ação, movimento e pragmatismo, a glória do esplendor intelectual.

Entendo a política, insisto, como atividade que associa pensamento e ação, compatibilizando-os num eticismo de conduta que leva a sociedade à satisfação de interesses coletivos: assim, perflho a concisa definição que lhe deu Alceu Amoroso Lima, Tristão de Ataíde, ao compreendê-la como "ciência, virtude e arte do bem comum". Para exercitá-la, pois, é cada vez mais necessário ter sempre presente um ideário a orientar a ação, a presidir os atos e decisões, nunca dessegando o pensar e o agir.

Em seu excelente ensaio biográfico sobre Mirabeau, Ortega Gasset previne: "Não se pretende excluir do político a teoria, a visão puramente intelectual. A ação tem nele que ser precedida de uma prestigiosa contemplação."

E constata pelo exemplo: "César, enquanto atravessava os Alpes em sua liteira, compõe um tratado de Analogia, como Mirabeau escreve na prisão uma gramática, e Napoleão, em sua tenda de campanha, sobre a neve russa, o minucioso Regulamento do teatro francês. Lamento que a veracidade me obrigue a dizer que não acreditarei jamais no talento de um político de quem não se tenha ouvido coisa parecida. Por quê? Muito simples. Essas criações suplementares e supérfluas são um sintoma inequívoco de que esses homens sentiam fruição intelectual".

"Com o progresso dos tempos — conclui Gasset — a sociedade se torna mais complexa e os políticos pensam ser cada vez mais intelectuais, quer se queira ou não."

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, a um só tempo político e escritor, adota a mesma linha. Ao discursar, como Secretário-Geral, na inauguração da Academia Brasileira de Letras, afirma sem rebuços: "Eu bem sei que a política, ou, tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Partenon; o gênio católico da Idade Média está da a002 Divina Comédia, como o gênio protestante do protetorado está no *Paraíso Perdido*, como o gênio da França Monárquica está na literatura e no estilo dos séculos XVII e XVIII..." E agrega: "A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou de queda do país, é uma fonte de inspiração de que se resente, em cada povo, a literatura toda de uma época", mas adverte, com oportunidade, que "para a política pertencer a literatura e entrar na Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata".

Lembro, na mesma direção, de Gaulle, o estrategista, herói e estadista, para quem a básica tarefa do homem de estado deve ser a de converter "idéias em realidade". Assim é possível ao político aspirar não apenas ao êxito eleitoral — glória efêmera, sucesso que se dissipa rapidamente, quando não a olvida a memória coletiva — mas certamente ao reconhecimento que lhe garanta senão a perpetuidade de seus gestos, pelo menos a perenidade de suas idéias.

Como sabemos, as idéias se cristalizam em ideais e estes em flama: a atividade política, portanto, perpassa o imaginário coletivo; vertebrando as suas ações, projetando-se no tempo além de todas as latitudes imagináveis e de todos os limites alcançáveis.

Sem jamais haver pensado ao longo de minha vida pública obter a láurea acadêmica — que eleva, honra e consola — não devo deixar de proclamar que a presidir meus gestos está sempre a convicção de que em política não se pode dispartir idéia e ação, aquela precedendo a esta, de sorte que se consiga, com discernimento, ousar colocar os dedos nos raios da roda da História. Somente assim essa atividade, da qual dimana enorme labor, dedicação integral e busca obstinada aos objetivos, poderá merecer a aprovação dos coetâneos e consolidar os valores que balizarão a saga dos pósteros.

Não são os políticos o espelho da sociedade e uma forma de materialização de suas potencialidades?

Repito, com Roger Garaudy: "A política é reflexão sobre o sentido do homem e como descobrir os meios para obter esse fim. Quero dizer, como dar a cada criança que carregue dentro de si o gênio de Mozart as condições para ser um Mozart."

Ainda que a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" — já se disse ironicamente — tenha olvidado de assegurar o direito de se contradizer, não creio ser possível, em política, prática de rígida coerência em se tratando de realidades extremamente cambiantes. Não deve haver, porém, conflito entre dizer e fazer, pois de outra forma se retiraria do discurso toda a autenticidade de seu conteúdo. "Suprimida a palavra, o que se torna a voz?", indaga Santo Agostinho em um sermão sobre São João. "Esvaziada de sentido, é apenas um ruído. A voz sem palavras ressoa no ouvido, mas não alimenta o coração". É o que também ensina a sabedoria do Velho Testamento, imersa no Eclesiástico: "O fruto revela como foi cultivada a árvore; assim, a palavra mostra o coração do homem... Pois é no falar que o homem se revela." (Eclo 27,4-7)

Transponho, pois, os umbrais desta Academia, certo de não haver conflito entre política e cultura, como não se pode tornar dissímil pensamento e ação, mesmo porque não há entre intelectuais e políticos como compartimentar atitudes que se voltam ao aprimoramento da vida social e da conduta cívica.

O ato político se inicia no reino das consciências e seu debate se prolonga no espaço vivo das sociedades livres, que almejamos cada vez mais democráticas e participativas, edificadas com o cimento da ética.

Recorde-se, a propósito, o famoso apólogo de Protágoras, inserido no diálogo platônico de igual nome. Incumbido de levar aos homens a arte da política, Mercúrio indaga a Júpiter como ministrá-la. Quando se trata, dilucida Júpiter, "de competência nas artes e construções, os atenienses, com os outros, julgam que há poucas pessoas habilitadas a dar conselhos; e não suportam que tome a palavra alguém que não pertence a esse grupo". Contudo, em se tratando de

uma deliberação política, toleram que qualquer pessoa se manifeste. E adiciona: "A diferença entre a arte da política e as outras artes está em que a primeira não se ensina, e não se ensina porque é patrimônio de todos."

Assim perfilho a observação de Max Weber, inscrita em famoso ensaio, de que há três qualidades determinantes no homem público: paixão, no sentido de propósito a realizar, isto é, devoção a uma "causa"; sentimento de responsabilidade, que o impele a colocar-se a serviço dessa causa como estrela polar determinante de sua atividade; e senso de proporção, característica psicológica fundamental do político. Quer isso expressar, assinala Weber, que o político deve ter a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por conseguinte, manter à distância os homens e as coisas.

Senhores Acadêmicos,

O confrade potiguar Matos — agora posso assim chamar o meu sempre professor de História — em sua rica fala de recepção nesta Casa, citando o humanista Luiz Delgado, também meu ex-professor, descobre com relação à cadeira nº 21, "que há nela uma espécie de tradição, como se ela tivesse um destino e como se, através da sucessão dos indivíduos e da balbúrdia dos acontecimentos, alguma afinidade misteriosa tivesse andado a aproximar os seres, a reuni-los em grupos, em categorias, em linhagens."

E, logo depois, ajunta: "Ao tentar aprofundar a tese de Delgado é nas linha do seu próprio raciocínio, aconteceu-me o medo de estar partindo uma surpreendente cadeia de inteligências ou ferindo a harmonia de cativante arquitetura espiritual, como os velhos templos góticos do medievo, erguida com a colaboração paciente e sábia do tempo, sem pressa ou improvisação".

O mesmo parece acontecer, é a conclusão a que também chego, quanto à cadeira que agora passo a ocupar. Quem sabe por estranhos, porém compreensíveis desígnios, explorando coincidências para magnificá-las, lavrando em rica província cultural, expungindo o que não é relevante, observo um só pensamento a percorrer a todos os ocupantes da cadeira, cujo patrono é o Frei Leandro do Sacramento, nascido nos fins do século XVIII, um dos muitos religiosos a integrar o conjunto dos patrocinadores desta Academia. Em todos eles, percebo, a marcar suas respectivas produções intelectuais, uma acentuada similitude de conteúdo — tanto pela busca da liberdade, quanto pela defesa de uma sociedade menos injusta — e notável identidade nas convicções religiosas.

Em todos eles, salvo Alfredo de Moraes Coutinho, eleito em 1927 e falecido em 1938, sem que haja tomado posse, de Armando Taborda de Souza Gaioso, seu fundador, passando por Ceciliano Célio Meira de Oliveira Melo, o reconhecido Célio Meira e alcançando o Monsenhor Severino Leite Nogueira, seu último ocupante, diviso uma nítida e harmoniosa linha, em que as vocações profissionais, pendores intelectuais e convicções confessionais não se desassocia. São eles pesquisadores, historiadores — de história natural ou das civilizações —, jornalistas ou articulistas e, sublinhe-se, mais uma vez, praticantes do mesmo credo religioso. O professor Célio Meira, seu penúltimo ocupante, faz inclusive catequese religiosa em sua obra poética, como se pode verificar em muitos de seus versos, como nesta quadra:

"Aos que amam o Nazareno
Não dê nunca um triste exemplo
Se não tem Jesus na mente
Não vá buscá-lo no templo"

Frei Leandro do Sacramento, que se notabilizou na vida secular como botânico e não participou, ao lado de seus irmãos de clero, da Revolução de 1817, a chamada "Revolução dos Padres", legou-nos, porém, como cientista, significativa contribuição para o conhecimento de nossa flora, hoje objeto de tanta controvérsia internacional, depois que a ecologia, uma das denominadas "comunalidades" do mundo moderno, possibilitou a redescoberta da sua importância na formulação de projetos orgânicos de desenvolvimento. Esses projetos, ressaltado, contribuirão para a realização integral do homem, a ponto de se excogitar atualmente da elaboração de um "Estatuto da Terra" — a exemplo da Declaração dos Direitos do Homem.

Aliás, a presença do Frei Leandro do Sacramento ao lado de nove outros religiosos, como patronos de cadeiras na Academia Pernambucana de Letras, nos faz refletir sobre a influência da Igreja em nossa formação cultural.

De fato, não é possível escrever a História do Brasil, à margem da história das diferentes ordens religiosas, como observaram, entre outros, Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre. Elas atuaram, ativamente, na vida brasileira desde os albores da nacionalidade até os dias mais recentes da república. Ninguém pode desconhecer, apenas para reforçar um aspecto, que o ensino em nosso País nasceu da grande contribuição que deram os jesuítas, em particular, e as confissões religiosas em geral. Sua importância levou Capistrano de Abreu a inferir não ser correto escrever a História do Brasil ignorando a presença da Companhia de Jesus. Não apenas durante o período inicial de colonização, em que eram suas as únicas escolas existentes, mas também depois da emancipação, frise-se uma vez mais, em que tiveram à seu lado, além da presença do Estado, a participação das escolas leigas de que estão cheios de referências os nossos arquivos históricos. Isso sem mencionar a existência de padres, frades e freiras que exercitavam outros mistérios — cronistas, pesquisadores e políticos — e quão numerosos foram eles, sobretudo nas Casas Legislativas do Império!

O Monsenhor Severino Nogueira, de quem fui paroquiano durante o período em que, como governador, tornei-me inquilino do Palácio do Campo das Princesas, e ao qual tenho a honra, ornando a minha biografia, de suceder na cadeira de nº 22, sublinha em dois de seus bem tecidos e pesquisados trabalhos — a Conferência sobre Dom Francisco Cardoso Aires e o Discurso de Posse nesta Academia — a importância desse fato, apoiado em estudos de mestres como Sílvio Romero. Para este, assinala o Monsenhor Nogueira, "a unidade religiosa, consolidada pelo catecismo dos jesuítas, e a unidade jurídica, junto das ordenações do Reino são fatores de unidade nacional".

Ao falar de sua opulenta e canônica figura de sacerdote, lente, orador — um autêntico Mont'Alverne dos novos tempos — não tenho como deixar de fazer uma afirmação que pode parecer tanto pretensiosa quanto ousada. Reporto-me à proximidade que creio existir entre a atitude do sacerdote e atividade do político. Assim como não vejo incongruência — como avantei anteriormente, entre o labor do intelectual e a ação do político, não consigo divisá-la também entre a verdadeira política, que deve ter como objetivo o bem comum, e o ministério religioso que, não despreza, antes, valoriza o precioso papel do cristão na edificação de um consórcio humano balizado pela justiça social. Daí podermos identificar, na função política, uma ação missionária.

Nisto, creio não estar só!

Gandhi, um cristólogo em seu apostolado pela não violência, refletia igual ponto de vista: "Minha devoção à verdade empurrou-me para a política; e posso dizer, sem a mínima hesitação, mas também com toda a humildade, que não entendo nada de religião aqueles que afirmam que ela nada tem a ver com a política."

A Igreja Católica, da qual Monsenhor Mogueira foi dos melhores dos melhores e cultos serviços, é, como qualificou o Papa Paulo VI, "perita em humanidade", ao propalar uma visão global do homem, que ela expressa e sua vasta doutrina social.

Esse ministério pontifício vem se adaptando à semântica dos novos tempos desde a encíclica *Rerum Novarum*, do inspirado Leão XIII, o primeiro e sistematizado pensamento "expofesso" sobre a Questão Social.

Defende a encíclica princípios, hoje universalmente aceitos, que produziram talvez um impacto igual ou maior do que o causado pelo manifesto marxista, tal a firmeza e contundência com que verberou a iniquidade da exploração, por parte de duas correntes econômicas que se digladiavam, concitando "a autoridade pública a tomar medidas eficazes para assegurar os interesses da classe trabalhadora, sob pena de violar a Justiça que quer seja dado a cada um o que é devido".

A doutrina social católica, colocando a Igreja em posição equidistante de todo totalitarismo político, e que se consolida no tempo, define-se a partir de uma visão integral do homem, considerado não apenas como agente econômico, mas também como ser lúdico, livre e social, possuidor e criador de cultura, necessitando de afeto e capaz de solidariedade e amor; do homem, chamado a realizar-se nesta terra, sujeito ao erro, porém convocado para transcendente.

As encíclicas posteriores à *Rerum Novarum*, em grande parte trazidas à lume em sua comemoração, aprofundaram e alargaram os preceitos de Leão XIII. Assim foi com a *Quadragesimo Anno*, de Pio XII, a *Mater et Magistra*, de João XXIII, a *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, a *Populorum Progressio*, de Paulo VI, e, de João Paulo II, a *Labor Eercens*, a *Sollicitudo Rei Socialis* e, finalmente, a *Centesimus Annus*, editada em regozijo pela passagem do primeiro centenário da *Rerum Novarum*.

O ministérios social da Igreja atualiza-se quase que com a mesma rapidez das mudanças verificadas *urbi et orbe*, graças a sua continuidade associada à renovação, conforme expõe o Papa peregrino João Paulo II, assegurando a sua enorme perenidade.

Não é este o papel a ser cumprido pelo político, isto é, por todos aqueles que se dedicam integralmente à causa pública?

Tudo isso exige dos sacerdotes — na acepção escatológica de sua tarefa — dos políticos, no seu propósito de propiciar ao homem sua plena e integral realização, uma generosa e contínua atitude de solidariedade em relação ao próximo, um permanente gesto de amor.

Explica-se, dessa forma a razão pela qual o carisma, expressão utilizada no passado para caracterizar os portadores de dotes sobrenaturais, especialmente os santos e mártires, tenha passado também a ser considerado atributo do autêntico homem público. Pois, uns e outros, religiosos e políticos, não podem prescindir da aura do exemplo que se dá como corolário de uma reta conduta dedicada ao bem comum, ao serviço da causa que professam. Assim, a ambos cumpre, com o teste-

munho e a ação, exercitar tarefas catequéticas, de proselitismo em favor das convicções e valores que abraçam.

Nem se pense, todavia, que o ministério do homem de Estado não tenha para a Igreja valor e significação. Ao contrário, a doutrina católica consigna relevante importância a crescente melhoria de vida do homem em seu trânsito pelo mundo. O Concílio Vaticano II (nº 1350) é suficientemente esclarecedor: "A obra redentora de Cristo, que consiste essencialmente na salvação dos homens, inclui também a instauração da ordem temporal. Portanto, a missão da Igreja não consiste só em levar aos homens a mensagem de Cristo e sua graça, senão também em penetrar no espírito evangélico as realidades temporais e aperfeiçoá-las". Assim, a doutrina cristã não apenas conhece a importância da atividade política: estima-a e exalta-a.

Acredito, pois, não haver descontinuidade de formulação intelectual naqueles que, sucessivamente, vêm ocupando a cadeira 22 da nossa APL. Sem possuir o vasto cabedal de conhecimentos históricos, a profundidade do saber religioso, o fulgor dos recursos oratórios que tão bem caracterizaram meu predecessor, posso, contudo, afirmar que tenho muitos pontos em comum com sua estuante e líana individualidade de cidadão e sacerdote.

Durante os dezessete anos que integrou esta instituição, muito contribuiu para enaltece-la, pelo testemunho do Evangelho, verticalidade de conduta cívica e devotado cumprimento de seus mistérios acadêmicos.

Se um traço, dentre muitos, desejasse frisar na fecunda personalidade do Monsenhor Nogueira, este bem poderia ser o de reputado orador sacro. Sim, notabilizou-se justamente na oratória, considerada o mais geral dos ramos literários, e talvez, por isso mesmo, o mais difícil, posto que exige, ao lado de uma perfeita articulação das idéias, um vigoroso talento de expressão verbal.

Examinar a obra e estudar a personalidade do Monsenhor Severino Nogueira nos ajuda, igualmente, a entender a importância da diferença entre o intelectual e o erudito.

Este, expõe Daniel Bell, "freqüenta um campo de conhecimento limitado, tem uma tradição na qual procura encontrar seu lugar, acrescentando à massa do conhecimento acumulado e testado, como quem constrói um mosaico... Está menos envolvido com sua individualidade. Já o intelectual tem como ponto de partida sua experiência, suas percepções individuais do mundo, seus privilégios e carências, julgando o mundo com essas sensibilidade".

Depois desse perfil, qual a dificuldade em catalogar o Monsenhor Nogueira como um lídimo, genuíno intelectual? Sempre demonstrado, cotidianamente, seja no púlpito, ou em conferências, nos seus diversos escritos para revistas, livros e jornais, nos conselhos de cultura, nesta Academia de Letras.

Parece corroborar esse raciocínio o comentário que sobre seu discurso de posse na APL fez o escritor e jornalista André de Lima Filho, em crônica publicada no velho *Diário de Pernambuco*: "Ao contrário da árvore, que lhe tomou o nome, Nogueira não cresceu muito por fora. Fez como o Adamastor: cresceu por dentro."

O poeta Mauro Mota, também escrevendo sobre o homenageado, afirma na mesma direção:

"Sabe-se que, quando o presidente da APL disse 'tem a palavra Monsenhor Severino Nogueira', estava dando o seu a seu dono, pois, nesta paróquia — e digo paróquia no sentido amplo, jamais com limite

na do vigário de Santo Antônio — ninguém mais do que ele exerce o domínio sobre a palavra, isto é, sobre as palavras. Ninguém, mais do que ele, sabe reuni-las, expurgando as de mau caráter, dar-lhes boa convivência e carga significativas na expressão oral. Oralidade — e aí está a vitória do orador sobre o falador — que, se elevada à escrita, permanece viva no conjunto de valores."

É do humanista Nilo Pereira a transcrição, em um de seus artigos no *Jornal do Comércio*, da humorada observação de seu velho amigo Fernando Barret: "Receio pecar na missa das onze em Santo Antônio, indo, mais pela homilia do que pelo mandamento. E confortei-me logo com a certeza de que tudo é o Evangelho; tudo é a mensagem divina."

Sem nada mais pretender aditar ao retrato de meu antecessor — tarefa extremamente complexa e exuberante — gostaria tão-somente de lembrar que nascido, nos albores da primeira Grande Guerra, na cidade de Paudalho, hoje, pela conurbação, contígua à região metropolitana do Recife, o pranteado Severino Nogueira terá a conservar-lhe e a memória a reverenciar-lhe permanentemente os méritos toda a Casa de Carneiro Vilela, e não apenas aquele que tem a honra de suceder-lhe.

Milan Kundera diz em um de seus últimos livros que "o homem pode pôr fim à sua vida, mas não pode pôr fim à sua imortalidade". A imortalidade a que d'ele se refere nada tem a ver com a imortalidade d'alma. Trata-se, esclarece Kundera, de "uma outra imortalidade, profana, para aqueles que permanecem depois de mortos na memória da posteridade". E arremata: "Diante dessa imortalidade as pessoas não são iguais."

Para nós, cristãos, contudo, a imortalidade é um processo que se inicia com a vida e não se extingue jamais. É o ensinamento contido na primeira carta paulina aos coríntios: "Eis que vos digo um mistério; não morreremos todos, mas seremos mudados. (...) Os mortos ressuscitarão incorruptíveis... Tragada foi a morte na vitória."

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,
Senhoras e Senhores,

Se este discurso não tem a pretensão de ser eterno, não deve também ser interminável.

Não seria justo encerrá-lo, todavia, sem a renovação de meus agradecimentos a todos os integrantes desta Casa que me receberam de modo tão calidamente pernambucano.

Devo, de modo especial, mencionar as atenções com que me distinguiram o ex-Presidente Waldemir Miranda, estendendo os cumprimentos, meus e de Anna Maria, a sua esposa D. Yone; e o atual Presidente Luiz Magalhães Melo — ele também vocação de intelectual e de político — e D. Tereza, inextinguíveis, todos, juntamente com os funcionários da Casa, na carinhosa acolhida e recepção que me dispensaram a partir do depósito de minha candidatura.

Palavra especial devo dirigir ao amigo Marcos Vinícios Vilaça, que tantos títulos acumula em densa vida de professor, escritor, Secretário de Estado, membro da Academia Brasileira de Letras, Ministro do Tribunal de Contas da União "que desta Casa também foi Presidente, "tão jovem e tão presidente", na adorável charla cunhada por Gilberto Freyre.

De Vilaça, que tanto admiro e por quem nutro uma amizade que vem dos idos do Colégio Nóbrega, e que se estende a sua Do Carmo, veio o primeiro impulso para que concorresse

à APL, o que me levou, após dias de angústia e reflexão, entre perplexo e emocionado, a dizer-lhe: eu não sou digno!

Como meu recipiendário, e cumprindo a liturgia que governa os atos desta solenidade, desejo manifestar-lhe os agradecimentos pelo estímulo à vida acadêmica, que me permitirá conviver com individualidades de outros saberes, e alimentar-me de boa seiva na minha caminhada de homem público.

Sei, como disse em primoroso texto o imortal — estadual e federal — Vilaça, que “a palavra é o canto dos homens. Ela toca e tange... Traz-me cativo de sua força e sedução”.

Sem ela jamais teria a provisão de sol interior que me estimulou a postular o ingresso na Casa de Carneiro Vilela, síntese das melhores tradições pernambucanas!

Senhor Presidente,

Alceu Amoroso Lima, em obra citada pelo Monsenhor Nogueira, diz que “consciente ou inconscientemente, não pode jamais, a literatura, quando é verdadeira literatura, deixar de refletir uma determinada atitude em face da via”. Para mim, esta “atitude em face da vida” é, em sua aparente simplicidade, a perfeita definição de política. Muito mais que uma profissão, a política, tal como a entendo e busco exercê-la, é uma atitude de vida.

Espero oferecer a esta Casa, com esta percepção de política, a minha contribuição ao “desenvolvimento da cultura literária”, consoante seus estatutos.

Porém, com o João Cabral de Melo Neto:

“Sei que traçar no papel
é mais fácil que na vida
Sei que o mundo jamais é
a página pura e passiva
o mundo não é folha
de papel receptiva:
o mundo tem alma autônoma
é de alma inquieta e explosiva”

“Mas” — como ao poeta —

“o sol me deu a idéia
de mundo claro algum dia”
(Auto do Frade)

Assim, com as minhas convicções, trago o sol das praças e o meditar das longas vigílias consagradas à nossa pobre condição humana, certo de que aqui terei a claridade que provém das luzes da cultura.